2004
TEXTO PARA DISCUSSÃO

AS RELAÇÕES ECONÔMICAS DO BRASIL COM OS PRINCIPAIS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO (1990-2012)

Carlos Eduardo Lampert Costa
Manuel José Forero González
Nathália Filgueiras de Almeida

ipea

2004

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Rio de Janeiro, setembro de 2014

AS RELAÇÕES ECONÔMICAS DO BRASIL COM OS PRINCIPAIS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO (1990-2012)[1]

Carlos Eduardo Lampert Costa[2]
Manuel José Forero González[3]
Nathália Filgueiras de Almeida[4]

1. Os autores agradecem os comentários e as observações dos colegas da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea, e agradecem, também, as informações oferecidas pelas Representações em Brasília do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Andina de Fomento. Como de praxe, qualquer erro ou omissão é de total responsabilidade dos autores.

2. Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dinte do Ipea.

3. Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dinte do Ipea.

4. Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dinte/Ipea.

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

JEL: O31.

SUMÁRIO

SINOPSE

Este trabalho tem por objetivo realizar uma análise do relacionamento do Brasil com os principais Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) durante o período de 1990 até 2012. Para tal efeito, foram considerados três BMDs, a saber: o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (Banco Mundial), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF), hoje denominada Banco de Desenvolvimento da América Latina. Com a finalidade de se entender melhor qual é a lógica de funcionamento destes organismos internacionais de financiamento, o trabalho procura analisar, inicialmente, como atuam em termos operacionais e administrativos, além de levantar questões relacionadas com estratégias, produtos e condições de financiamento. Especificamente, no que tange aos três bancos, é analisada a dinâmica dos empréstimos e dos fluxos financeiros em termos setoriais, geográficos e institucionais, assim como se tenta recuperar as estratégias implementadas de acordo com documentos de estratégia-país elaborados por cada uma dessas instituições. Desde 1990, o volume de empréstimos ao Brasil cresceu significativamente, totalizando quase US$ 86 bilhões no período definido, seguindo uma relação de parceria que superou, basicamente depois da estabilização econômica em 1994, alguns desentendimentos comuns antes de 1990, principalmente com o BIRD.

Palavras-chave: financiamento ao desenvolvimento; bancos multilaterais de desenvolvimento; organismos internacionais de financiamento.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the relationship between Brazil and major Multilateral Development Banks (MDB) between 1990 and 2012. For this purpose, three MDBs were considered, namely, the International Bank for Reconstruction and Development (IBRD, World Bank), the Inter-American Development Bank (IDB) and the Andean Development Corporation (CAF), later renamed to Development Bank of Latin America. In order to obtain a better understanding about the working rationale of these international financial institutions, the paper begins by examining their operational and administrative procedures, as well as raising issues related to their strategies, products and financing conditions. More specifically, with regard to these three banks, the work analyzes the dynamics of loans and financial flows in sectorial, geographic

and institutional terms. It also seeks to give an account of strategies implemented in accordance with Country Strategy Papers developed by each of these institutions. Since 1990, the volume of loans to Brazil grew significantly, totaling nearly USD 86 billion in the stated period, a result of long-standing partnerships that were able to resolve, mainly after the economic stabilization in 1994, several disagreements experienced before 1990, especially with the IBRD.

Keywords: development finance; multilateral development banks; international institution of financing.

1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, o Brasil ocupou um papel de destaque no cenário do financiamento multilateral para o desenvolvimento. Como mutuário, possui uma carteira de projetos em execução que atingiu, em 2012, cerca de US$ 35 bilhões com vários organismos de caráter multilateral e bilateral. Constitui-se como o principal destino dos financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o maior tomador de empréstimos do Banco Mundial na América Latina e a segunda maior carteira de projetos junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). Aliado a isso, exerce importante influência no espaço de ação da cooperação financeira internacional, tendo em vista o potencial de replicabilidade de experiências exitosas (*lessons learned*) extraídas, tanto em termos de projetos de desenvolvimento, quanto na execução de políticas públicas.

O relacionamento do Brasil com os BMDs remonta ao final dos anos 1940, quando obteve o primeiro empréstimo do Banco Mundial, no setor de energia, momento em que este organismo atuava majoritariamente na reconstrução da Europa pós-guerra. Em termos regionais, atuou ativamente na criação do BID, quando a denominada Operação Pan-Americana (OPA), lançada pelo presidente Juscelino Kubitschek, estabeleceu as bases para a criação desse banco de desenvolvimento. Também com a CAF, instituição de desenvolvimento que tem como origem a Comunidade Andina de Nações, associa-se em 1995 e, atualmente, ocupa papel de destaque tanto como acionista majoritário, quanto como destino dos financiamentos deste organismo.

De uma maneira geral, as estratégias de relacionamento com os BMDs e, consequentemente, os fluxos de financiamento desses bancos, obedecem a critérios econômicos e políticos, apresentando pontos de inflexão importantes a partir da maior estabilidade e previsibilidade das economias. No caso do Brasil, observa-se, a partir da segunda metade dos anos 1990, uma elevação dos fluxos financeiros com os BMDs, sendo que, a partir de 2008, os empréstimos aprovados e os desembolsos apresentaram crescimento expressivo, chegando a atingir, no seu conjunto, em média anual, cerca de US$ 7,5 bilhões e US$ 5,3 bilhões, respectivamente.

Este trabalho tem como objetivo analisar as relações econômicas e institucionais do Brasil com os principais BMDs desde 1990 até 2012. As instituições que serão objeto de análise são os três bancos mais representativos no financiamento do processo

de desenvolvimento do país, a saber: o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Grupo do Banco Mundial, o BID e a CAF, hoje denominada Banco de Desenvolvimento da América Latina.

Para tal, este trabalho está estruturado em cinco seções, além desta introdução. Na segunda seção, recuperar-se-á a dinâmica de funcionamento dos BMDs focando, fundamentalmente, as suas principais características em termos de estrutura de funcionamento, acionária, financeira e de governança. Para tal efeito, será realizado um mapeamento dos principais BMDs de acordo com sua área geográfica de atuação. Igualmente, serão elencados as estruturas de capital, os principais indicadores financeiros e operacionais e as condições financeiras dos três bancos objeto de estudo e, para efeitos de comparação com outras regiões, de dois importantes bancos regionais: o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD).

A terceira seção abordará as relações econômicas e estratégicas implementadas entre o BIRD e o Brasil durante o período 1990-2012. Este corte temporal obedece a que, em trabalho anterior publicado pelo Ipea (Gonzalez *et al.*, 1990), foi realizado um diagnóstico das relações econômicas do Brasil com o Banco Mundial para o período 1949-1989. Neste sentido, este trabalho procura, também, de um lado, levantar a dinâmica dos financiamentos pós-1989 em termos de aprovações, fluxos e distribuição setorial e por entes da Federação de acordo com as prioridades estabelecidas. Por outro lado, procura resgatar a dinâmica do relacionamento entre o BIRD e o Brasil, expressa em documentos periódicos de estratégia e de parceria elaborados pelo banco e aprovados pela sua diretoria executiva.

A quarta seção tratará das relações do Brasil com o BID, da mesma forma que na seção 3; entretanto, procurar-se-á analisar a dinâmica dos fluxos de empréstimos e desembolsos e as estratégias de financiamento ao Brasil seguidas pela instituição multilateral, conforme definidas em documentos do banco denominados *Estratégia de país*, ou *Country paper* (CP).

A seção 5, por sua vez, analisará as relações do Brasil com a CAF, apresentando um breve histórico da instituição com a finalidade de contextualizar a evolução do seu relacionamento com o Brasil, desde meados da década de 1990, seguida por uma análise da dinâmica dos fluxos de financiamento com o país, análoga às realizadas para o BIRD e o BID. Por último, a sexta seção tratará das considerações finais do estudo.

2 A LÓGICA DO FUNCIONAMENTO DOS BMDs

Autores como Sagasti (2002) e Ocampo (2006) apontam os BMDs como importantes atores no espaço de ação da cooperação financeira internacional, denominado "financiamento para o desenvolvimento". Ocupam esse espaço, além dos BMDs, diversas instituições como as agências governamentais, agências bilaterais de cooperação, organizações das Nações Unidas, fundações privadas e o Fundo Monetário Internacional (FMI), cada uma apresentando características de governança e atuação particulares. Os BMDs, por seu turno, ocupam papel de destaque neste ambiente, contribuindo de maneira importante na mobilização de recursos financeiros e técnicos direcionados ao desenvolvimento econômico.

O objetivo desta seção é apresentar uma caracterização dos BMDs, levando em consideração suas particularidades operacionais, distribuição geográfica, estrutura acionária e de capital, assim como avaliar alguns indicadores de eficiência financeira e operacional, além da oferta de produtos e serviços financeiros.

2.1 Caracterização dos BMDs

Os bancos multilaterais podem ser classificados como intermediários financeiros internacionais, cuja propriedade encontra-se compartida entre Estados soberanos, que captam recursos nos mercados de capitais privados e de fontes oficiais. Sua lógica de funcionamento consiste no direcionamento desses recursos, a custos competitivos, para o financiamento de projetos públicos e privados nos países mutuários, em geral com baixo retorno financeiro, mas com importantes retornos econômico e social. Caberia, assim, aos BMDs, encorajar os investimentos com alto retorno social e econômico, dando suporte a um processo de crescimento econômico mais equitativo e preparando os países mutuários a terem um acesso mais competitivo aos mercados de crédito internacional.

Os BMDs podem ser qualificados, de acordo com sua área de influência e atuação, como globais (Banco Mundial), regionais (BID, BAsD e BAfD) e sub-regionais – CAF e Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC). Muito embora tenham características operacionais e de governança próprias, podem ser entendidos no âmbito de um sistema ou modelo institucional, cujas principais funções são: *i)* mobilização de recursos financeiros; *ii)* apoio e criação de capacidade institucional e transmissão de conhecimento; e *iii)* provisão de bens públicos globais e regionais (Sagasti, 2002; Prada, 2012).

De acordo com levantamento feito por Prada (2012), existem, em nível mundial, mais de trinta instituições financeiras que, pela dimensão regional de atuação e governança, poderiam ser definidas como BMD. Além dos bancos propriamente ditos, essas instituições englobam uma série de fundos multilaterais, de caráter global e regional, que atuam como verdadeiras instituições de desenvolvimento. A tabela 1 apresenta o resultado do levantamento realizado pelo autor, listando os BMDs por área geográfica de atuação.

TABELA 1
BMDs: distribuição por área geográfica de atuação

BMD	América Latina e Caribe	Oriente Médio e África do Norte	África Subsaariana	Pacífico e Sudeste Asiático	Europa e Ásia Central
Atuação global	**8**	**8**	**8**	**8**	**8**
Grupo Banco Mundial					
BIRD					
CFI[1]					
IDA[2]					
Miga[3]					
GEF[4]					
Fida[5]					
BEI[6]					
NIB[7]					
Atuação regional	**4**	**2**	**2**	**2**	**1**
Grupo BID					
BID					
FOE[8]					
CII[9]					
Fumin[10]					
AfDB[11]					
AfDF[12]					
AsDB[13]					
AsDF[14]					
BERD[15]					
Atuação sub-regional	**7**	**6**	**6**	**3**	**2**
CAF					
BCIE[16]					
Banco do Caribe					
Bladex[17]					
Fonplata[18]					
Banco do Sul					

(Continua)

(Continuação)

BMD	América Latina e Caribe	Oriente Médio e África do Norte	África Subsaariana	Pacífico e Sudeste Asiático	Europa e Ásia Central
BDAN[19]	X				
Badea[20]		X	X		
ICIIEC[21]		X	X	X	
ICDPS[22]		X	X	X	
IsDB[23]		X	X	X	
FEMIP[24]		X			X
Medit. Bank		X			X
EADB[25]			X		
BOAD[26]			X		
Total de BMD	**19**	**16**	**16**	**13**	**11**

Fonte: Prada (2012, p. 9).
Elaboração dos autores.
Notas: [1] Corporação Financeira Internacional.
[2] Associação Internacional para o Desenvolvimento.
[3] Agência Multilateral de Garantia de Investimentos.
[4] Fundo Global para o Meio Ambiente.
[5] Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.
[6] Banco Europeu de Investimentos.
[7] Banco Nórdico de Investimento.
[8] Fundo de Operações Especiais.
[9] Corporação Internacional de Investimentos.
[10] Fundo Multilateral de Investimentos.
[11] Banco Africano de Desenvolvimento.
[12] Fundo Africano de Desenvolvimento.
[13] Banco Asiático de Desenvolvimento.
[14] Fundo Asiático de Desenvolvimento.
[15] Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento.
[16] Banco Centro-Americano de Integração Econômica.
[17] Banco Latino Americano de Comércio Exterior.
[18] Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Plata.
[19] Banco de Desenvolvimento da América do Norte.
[20] Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico da África.
[21] Corporação Islâmica de Garantia para o Investimento e Crédito a Exportações.
[22] Corporação Islâmica para o Desenvolvimento do Setor Privado.
[23] Banco Islâmico de Desenvolvimento.
[24] Facilidade para a Parceria e Investimentos na Região Euro-Mediterrânea.
[25] Banco de Desenvolvimento do Leste da África.
[26] Banco de Desenvolvimento do Oeste da África.

Como se pode observar, a região da América Latina e Caribe é a que possui maior número de BMDs em operação (dezenove instituições), dos quais onze deles de atuação exclusivamente regional e sub-regional. As regiões que compreendem o Oriente Médio

e África do Norte e a África Subsaariana possuem, também, um número expressivo de BMDs, com dezesseis instituições cada uma, das quais oito se caracterizam como de abrangência regional e sub-regional.

As instituições de caráter global, somados aos organismos de abrangência regional e sub-regional, formam um sistema de banco de desenvolvimento diverso e nem sempre integrado, mas com o objetivo comum de mobilizar recursos para o financiamento do desenvolvimento econômico. Essas instituições atuam de maneira relativamente padronizada e customizada (*country-by-country-basis*), dentro de um mercado competitivo, tanto no âmbito regional quanto nacional, onde cada banco necessita se posicionar em termos de vantagens comparativas e diferenciação em relação a outros BMDs, outras instituições financeiras de desenvolvimento (cooperação bilateral, por exemplo) e outras fontes de financiamento (públicas e privadas).

No caso da região da América Latina e Caribe, que apresenta um número significativo de instituições sub-regionais, entre as quais se destacam a CAF, o BCIE, o BDC e, mais recentemente, o Banco do Sul,[1] pode-se dizer que os processos de integração econômica-regional levados a cabo, sobretudo, a partir dos anos 1960, foram determinantes na criação destas instituições. Em geral, estes bancos foram criados com o propósito de contribuir com o desenvolvimento econômico e social de seus países-membros, cujas funções principais estavam centradas na mobilização de recursos financeiros de médio e longo prazo para o financiamento de projetos em áreas que viessem a proporcionar a complementação econômica e produtiva dos respectivos membros (Titelman, 2006). Mais recentemente, as perspectivas de crescimento da região, com o consequente aumento da demanda por investimentos, sobretudo em infraestrutura física, têm representado um importante vetor de atração dos BMDs, e feito com que esses bancos apresentem um dinamismo notável na região.

No que diz respeito ao Brasil, seu potencial em relação à demanda por financiamento, além da experiência em termos de execução de políticas públicas exitosas, constitui elementos determinantes para a atuação dos BMDs no país. Atualmente opera no Brasil

1. Criado em setembro de 2009, o Banco do Sul ainda não entrou em operação. Encontra-se aguardando a ratificação de seu Convênio Constitutivo por parte de alguns países signatários (Brasil e Paraguai), além do aporte de capital mínimo previsto.

mais de uma dúzia de agências multilaterais[2] que, em conjunto com outras instituições de caráter bilateral, financiam uma carteira de projetos públicos na ordem de US$ 35 bilhões.[3] Especificamente, a dinâmica do relacionamento do Brasil com o Banco Mundial, o BID e a CAF será objeto de análise nas próximas seções deste trabalho.

O país também participa, como acionista não mutuário de caráter extrarregional, em instituições como o BAfD, o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAfD) e, mais recentemente, no BDC – está em processo de negociação seu ingresso no BCIE e no BAsD. A motivação para a participação do país como acionista desses organismos obedece, fundamentalmente, a razões geopolíticas – voltadas a proporcionar maior visibilidade e influência do país nas respectivas regiões –, além de econômicas, vinculadas a habilitar a participação de empresas brasileiras nos processos licitatórios para o fornecimento de bens e serviços para os projetos financiados pelos respectivos bancos.

2.2 A divisão de trabalhos entre os BMDs

Entende-se como divisão de trabalho a existência de um processo organizado e integrado, no qual cada instituição atua de acordo com as vantagens comparativas que se apresentem em relação aos países e regiões. De maneira geral, a organização do processo de atuação dos organismos internacionais de desenvolvimento depende da capacidade dos países de lidar com essas instituições, focando atenção em áreas realmente prioritárias e evitando atuações paralelas e sobreposição de ações.

Prada (2012) reconhece que, em nível de organismos sub-regionais, existe claramente um processo mais organizado de operação, muito embora em um ambiente de competitividade, com a identificação de nichos específicos de trabalho. Nesse contexto, cita alguns elementos importantes que influenciam na determinação da competitividade de um banco de desenvolvimento, como por exemplo: *i)* a capacidade de inovação em termos de novas abordagens e mecanismos de financiamento; *ii)* a flexibilidade e

2. Os principais BMDs que atuam no Brasil são: Grupo do Banco Mundial (BIRD, CFI e Miga), Grupo BID (BID, CII e Fumin), CAF, Fida, GEF, BEI, NIB, Fonplata.

3. Valor referente à carteira de projetos em execução com organismos multilaterais e bilaterais, de acordo com informações fornecidas pelo Sistema de Informações da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sispro/Seain/MPOG), em dezembro de 2012.

agilidade operacional em processar e entregar produtos; *iii)* a capacidade de mobilização de recursos; e *iv)* o conhecimento da região e/ou país.

O processo de divisão de trabalho dos organismos multilaterais na América Latina foi examinado por Sagasti (2002), levando em consideração o relacionamento dessas instituições: *i)* com as fontes privadas de financiamento; *ii)* com os organismos internacionais e agências bilaterais de cooperação; e *iii)* entre os próprios BMDs. Com respeito ao relacionamento com o sistema financeiro privado, o autor conclui pela existência de complementaridades importantes, sendo que os BMDs "(...) podem ajudar a criar um clima favorável para o investimento e fornecer confiança aos investidores privados, muitos dos quais buscam a opinião destes organismos sobre a viabilidade e qualidade dos projetos" (Sagasti, 2002, p. 43, tradução nossa).

Com relação aos organismos internacionais e agências bilaterais de cooperação, o autor menciona que a falta de coordenação e a sobreposição entre agências e programas dificultam a mobilização de recursos concessionais e doações, além de impor, sobretudo aos países de menor desenvolvimento relativo, um alto custo administrativo pela multiplicação de demandas e requerimentos de informações. Trata-se de crescente proliferação e segmentação que geram altos custos de transação e falta de eficiência.[4]

Por último, no que diz respeito ao relacionamento entre os próprios bancos multilaterais, o autor aponta a existência de uma clara divisão de trabalho, especialmente no que tange à atuação em países, setores, tamanho de projetos e oferta de produtos financeiros. Como exemplo, cita a atuação do Banco Mundial que, pelas suas características de inserção global, opera em um segmento de financiamentos de maior valor, possui uma considerável capacidade de mobilizar recursos em situações de crise (função contracíclica) e elevado potencial de disseminação de conhecimento, tendo em vista sua atuação e experiência mundial. Um ponto interessante levantado pelo autor refere-se à cooperação existente entre os BMDs, em especial na região da América Latina e Caribe, relacionada ao aporte de recursos financeiros e técnicos para a consolidação e expansão de operações e fortalecimento institucional. Nesse aspecto, menciona o fato de o BID ter participado ativamente na criação e reestruturação de bancos sub-regionais como o BCIE, BDC, CAF e Fonplata, assim como a participação do Banco Mundial no fornecimento de

4. Com respeito à participação do Brasil como doador nos fundos multilaterais de desenvolvimento, ver Gonzalez e Pereira (2012).

linhas de crédito para a ampliação da capacidade de empréstimos desses bancos às suas respectivas regiões.

Nesse contexto, conclui que, a despeito da existência de estilos de gerenciamento, presença em campo, relacionamento institucional e competência técnica diferenciada, os BMDs atuam na região da América Latina e Caribe de maneira relativamente coordenada, caracterizando-se como um sistema integrado, ainda que em um mercado competitivo e com grande potencial de demanda por financiamento.

A conclusão anterior reflete perfeitamente o *modus operandi* dos bancos de desenvolvimento no Brasil. Com um mercado atrativo para a atuação multilateral, tendo em vista o potencial de demanda para financiamentos, capacidade institucional e potencial de replicabilidade de projetos, essas instituições atuam de maneira relativamente organizada e em nichos específicos, determinados em função do conhecimento da área de atuação, custos operacionais e relacionamento institucional. Com relação a este último aspecto, é importante mencionar o papel do governo federal como interlocutor junto aos BMDs, interagindo tanto na determinação de estratégias de atuação no país quanto na definição de políticas e programas de financiamento.

2.3 Estrutura acionária e poder de voto

A estrutura acionária de um BMD pode ser definida como sendo a distribuição das ações entre seus Estados-membros. São estes, em última instância, que decidem as estratégias de atuação dos bancos, no âmbito de sua governança institucional, operacional e financeira. Essa estrutura é definida pelos convênios constitutivos dos organismos e pode ser modificada em função da entrada de novos membros ou de redistribuição acionária como resultado de recomposições de capital.

Em sua concepção tradicional,[5] os acionistas podem ser divididos entre países que contribuem financeiramente e tomam empréstimos (países mutuários) e aqueles que, a despeito de aportarem recursos financeiros, não tomam financiamentos (países não

5. Como é o caso da estrutura do Banco Mundial, do BID e de outros organismos de atuação regional. Alguns organismos classificados como sub-regionais, como o CAF, não fazem a distinção entre países mutuários e não mutuários, e todos os países acionistas têm o direito de tomar financiamentos, tendo em vista a proporção acionária que cada membro possui com relação ao capital total da instituição.

mutuários ou doadores). A proporção da participação acionária entre os países mutuários e não mutuários determina a estrutura de poder e governança dos BMDs e influencia diretamente a qualidade do crédito obtido por cada instituição.

A tabela 2 apresenta uma comparação entre a estrutura do poder de voto entre países-membros de organismos multilaterais selecionados, levando em consideração a divisão entre mutuários e não mutuários.

TABELA 2
Poder de voto em bancos multilaterais de financiamento selecionados

BMD	Poder de voto (%)		Principais acionistas (%)	
	Não mutuário	Mutuário	Não mutuário	Mutuário
BIRD[1]	52,63	47,37	Estados Unidos (15,07), Japão (8,88), Alemanha (4,44), França (4,20) e Reino Unido (4,20)	China (3,23), Índia (3,06), Rússia (2,42), Brasil (1,85) e Irã (1,67)
BID	49,99	50,01	Estados Unidos (30,06), Japão (5,01) e Canadá (4,00)	Brasil (10,9), Argentina (10,9) e México (7,01)
AsDB	57,14	42,86	Japão (12,9), Estados Unidos (12,9) e Austrália (4,51)	China (5,53), Índia (5,44), Indonésia (4,72) e Coreia do Sul (4,39)
AfDB	39,99	60,01	Estados Unidos (6,6), Japão (5,4) e Alemanha (4,0)	Nigéria (9,0), Egito (5,1) e Líbia (3,7)
CAF[2]		100,00		Peru (19,3), Venezuela e Colômbia (19,1, cada), Argentina (8,8) e Brasil (8,1)

Fonte: Sagasti e Prada (2006).

Notas: [1] No caso do BIRD, tendo em vista o conceito de *mix constituence*, em que os países mutuários e não mutuários compartilham uma mesma cadeira, o poder de voto é dado pelas respectivas *constituences* e não pelos países de forma individual, com exceção feita aos Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido, que possuem cadeiras individuais e, juntos, detêm 36,79% do poder de voto do organismo.

[2] Os percentuais de participação acionária referem-se ao capital subscrito, de acordo com o *Relatório anual* de 2011 do respectivo banco.

Obs.: As informações para o BIRD e a CAF foram atualizadas pelos respectivos *Relatórios anuais* de 2012.

De maneira geral, para a amostra de bancos apresentada, observa-se uma posição majoritária dos países não mutuários no BIRD e no Banco Asiático e um quase equilíbrio no BID, onde os mutuários possuem presença majoritária por apenas 0,01% dos votos. Nos demais organismos, prevalece maior poder de voto dos países mutuários, e na CAF a totalidade das ações é distribuída somente àqueles países tomadores de financiamentos (mutuários), ou seja, todos os países-membros são elegíveis para aceder às suas linhas de crédito.[6] Chama a atenção, também, a importante participação acionária dos Estados Unidos e do Japão em todos os organismos selecionados, com exceção da CAF, o que

6. Gurria e Volcker (2001) preconizaram para o século XXI um modelo de financiamento do desenvolvimento cuja característica fundamental corresponde a de "um clube de mutuários, onde todos os acionistas são também tomadores de empréstimos". É este exatamente o desenho da estrutura acionária da CAF.

reflete a grande influência desses países no âmbito do sistema multilateral de financiamento para o desenvolvimento. No caso particular do BID, a grande participação dos Estados Unidos como principal acionista do organismo, muito embora a maioria das ações (50,01%) esteja de posse dos países tomadores de financiamento, reflete-se em forte influência dos norte-americanos na governança do banco que, com outros países não mutuários (especialmente o Japão), formam um bloco de interesses e pressão que impõe aos países mutuários a necessidade de um grande poder de mobilização e organização para fazer valer suas posições e interesses na estrutura de governança do organismo.

Pode-se dizer que, quanto mais abrangente e complexa for a estrutura de poder de voto de um banco multilateral, mais intricada e heterogênea é a relação de interesses entre seus acionistas. De acordo com Sagasti e Prada (2006, p. 118), pelo fato de os bancos multilaterais pertencerem aos Estados-membros, eles tendem a atuar em consonância com os interesses e preferências expressados pelos acionistas, o que significa estar aberto e sensível a uma série de pressões por parte de inúmeros grupos de interesse, os quais possuem capacidade real de pressão, influenciando diretamente nas decisões de política interna dos organismos. Nessa perspectiva, bancos com atuação geográfica mais limitada e estrutura acionária mais concentrada nos países beneficiários, como é o caso dos bancos sub-regionais, tendem a levar mais em conta os interesses desses países, proporcionando-lhes maior participação nas decisões e na determinação de estratégias de governança e operacionalização, além de apresentarem custos transacionais mais baixos e procedimentos operacionais mais ágeis. É o que se denomina "sentimento de pertencimento" (*ownership*), que pode ser definido como o grau de influência institucional que os países-membros possuem em uma determinada instituição multilateral (Titelman, 2006).

2.4 Indicadores financeiros e operacionais

De uma maneira geral, os BMDs são considerados intermediários financeiros internacionais cuja propriedade encontra-se compartida entre os Estados-membros. Possuem estrutura financeira de instituições cooperativas, cujo objetivo não se constitui na maximização de lucros, mas no alcance de metas financeiras e corporativas que assegurem uma posição financeira capaz de sustentar suas atividades operacionais e o cumprimento do papel de mobilizar recursos para o financiamento de projetos de desenvolvimento.

Os BMDs apresentam uma estrutura de capital peculiar, em que o capital subscrito equivale ao somatório entre o capital exigível (*callable*) e o capital pago (*paid-in*). Tendo em vista que o capital exigível é um capital de garantia e, portanto, não oneroso do ponto de vista de disponibilização monetária por parte dos países acionistas, é possível elevar substancialmente o capital subscrito de um banco sem precisar realizar desembolsos financeiros adicionais significativos, isto é, mantendo-se uma elevada proporção de capital exigível. Esta particularidade contábil permite que se mantenha uma baixa relação entre volume de empréstimos e capital que, somada à estrutura acionária e à reputação construída junto ao mercado, decorrente diretamente da adoção de práticas operacionais e financeiras prudentes, definem a qualificação de risco e, portanto, o custo de captação de recursos desses organismos. De acordo com Sagasti (2002, p. 9):

> A chave das operações da banca multilateral está em que os países-membros não fazem efetivo seu aporte de capital exigível, se comprometendo a aportá-los somente no caso – nunca visto até o momento – de que um banco multilateral enfrente problemas devido a uma cessação massiva de pagamentos por parte de seus mutuários. Na realidade o capital exigível constitui uma garantia de aporte de capital fundada na capacidade financeira dos Estados membros acionistas e em seu compromisso político com o Banco (tradução nossa).

Dessa forma, a conjunção adequada dos fatores mencionados, aliada ao caráter de "credor preferencial" que os BMDs detêm junto aos países mutuários, assegura a obtenção de classificação de risco preferencial para a emissão de títulos no mercado financeiro, de maneira geral mais elevada que a dos próprios países-membros individualmente, o que lhes atribui um importante papel de democratizar o acesso ao mercado, notadamente para aqueles países que apresentam dificuldades, em função de riscos de crédito elevados.

A tabela 3 apresenta informações operacionais e financeiras para o ano de 2012, relacionadas a bancos multilaterais selecionados com abrangência global (BIRD), regional (BID, BAfD e BAsD) e sub-regional (CAF). Das informações disponibilizadas, podem-se observar diferenças marcantes entre as instituições avaliadas, notadamente em relação aos valores de capital, patrimônio, atividade operacional, número de membros, gastos administrativos, entre outros. Embora seja possível notar uma homogeneidade com relação à classificação de risco dos organismos, em que todos possuem qualificação de grau de investimento, a CAF apresenta uma qualificação relativamente mais baixa (AA-).

TABELA 3
BMDs: indicadores financeiros e operacionais (2012)
(Em US$ milhões)

	BIRD	BID	BAfD[1]	BAsD	CAF[2]
Capital subscrito	205.394,00	116.880,00	100.230,24	163.129,00	6.301,60
Capital exigível	192.976,00	112.240,00	92.602,50	154.950,00	2.664,60
Capital pago	12.418,00	4.640,00	7.627,73	8.178,00	3.637,00
Patrimônio[3]	36.685,00	20.681,00	8.207,15	16.420,00	6.865,00
Empréstimos pendentes de reembolso	134.209,00	68.460,00	16.730,91	52.837,00	16.153,00
Empréstimos aprovados	20.582,00	10.799,00	2.767,99	9.400,00	9.275,00
Número de empréstimos aprovados	93	169	48	73	170
Desembolsos	19.777,00	6.883,00	3.393,52	6.800,00	4.960,00
Gastos administrativos	1.631,00	663,00	160,76	351,14	91,00
Número de países-membros	188	48	77	67	18
Número de países mutuários	79	26	53	45	18
Qualificação de crédito	AAA[7]	AAA	AAA	AAA	AA-
Indicadores operacionais e financeiros					
Capital pago/capital subscrito (%)	6	4	8	5	58
Gastos admin./empr. aprovados (%)	8	6	6	4	1
Coeficiente de capital ponderado em função do risco[4]	3,66	3,31	2,04	3,22	2,35
Coeficiente de alavancagem[5]	0,58	0,52	0,17	0,31	1,70
Valor médio dos projetos[6]	221,31	63,90	57,67	128,77	54,56

Fonte: Estados financeiros e *Relatórios anuais* de 2012.
Elaboração dos autores.
Notas: [1] Valores convertidos da unidade africana (UA) para dólar dos Estados Unidos pela taxa equivalente a 1 UA = 1,53692 US dólar.
[2] Considerou-se como capital exigível o valor de US$ 1.104,20 milhão de recursos subscritos mas ainda não pagos.
[3] Capital pago + lucros retidos.
[4] Relação entre os empréstimos pendentes de reembolso e o patrimônio.
[5] Relação entre os empréstimos pendentes de reembolso e o patrimônio + o capital exigível (empréstimos pendentes/capital total).
[6] Relação entre o valor e o número dos empréstimos aprovados.
[7] Qualificação de crédito de acordo com a Standard & Poor's.

Em termos de magnitude de capital, merece destaque o BIRD, de um lado, com um capital subscrito em torno de US$ 205,4 bilhões, e a CAF, de outro, com um capital de US$ 6,3 bilhões. Nesse intervalo, encontram-se o BAsD, com US$ 163,1 bilhões, o BID e o Banco Africano com, respectivamente, US$ 116,9 bilhões e US$ 100,2 bilhões de capital subscrito. Com respeito à composição do capital, é importante observar a relação entre capital pago (*paid-in*) e capital subscrito, medida que em geral é estabelecida pelos respectivos convênios constitutivos em função da estrutura acionária dos bancos. Observa-se certa constância entre as instituições de caráter global e as regionais – 6% em média – e uma diferença acentuada na CAF, que apresenta uma relação de 58% entre estas duas categorias da composição de capital. Essa diferença reflete a estrutura

acionária – majoritariamente composta de países de menor desenvolvimento relativo – deste organismo, que lhe impõe a necessidade de atuar com um volume maior de recursos efetivamente disponíveis (capital pago), limitando a magnitude de seu capital subscrito, relativamente pequeno quando comparado com as demais instituições.

Do ponto de vista operacional, observa-se que o BIRD é o banco que apresentou o maior volume de aprovações de empréstimos (US$ 20,6 bilhões) e de desembolsos (US$ 19,8 bilhões) em 2012. O BAfD, por sua vez, é a instituição com menores índices de aprovações e desembolsos, com, respectivamente, US$ 2,8 bilhões e US$ 3,4 bilhões no ano. O BID, o BAsD e a CAF apresentaram certas similaridades em termos de aprovações no período, sendo que este último desembolsou relativamente menos que seus pares, com cerca de US$ 5,0 bilhões direcionados à execução de seus projetos. Sobre essas informações, pode-se inferir que o desempenho do BIRD justifica-se pela sua atuação global, refletida no grande número de países elegíveis para financiamento (79 países), além de um valor médio dos projetos aprovados significantemente acima dos demais organismos. Com relação ao BAfD, os baixos volumes de aprovações e desembolsos podem ser atribuídos ao fato de que parte substancial dos países elegíveis para financiamentos no banco (49 países de um total de 53) também é elegível para receber empréstimos, em condições concessionais, do FAfD e do braço concessional do grupo do BAfD, fazendo com que esse banco tenha sua atuação limitada à concessão de financiamentos integrais a basicamente quatro países, além de contribuir com financiamentos compartidos (*blend*), com os recursos do Fundo Africano para aqueles países mais pobres. Contudo, chama a atenção o desempenho da CAF que, com um capital bastante inferior ao dos demais organismos e um número de mutuários relativamente limitado (dezoito países), foi capaz de manter um volume de aprovações equiparado ao do BID e do BAsD, além de um nível de desembolsos nada desprezível para um banco de sua magnitude. Os números apresentados pela CAF ilustram que este organismo atua de maneira diferenciada, quando comparado com os demais BMDs, focando operações de curta maturação e com uma carteira de financiamento relativamente equilibrada em termos de empréstimos com risco soberano e não soberano, que lhe permite retorno mais rápido sobre o capital investido.

A tabela 3 registra, ainda, alguns indicadores de desempenho operacionais e financeiros. Observa-se que o BIRD é o organismo que apresentou maior relação entre gastos administrativos e empréstimos aprovados no período (8%), e a CAF, a menor relação entre os bancos analisados (1%). O BID e o BAfD, por sua vez, possuem uma relação similar com respeito a esse indicador, em torno de 6%, tendo o BAsD apresentado um coeficiente de 4%. Pode-se inferir, neste contexto, que o BIRD apresentou custos operacionais mais elevados para preparar suas operações de financiamento e a CAF, por seu turno, constitui-se como o banco cujos projetos são os menos dispendiosos. Uma possível justificativa para os custos operacionais mais elevados do BIRD seria sua escala global de atuação, com impactos importantes em termos de custos operacionais, além da maior complexidade de seus projetos e o escopo temático mais abrangente. Do ponto de vista da CAF, sua atuação em escala sub-regional e a relativa baixa complexidade de suas operações, focadas em projetos de investimentos, sobretudo nos setores de infraestrutura viária e urbana, explicam seus custos operacionais mais baixos. Outro indicador que chama a atenção é o grande número de projetos aprovados pelo BID e pela CAF durante o período, 167 e 170, respectivamente, os quais representam quase o dobro das operações realizadas pelo BIRD (93 projetos), o que reflete o grande dinamismo destas instituições nas regiões em que atuam.

Merece destaque na comparação entre os BMDs os indicadores de suficiência e solidez financeira. Na tabela 3, são apresentados dois destes indicadores: os coeficientes de adequação de capital e conceitos estrito e amplo. Os dois indicadores avaliam o grau de alavancagem das instituições, levando em conta a relação entre a carteira de empréstimos pendentes de reembolso, ou seja, aqueles recursos que foram desembolsados, mas ainda não repagados, e o capital. A diferença entre os dois indicadores é que o de conceito estrito inclui como capital somente os valores referentes ao patrimônio,[7] enquanto o de conceito amplo inclui, ademais, os valores relacionados ao capital exigível. Observa-se que, para o período analisado, todos os organismos apresentaram graus de alavancagem substancialmente abaixo dos requisitos mínimos previstos nos Acordos de Basileia III,[8] que equivale a uma relação entre empréstimos e capital de 12,5. Essa situação é reforçada quando se avalia o coeficiente de adequação de capital no conceito

7. Considera-se como patrimônio o somatório entre o capital pago (*paid-in*) e os lucros retidos no período.

8. Em termos de alavancagem financeira, os Acordos de Basileia III preveem como sendo de 8% o requisito mínimo de capital para empréstimos do setor bancário privado, o que equivale a uma relação entre empréstimos e capital de 12,5 (conceito estrito).

amplo, que indica a relação entre empréstimos e capital total. Com exceção da CAF que, pelas suas particularidades, apresenta um grau de alavancagem superior aos demais – esse indicador se mostra substancialmente inferior a 1, significando que esses bancos estão operando com margens muito baixas de alavancagem financeira, inferior, inclusive, ao já conservador "coeficiente de alavancagem 1 a 1", característica da prudência financeira dos BMDs.[9]

Neste aspecto, tendo em vista a exagerada prudência financeira e o elevado grau de aversão ao risco de grande parte dos BMDs, ganha corpo o debate existente sobre a necessidade desses organismos de se reestruturarem, por meio da adoção de políticas operacionais mais pragmáticas e flexíveis, de modo a ampliar não somente o volume de recursos financeiros para novos projetos, mas também oferecer mecanismos de financiamentos inovadores, que venham a atender de maneira mais efetiva a necessidade dos países mutuários.

Perry (2009), reconhecendo que os BMDs devem ir além de suas funções tradicionais de financiar projetos, defende que esses bancos atuem de maneira mais arrojada e com menor aversão a riscos de mercado, revendo políticas operativas com o propósito de incorporar em seus balanços graus mais elevados de risco. Isso possibilitaria que esses organismos atuassem de maneira mais efetiva não somente em termos dos financiamentos tradicionais, mas na concepção de mecanismos financeiros inovadores, que venham a atender, principalmente, àqueles países considerados como de renda média, que, pela sua estrutura econômica e acesso a mercados financeiros, demandam produtos financeiros diferenciados. Nesta perspectiva, avalia uma série de instrumentos financeiros que, caso sejam implementados, poderiam vir a mitigar riscos comuns nas economias em desenvolvimento, notadamente aqueles vinculados às mudanças conjunturais bruscas nos mercados internacionais, como riscos de câmbio, de preços de *commodities*, de termos de troca, além de instrumentos que garantissem a efetiva contraciclicidade de recursos financeiros em momentos de crises. De acordo com esse autor, os bancos multilaterais deveriam desempenhar uma função mais catalítica nesse aspecto e utilizar as prerrogativas de *market-makers* para coordenar a operacionalização de instrumentos de dívida de modo a salvaguardar os países dos efeitos da diminuição abrupta de recursos financeiros.

9. O "coeficiente de alavancagem 1 a 1" significa que o volume total de empréstimos pendente de desembolso não pode exceder o capital total.

Culpeper (2013) reforça o argumento apresentado por Perry (2009), e enfatiza a necessidade de os BMDs adaptarem-se institucionalmente com vistas a desempenharem um papel relevante no período pós-crise de 2008, ajudando os países mutuários no gerenciamento de suas economias em um ambiente consideravelmente mais turbulento. Para tal, o autor menciona a necessidade de estes bancos adotarem posições mais pragmáticas e menos ideológicas em aspectos vinculados às estratégias de desenvolvimento, além de propor uma agenda para curto e longo prazos, de modo que estes organismos venham a desempenhar papel mais relevante no período pós-crise. Nesse aspecto, em termos de curto prazo, o autor enfatiza a importância da elaboração de uma estratégia operacional explícita no sentido de garantir a contraciclicidade de recursos financeiros, especialmente em períodos de volatilidade dos mercados internacionais de capitais e mercadorias, tanto por intermédio de financiamentos tradicionais, quanto por meio da promoção do uso de instrumentos financeiros apropriados, de modo a mitigar riscos de queda abrupta no crescimento econômico dos países.

Em termos de longo prazo, defende ações que tornem esses bancos mais ágeis e flexíveis no atendimento da demanda dos países clientes, além de prestar apoio financeiro e técnico: *i)* aos BMDs, os quais se configuram como agentes importantes nas estratégias de desenvolvimento financeiro dos países em desenvolvimento; *ii)* ao financiamento das pequenas e médias empresas (PMEs), tendo em vista seu potencial de criação de emprego, renda e vetores de inovação e crescimento; *iii)* ao fortalecimento da inclusão financeira, por meio do apoio não só do microcrédito, mas também de instrumentos de poupança popular e de seguros; e *iv)* ao financiamento de bens públicos globais, como por exemplo biodiversidade, mudanças do clima, proteção de florestas, entre outros.

Em suma, a agenda atual de discussões em torno dos BMDs concentra-se em torno de três vetores principais: *i)* a adicionalidade de recursos financeiros para o financiamento de novos projetos, notadamente na área de infraestrutura,[10] em um ambiente onde a principal restrição a novos aportes de capital vincula-se à crise econômica que atinge grande parte de seus principais acionistas; *ii)* maior agilidade no atendimento de demandas apresentadas pelos países mutuários, notadamente no que diz respeito à promoção de instrumentos

10. De acordo com Bhattacharya *et al.* (2012), a atual arquitetura financeira global não é capaz de prover recursos suficientes para o financiamento de projetos de infraestrutura nos países em desenvolvimento, cujo *deficit* de recursos equivale entre US$ 1,8 trilhão e US$ 2,3 trilhões anuais. Nesse aspecto, a elevação de recursos para projetos nessa área é fundamental no sentido de diminuir este desequilíbrio estrutural de recursos e alavancar um processo de desenvolvimento sustentável nesses países.

financeiros inovadores e procedimentos menos complexos em termos de preparação de operações de financiamentos; e *iii)* a flexibilização das estruturas atuais de governança, de modo a proporcionar participação mais efetiva e, consequentemente, maior empoderamento dos países mutuários, como reflexo da nova ordem de forças na economia mundial.

As dificuldades em se obter avanços significativos na adoção desta agenda, além da necessidade política de maior reafirmação dos países emergentes no cenário financeiro global, têm fomentado diversas iniciativas de criação de novos bancos multilaterais, a exemplo do recém-criado Banco do Sul e do Banco de Desenvolvimento dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que se encontra em fase avançada de negociação entre os países deste agrupamento.

2.5 Produtos e serviços financeiros

Os bancos multilaterais oferecem uma ampla opção de produtos e serviços financeiros, que incluem empréstimos para financiamento de programas e projetos do setor público e privado, garantias ao investimento privado – principalmente na figura de garantias contra riscos políticos, de crédito e de convertibilidade de moeda –, assistência técnica, além de uma série de ações de fortalecimento institucional aos países mutuários. O quadro 1 apresenta um resumo dos principais produtos financeiros oferecidos por essas instituições, assim como os respectivos instrumentos de financiamento.

Entre os produtos listados, os financiamentos com garantia soberana ao setor público respondem por grande parte da demanda dos países-membros, constituindo-se como o principal produto dos BMDs. Estas operações são de caráter ordinário ou concessional, dependendo da política de graduação de cada instituição em particular.[11] De modo geral, estão vinculadas a uma série de instrumentos de financiamento, os quais foram se diversificando ao longo do tempo, tendo em vista estratégias e políticas internas de cada organismo, formando, atualmente, um amplo rol de opções, que inclui, além dos tradicionais empréstimos para investimento específico (*investment loans*), programas

11. Os empréstimos classificados como "concessionais", que apresentam custos financeiros relativamente baixos e longos períodos de repagamento (em média quarenta anos no Banco Mundial e BID), em geral fazem parte de "janelas" específicas dos BMDs voltadas ao financiamento de operações em países de menor desenvolvimento relativo, como é o caso da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) do Grupo do Banco Mundial e do FOE do BID. O acesso e o custo desses financiamentos fazem parte de uma política de graduação específica dos bancos, em função da renda *per capita* e do grau de risco de *default* dos países tomadores.

de reforço orçamentário, programas de desenvolvimento setorial de abordagem ampla, programas vinculados exclusivamente a desastres naturais, entre outros.[12]

QUADRO 1
Principais produtos financeiros e instrumentos de financiamento oferecidos pelos BMDs

Produto financeiro	Instrumento de financiamento
Financiamentos: produto associado ao financiamento de investimentos do setor público e privado, com ou sem garantia soberana.	i. Empréstimos para projetos e programas específicos (*investment loans*). Essas operações, normalmente, apresentam um foco de longo prazo e podem ter caráter ordinário ou concessional, dependendo da política de graduação de cada organismo ii. Empréstimos para ajuste estrutural e setorial baseados em políticas (*adjustment/policy based loans*). Normalmente com uma abordagem de curto prazo, essas operações proveem rápido desembolso de recursos financeiro em suporte a reformas institucionais e de políticas iii. Empréstimos de emergência, incluindo o conceito de emergência econômica ou climática iv. Empréstimos contingentes
Cooperação técnica: produto vinculado ao desenvolvimento de ações de desenvolvimento institucional, transferência de conhecimento e estudos.	i. Empréstimos não reembolsáveis ii. Empréstimos reembolsáveis iii. Recuperação de contingente iv. Mecanismos de preparação de projetos
Garantias: produto vinculado à diminuição de riscos políticos, de crédito e regulatórios de projetos e programas.	i. Garantias de crédito ii. Garantias de risco político iii. Garantia de riscos regulatórios
Produtos de cobertura e diluição de riscos (*hedging*).	i. *Hedge* de conversão de moedas e *swaps* ii. *Hedge* de conversão de juros iii. Financiamentos estruturados iv. Participações acionárias v. Empréstimos sindicalizados

Fonte: World Bank (2001) e sítios eletrônicos do BID e da CAF.

Pode-se observar, ainda pelo quadro 1, uma série de produtos e instrumentos financeiros vinculados a operações com o setor privado. De uma maneira geral, os BMDs começaram a apoiar o desenvolvimento do setor privado a partir dos anos 1990, por meio do financiamento a projetos de investimento, da concessão de garantias, da execução de programas de fomento às PMEs, além de uma série de ações de assistência técnica para o fortalecimento desse setor. Muito embora essas operações não sejam, em geral, significativas em termos de valor de portfólio, representam uma importante iniciativa para a viabilização do desenvolvimento do setor privado dos países mutuários, notadamente aqueles com dificuldades de acesso a crédito e garantias de investimento.

12. A diversificação da oferta de instrumentos de financiamento costuma variar entre os BMDs. De maneira geral, os bancos de maior porte, de atuação global e regional, apresentam uma maior diversidade de instrumentos financeiros. Os bancos sub-regionais, por sua vez, tendem a atuar no espaço de instrumentos mais tradicionais, como os financiamentos a projetos específicos (*investment loans*).

Com relação à cooperação técnica, esse produto se constitui em importante ferramenta operacional dos BMDs, notadamente com relação à execução de ações vinculadas à transferência de conhecimento. Possuem papel importante na estratégia de atuação dos bancos, pois representam uma agregação de valor no relacionamento com os países. Os recursos para cooperação técnica geralmente possuem caráter concessional e estão organizados em "fundos fiduciários" individuais ou *multidonors*, sem vinculação (*untied*) ou com vinculações (*tied*), em termos da origem dos bens e serviços necessários à execução dos projetos. Esses fundos constituem importante fonte de recursos financeiros para os bancos multilaterais, complementando o financiamento de projetos e programas em temas específicos, como análise de factibilidade, impacto ambiental, atividades de identificação de projetos passíveis de financiamento, entre outros.

Como já colocado, os financiamentos com garantia soberana ao setor público constituem o principal produto financeiro dos BMDs. A tabela 4 mostra a destinação das operações aprovadas durante o período 2008-2012 entre o setor público e o privado, por parte do Banco Mundial, Grupo BID e CAF. Pode-se observar que, para o Grupo do Banco Mundial, 80% das operações aprovadas no período 2008-2012 caracterizaram-se como financiamento soberano ao setor público, enquanto para o BID essa proporção alcançou 97% das operações. A CAF, por sua vez, é o organismo que apresenta a destinação mais equilibrada de seus empréstimos, com 51% dos financiamentos dirigidos ao setor público e 49%, ao setor privado sem garantia soberana. Essa característica faz da CAF um dos organismos de desenvolvimento mais ativos em operações junto ao setor privado, o que reflete a importância desse setor em sua estratégia de atuação e crescimento nos locais onde atua.

TABELA 4
Empréstimos aprovados por destinação (2008-2012)
(Em US$ milhões)

Tipo de empréstimo	Banco Mundial		Grupo BID		CAF	
	Valor (US$ milhões)	%	Valor (US$ milhões)	%	Valor (US$ milhões)	%
Setor público[1]	209.097,00	80	60.862,00	97	23.843,00	51
Setor privado[2]	50.858,00	20	1.819,70	3	23.147,00	49
Total	**259.955,00**	**100**	**62.681,70**	**100**	**46.990,00**	**100**

Fonte: Relatórios anuais dos bancos, vários anos.

Elaboração dos autores.

Notas: [1] Inclui empréstimos com garantia soberana ao setor público (ordinários e concessionais).

[2] Inclui empréstimos sem garantia soberana ao setor privado.

2.6 Condições financeiras dos empréstimos

Uma das principais funções dos bancos multilaterais consiste na mobilização de recursos financeiros nos mercados de capitais, para em seguida repassá-los aos países mutuários, com custos mais competitivos, para o financiamento de projetos públicos e privados. Neste contexto, o custo de captação desses recursos está diretamente associado à reputação que cada instituição possui no mercado, tendo em vista sua estrutura acionária, políticas de suficiência de capital e a adoção de práticas operacionais e financeiras prudentes.

De maneira geral, os custos financeiros dos empréstimos ordinários ao setor público com garantia soberana, que correspondem à grande maioria dos financiamentos dos BMDs, são baseados em uma taxa variável, geralmente indexada à Libor, acrescidos de encargos que visam cobrir os custos de captação (*loan charges*), de gastos administrativos e de comprometimento de recursos (comissão de compromisso).[13] A fixação desses encargos é atualizada periodicamente pelos organismos, e leva em consideração modelos financeiros de determinação de renda e adequação de capital.

A tabela 5 apresenta as condições financeiras de cinco BMDs selecionados, vigentes para o ano de 2013, referentes a empréstimos com garantia soberana para projetos de investimentos (*investiment loans*), os quais correspondem à grande maioria da carteira de empréstimos desses organismos.

TABELA 5
Condições financeiras de empréstimos com garantia soberana de BMDs selecionados (2013)

	BIRD	BID	CAF	BAsD	BAfD
Encargo sobre empréstimo[1]	Libor + 46 pb	Libor + 84 pb	Libor + 265 pb	Libor + 45 pb	Libor + 60 pb
Taxa de serviço[2]	25 pb	0	85 pb	0	0
Comissão de compromisso[3]	0	25 pb	35 pb	25 pb	0
Prazo de maturação	Até 25 anos	Até 25 anos	De 15 a 20 anos	De 16 a 19 anos	Até 25 anos

Fonte: BIRD: *IBRD lending rates and loan charges*.
BID: *Current interest rates and loan charges*.
ADB: *Operation manual*.
AfDB: *Applicable lendig rates*.
Elaboração dos autores.
Notas: [1] Taxas anuais aplicadas sobre a base Libor, para o ano de 2013, para financiamentos de projetos de investimento com garantia soberana. Os encargos são expressados em pontos-base (pb).
[2] Taxa cobrada para cobrir custos administrativos.
[3] Taxa cobrada sobre o saldo não desembolsado do financiamento.

13. A comissão de compromisso (*commitment fee*) incide sobre o saldo não desembolsado dos recursos financiados.

Observa-se que entre os bancos elencados, o Banco Asiático e o BIRD são os que apresentam melhores condições financeiras para seus empréstimos, muito embora o BAsD possua um prazo de maturação menor (até dezenove anos).[14] A CAF, por seu turno, é a instituição que cobra os maiores encargos financeiros, sendo que os encargos sobre empréstimos, a exemplo do BAsD, são fixados a partir do prazo de maturação dos financiamentos.[15]

É importante salientar que os encargos citados referem-se a empréstimos com garantia soberana para projetos e programas específicos. Instrumentos financeiros alternativos, como os empréstimos baseados em políticas, empréstimos de emergência e contingentes, assim como aqueles sem garantia soberana direcionados aos setores público e privado, apresentam encargos e prazo de amortização substancialmente distintos dos já mencionados.[16] Vale registrar, também, que os financiamentos originados das "janelas concessionais" dos organismos, como é o caso da Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), do Banco Mundial e do Fundo de Operações Especiais (FOE), do Grupo do BID, possuem condições financeiras classificadas como concessionais, com prazos de maturação que podem alcançar até quarenta anos.

14. No BAsD os encargos sobre empréstimos são determinados em função do prazo de maturação do financiamento. Assim, os financiamentos com prazos entre treze e dezesseis anos sofrem um acréscimo de 10 bp sobre o encargo-base; para aqueles financiamentos entre dezesseis e dezenove anos, o acréscimo alcança 20 pb.

15. A escala da CAF para empréstimos de risco soberano é a seguinte:

Prazos	Encargo financeiro
Até seis meses	75 pb
De seis meses até um ano	100 pb
De um ano até três anos	190 pb
De três anos até seis anos	220 pb
De seis anos até nove anos	235 pb
De nove anos até doze anos	255 pb
De doze anos até quinze anos	260 pb
Acima de quinze anos	265 pb

16. A título de exemplo, levando em consideração o instrumento de financiamento *Development Policy Loan* (DPL), do BIRD, os encargos sobre empréstimo alcançam 200 pb sobre a Libor, uma taxa de serviço de 100 pb e um prazo máximo de maturação de dez anos.

3 O BRASIL E O BIRD

Concebido no âmbito das discussões em torno da reestruturação do sistema financeiro internacional, na Conferência de Bretton Woods, em 1944, o BIRD foi criado em resposta às necessidades de reconstrução da Europa pós-guerra e de desenvolvimento da capacidade produtiva da economia mundial. Iniciou suas atividades em junho de 1946 e, ao longo de sua trajetória como banco de fomento, apresentou enfoques e modelos de atuação distintos quanto à adoção das estratégias de desenvolvimento. De atuação focada na reconstrução econômica europeia, o banco passa, a partir do final dos anos 1950, a atuar na promoção do crescimento econômico das denominadas economias subdesenvolvidas, por meio da concessão de empréstimos para projetos em infraestrutura física, notadamente nos setores de energia e transportes. Nos anos 1970, merecem destaque os financiamentos voltados à área social e, na década de 1980, como resultado da crise econômica, o organismo passa a atender às necessidades de curto prazo do balanço de pagamentos dos países subdesenvolvidos, por intermédio de financiamentos de elevado valor e rápido desembolso, não mais vinculados a projetos específicos, mas ao cumprimento de condicionalidades de caráter setorial e estrutural. Mais recentemente, o banco tem concentrado suas intervenções na diminuição da pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável.

O relacionamento do Brasil com o BIRD remonta ao final dos anos 1940, quando foi aprovado o primeiro projeto do país, voltado ao setor de energia, a uma empresa privada de capital estrangeiro, no valor de US$ 75 milhões.[17] Ao longo das décadas de 1960 a 1990, o relacionamento se deu, fundamentalmente, atendendo às necessidades do país, mas condicionado aos diferentes enfoques e ênfases quanto às estratégias de desenvolvimento adotadas pelo banco. Mais recentemente, de maneira clara, a partir da segunda metade dos anos 2000, o BIRD passa a operar sob o conceito de parceria, e não mais de assistência como em períodos anteriores. Essa nova modalidade de relacionamento, em que o banco reconhece a importância de estar associado às prioridades do governo para definir áreas e modalidades de atuação, representa uma mudança significativa na sua operacionalização no Brasil. Atualmente, com a índia e o México, o Brasil configura-se como um dos principais mutuários, tomador de recursos do banco.

17. *Brazil Power and Telephone Project*, cuja empresa mutuária foi a *Brazilian Light and Power Ltd.*

Este trabalho visa estudar as relações do Brasil com o BIRD focando duas dimensões: em primeiro lugar, mapear-se-á a dinâmica dos empréstimos e dos fluxos financeiros com o banco em termos de seu impacto sobre o balanço de pagamentos e de sua destinação setorial e por ente da Federação; em segundo, procurar-se-á analisar o processo de definição e avaliação de estratégias seguidas pelo banco.

3.1 A dinâmica dos empréstimos, fluxos e setores

Durante o período de 1990 a 2012, o BIRD aprovou compromissos de financiamento ao Brasil por valor de quase US$ 38 bilhões. Para efeitos de apresentação e sistematização das informações, optou-se por dividir o período em dois grandes subperíodos: um primeiro, que abarca os anos 1990 a 2002, corresponde aos governos dos presidentes Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC); e um segundo período, de 2003 a 2012, que compreende os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os dois primeiros anos do governo da presidente Dilma Rousseff.

Como pode ser observado na tabela 6, a carteira de empréstimos do banco ao Brasil evoluiu crescentemente desde 1990 até 2012, registrando uma média anual de financiamentos que passou de US$ 1 bilhão a quase US$ 2,6 bilhões. É especialmente significativo o volume de contratações realizadas no quatriênio 2007-2010 quando superaram os US$ 11 bilhões, com uma média anual de cerca de US$ 2,8 bilhões. Por sua vez, os desembolsos também registraram aumentos significativos, passando de uma média anual de US$ 662 milhões no período 1990-1994 para mais de US$ 2 bilhões em 2011.

TABELA 6
BIRD: empréstimos aprovados e desembolsos ao Brasil por períodos (1990-2012)
(Em US$ milhões)

Período	Empréstimos aprovados		Desembolsos	
	Valor total	Média anual	Valor total	Média anual
1990-1994	5.003,10	1.000,62	3.314,25	662,85
1995-1998	4.177,10	1.044,28	4.993,93	1.248,48
1999-2002	5.953,81	1.488,45	6.264,03	1.566,01
2003-2006	6.035,08	1.508,77	5.714,41	1.428,60
2007-2010	11.167,53	2.791,88	8.078,84	2.019,71
2011-2012	5.193,03	2.596,52	4.742,59	2.371,29

Fonte: World Bank.
Elaboração dos autores.

O relacionamento do Brasil com o banco apresentou modificações importantes, notadamente a partir de 2007, refletindo um novo patamar de volume de financiamentos e de desembolsos. Um dos fatores que explicam tal comportamento foi o direcionamento dos créditos dos BMDs em geral, e do BIRD, em particular, rumo aos estados e municípios, política deliberada do governo federal tendo em vista a enorme pressão exercida pelos entes subnacionais para a obtenção de financiamentos para atender à demanda por projetos, em sua maioria, na área de infraestrutura física.

A tabela 7 apresenta a evolução dos fluxos líquidos e das transferências líquidas com o Banco Mundial. Os fluxos líquidos se alternam, por períodos, exercendo pressões negativas ou positivas sobre a conta de capital do balanço de pagamentos. Já as transferências líquidas, com exceção de seis anos, exerceram pressão negativa sobre o balanço de pagamentos.[18] De outro lado, é importante salientar que, em termos dos ingressos totais na conta de capital provenientes de organismos internacionais durante o período 1990-2011, os desembolsos do banco constituíram quase a metade, 46%.[19]

18. A dinâmica destas contas depende muito do tipo de empréstimos e dos períodos de carência e de pagamento dos empréstimos, além, obviamente, dos juros e taxas. Os empréstimos de ajustamento setorial ou estrutural geralmente desembolsam rápido em duas *tranches*, algo que não caracteriza os empréstimos de investimento. De igual forma, a amortização significativa registrada em 2011 obedeceu a um pré-pagamento de dívida antiga com a finalidade de possibilitar maior nível de contratações, tendo em vista que o Brasil já tinha superado o seu limite de exposição com o banco (*single borrower limit*).

19. Os principais organismos internacionais que emprestam ao Brasil são, além do Banco Mundial, o BID e o Banco de Desenvolvimento da América Latina.

TABELA 7
Brasil: fluxos financeiros com organismos internacionais (OI) (1990-2009)
(Em US$ milhões)

Ano	Aprovações (IBRD)	Desembolsos (IBRD)	Amortizações (IBRD)	Fluxos líquidos (IBRD)[1]	Juros (IBRD)	Serviço da dívida (IBRD)[2]	Transferências líquidas (IBRD)[3]	Ingresso OI	Amortizações OI	Fluxos líquidos OI[4]	Juros pagos (outros investimentos)[5]	Ingressos (IBRD)/total[6]
1990	1.605,00	782,15	1.250,67	–468,53	724,63	1.975,31	–1.193,16	1.172,40	1.566,50	–394,10	–3.080,30	0,67
1991	505,00	839,75	1.248,12	–408,37	669,14	1.917,26	–1.077,51	1.143,20	1.448,20	–305,00	–3.917,90	0,73
1992	1.131,00	580,92	1.265,65	–684,73	647,23	1.912,88	–1.331,96	1.029,00	1.664,50	–635,50	–5.425,90	0,56
1993	1.002,10	471,03	1.278,73	–807,71	578,81	1.857,54	–1.386,52	969,50	1.668,60	–699,10	–5.888,77	0,49
1994	760,00	640,41	1.346,05	–705,64	536,51	1.882,56	–1.242,15	1.133,30	1.802,20	–668,90	–5.156,16	0,57
1995	462,00	837,50	1.376,90	–539,40	491,23	1.868,12	–1.030,62	1.654,50	1.670,38	–15,88	–5.965,59	0,51
1996	918,00	1.500,34	1.222,12	278,22	415,93	1.638,06	–137,72	2.875,09	1.628,76	1.246,33	–7.468,00	0,52
1997	1.700,60	1.416,17	1.048,63	367,54	379,69	1.428,32	–12,15	3.092,58	1.449,09	1.643,50	–7.129,36	0,46
1998	1.096,50	1.239,93	994,41	245,52	378,31	1.372,72	–132,79	4.170,49	1.421,96	2.748,53	–8.131,96	0,30
1999	1.464,50	1.532,75	952,40	580,36	428,08	1.380,48	152,28	4.584,46	1.599,15	2.985,31	–8.981,73	0,33
2000	1.593,17	1.692,28	886,87	805,41	464,34	1.351,21	341,07	4.673,54	1.477,48	3.196,06	–7.706,58	0,36
2001	1.414,45	1.638,62	828,38	810,25	533,20	1.361,58	277,04	3.082,62	1.642,91	1.439,72	–6.758,22	0,53
2002	1.481,69	1.400,38	1.062,73	337,64	458,77	1.521,50	–121,13	3.872,20	2.511,33	1.360,87	–5.578,21	0,36
2003	1.157,21	1.291,23	1.633,25	–342,03	376,94	2.010,19	–718,97	2.765,92	3.979,03	–1.213,11	–5.680,72	0,47
2004	1.778,27	1.447,17	1.563,51	–116,34	287,09	1.850,60	–403,43	2.392,95	3.847,24	–1.454,29	–5.494,65	0,60
2005	1.526,86	773,18	1.028,57	–255,39	306,51	1.335,08	–561,90	2.717,67	2.529,98	187,69	–5.451,57	0,28
2006	1.572,75	2.202,84	742,69	1.460,15	431,79	1.174,48	1.028,36	5.100,13	2.150,20	2.949,93	–5.721,44	0,43
2007	113,43	606,09	804,68	–198,60	548,19	1.352,87	–746,78	2.955,01	1.952,96	1.002,05	–7.023,59	0,21
2008	3.469,65	1.726,40	812,17	914,23	498,07	1.310,23	416,17	4.861,35	1.805,54	3.055,81	–7.381,00	0,36
2009	2.760,20	1.274,18	1.872,03	–597,85	359,09	2.231,11	–956,94	4.460,70	3.649,17	811,53	–6.378,42	0,29

(Continua)

(Continuação)

Ano	Aprovações (IBRD)	Desembolsos (IBRD)	Amortizações (IBRD)	Fluxos líquidos (IBRD)[1]	Juros (IBRD)	Serviço da dívida (IBRD)[2]	Transferências líquidas (IBRD)[3]	Ingresso OI	Amortizações OI	Fluxos líquidos OI[4]	Juros pagos (outros investimentos)[5]	Ingressos (IBRD)/total[6]
2010	4.824,25	4.472,18	960,45	3.511,73	180,12	1.140,57	3.331,62	8.263,41	3.854,02	4.409,39	–5.349,53	0,54
2011	641,94	2.017,51	6.570,59	–4.553,08	195,43	6.766,02	–4.748,51	3.765,06	7.836,16	–4.071,10	–7.047,35	0,54
2012	4.551,10	2.725,08	316,12	2.408,96	168,07	484,19	2.240,89	5.711,70	2.542,36	3.169,35	–7.009,83	0,48

Fonte: World Bank e Banco Central do Brasil (BCB).

Elaboração dos autores.

Notas: [1] Fluxos líquidos (IBRD) = desembolsos (IBRD) - amortizações (IBRD).

[2] Serviço da dívida (IBRD) = amortizações (IBRD) + juros (IBRD).

[3] Transferências líquidas (IBRD) = fluxos líquidos (IBRD) - juros (IBRD).

[4] Fluxos líquidos (OI) = ingresso OI - amortizações OI.

[5] Juros pagos (outros investimentos) registram os demais juros de empréstimos, financiamentos, créditos comerciais, depósitos e outros ativos e passivos. Abrangem, portanto, os juros relativos aos financiamentos de exportações e importações, tais como os créditos de compradores e de fornecedores, agências governamentais, OIs e bancos e, também, os juros de empréstimos diretos, excetuando-se os relativos a empréstimos intercompanhias, alocados em rendas de investimento direto.

[6] Ingressos (IBRD)/total = desembolsos (IBRD)/ingresso OI.

Obs.: IBRD = International Bank for Reconstruction and Development.

A tabela 8 apresenta a evolução dos empréstimos por setor. Durante o período 1990-2002 se destacaram os setores de transporte, agricultura e desenvolvimento rural, educação, governança do setor público e proteção social, que absorveram 61% do total. Durante o período 2003-2012, três setores absorveram quase a metade dos empréstimos: transporte, meio ambiente e governança do setor público, representando 47% do total. Deve ser destacado que de um período para outro ganharam importância relativa os setores de meio ambiente, que mais do que dobrou a sua participação na carteira, de igual forma que desenvolvimento urbano, o de governança do setor público, que aumentou em 70% e o de política econômica que aparece como nova modalidade de financiamento. Entretanto, os setores agrícola, educação[20] e recursos hídricos registraram significativas quedas.

Essa nova configuração da atuação setorial do banco, centrada em áreas mais desenvolvidas em conhecimento, reflete dois fenômenos: de um lado, as novas atribuições impostas pela comunidade internacional, especialmente ao Banco Mundial, em termos da provisão de bens públicos regionais e globais;[21] de outro, uma nova forma de atuação do banco no país, focada na concessão de projetos com maior valor agregado, de abordagem multissetorial e com desembolsos não vinculados a gastos intrínsecos ao projeto, mas ao atingimento de metas vinculadas a políticas setoriais específicas.

20. A despeito de o setor educação estar presente entre as prioridades de intervenção do BIRD em sucessivas estratégias, observou-se uma acentuada queda de aprovações de projetos para esse setor, notadamente a partir do período 2007-2010 (tabela 8). Isso ocorreu, fundamentalmente, devido ao desinteresse do governo federal em novas operações no setor, tendo em vista: *i)* o grande volume de recursos orçamentários vinculados ao setor educação; e *ii)* o esgotamento de um modelo de relacionamento com os BMDs, em geral, baseado em projetos setoriais tradicionais, de valor relativamente elevado, de longa duração, de elevados custos operacionais e de resultados pouco efetivos.

21. Como é o caso dos projetos ambientais e de governança do setor público que, além de contribuírem para a criação de bens públicos, possuem um alto grau de replicabilidade em outros países.

TABELA 8
BIRD: empréstimos aprovados acumulados por setor, por período (1990-2012)

Setor	1990-1994		1995-1998		1999-2002		2003-2006	
	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)
Energia e mineração	645,00	12,89	130,00	3,11	497,95	8,36	12,12	0,20
Transporte	872,50	17,44	1.152,00	27,58	444,00	7,46	661,25	10,96
Meio ambiente	572,00	11,43	65,00	1,56	15,00	0,25	657,04	10,89
Agricultura e desenvolvimento rural	310,00	6,20	933,60	22,35	546,65	9,18	209,35	3,47
Educação	1.059,60	21,18	217,50	5,21	521,60	8,76	604,55	10,02
Setor financeiro	300,00	6,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Água	794,00	15,87	399,00	9,55	241,30	4,05	86,00	1,43
Saúde, nutrição e população	160,00	3,20	565,00	13,53	68,00	1,14	130,00	2,15
Desenvolvimento urbano	290,00	5,80	100,00	2,39	0,00	0,00	601,82	9,97
Desenvolvimento dos setores privado e financeiro	0,00	0,00	235,00	5,63	822,58	13,82	1.118,67	18,54
Governança do setor público	0,00	0,00	380,00	9,10	1.281,57	21,53	553,79	9,18
Proteção social	0,00	0,00	0,00	0,00	1.515,16	25,45	1.230,50	20,39
Política econômica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00	2,82
Redução da pobreza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**5.003,10**	**100,00**	**4.177,10**	**100,00**	**5.953,81**	**100,00**	**6.035,08**	**100,00**

(Continua)

(Continuação)

Setor	2007-2010		2011-2012		1990-2002		2003-2012	
	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)
Energia e mineração	495,00	4,43	49,60	0,96	1.272,95	8,41	556,72	2,49
Transporte	2.587,44	23,17	900,00	17,33	2.468,50	16,31	4.148,69	18,52
Meio ambiente	1.324,30	11,86	350,00	6,74	652,00	4,31	2.331,34	10,41
Agricultura e desenvolvimento rural	400,90	3,59	300,00	5,78	1.790,25	11,83	910,25	4,06
Educação	639,00	5,72	130,00	2,50	1.798,70	11,89	1.373,55	6,13
Setor financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	1,98	0,00	0,00
Água	652,94	5,85	198,43	3,82	1.434,30	9,48	937,36	4,19
Saúde, nutrição e população	599,70	5,37	0,00	0,00	793,00	5,24	729,70	3,26
Desenvolvimento urbano	227,14	2,03	485,00	9,34	390,00	2,58	1.313,96	5,87
Desenvolvimento dos setores privado e financeiro	461,00	4,13	480,00	9,24	1.057,58	6,99	2.059,67	9,20
Governança do setor público	2.339,67	20,95	1.100,00	21,18	1.661,57	10,98	3.993,46	17,83
Proteção social	200,00	1,79	0,00	0,00	1.515,16	10,01	1.430,50	6,39
Política econômica	1.240,45	11,11	700,00	13,48	0,00	0,00	2.110,45	9,42
Redução da pobreza	0,00	0,00	500,00	9,63	0,00	0,00	500,00	2,23
Total	**11.167,53**	**100,00**	**5.193,03**	**100,00**	**15.134,01**	**100,00**	**22.395,65**	**100,00**

Fonte: World Bank.

Elaboração dos autores.

A tabela 9 mostra a evolução da carteira de empréstimos por Unidades da Federação (UFs). Observa-se claramente que durante o período 1990-2002 prevaleceram os financiamentos ao governo federal, que representaram mais de 90% do total. De 2003 em diante, os financiamentos aos estados ganharam grande relevância, absorvendo praticamente a totalidade da carteira nos anos 2011 e 2012. Registraram-se, também, em pequena proporção, empréstimos a municípios. É importante mencionar, como já colocado, que o redirecionamento dos empréstimos do BIRD aos estados brasileiros foi um dos principais motivos do aumento significativo da carteira de projetos aprovados e do volume crescente de desembolsos nos últimos anos. Neste contexto, as condições para o redirecionamento dos financiamentos foram dadas, majoritariamente: *i)* pela situação financeira solvente da grande maioria dos estados, resultado da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); *ii)* pelo desinteresse do governo federal em tomar novos financiamentos internacionais, tendo em vista as restrições fiscais prevalecentes[22] e a posição de credor externo líquido do país; e *iii)* pela necessidade dos bancos em procurar novos mercados e modalidades de financiamento como forma de justificar sua atuação no Brasil.

TABELA 9
BIRD: empréstimos aprovados por UFs (1990-2012)

Período	União		Estados		Municípios		**Valor total (US$ milhões)**
	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	
1990-1994	4.200,10	83,95	803,00	16,05	0,00	0,00	**5.003,10**
1995-1998	3.804,50	91,08	372,60	8,92	0,00	0,00	**4.177,10**
1999-2002	5.334,66	89,60	619,15	10,40	0,00	0,00	**5.953,81**
2003-2006	4.946,67	81,97	1.018,34	16,87	70,08	1,16	**6.035,08**
2007-2010	2.459,75	22,03	7.455,70	66,76	1.252,08	11,21	**11.167,53**
2011-2012	156,94	3,02	4.885,28	94,07	150,82	2,90	**5.193,03**

Fonte: World Bank.
Elaboração dos autores.

22. Tendo em vista que os recursos decorrentes de operações de financiamento externo não elevam, por definição, as dotações orçamentárias do governo, as quais são determinadas em função das metas fixadas de *superavit* fiscal, as áreas setoriais (ministérios) não têm incentivos financeiros em tomar esses financiamentos, que são, também, fortemente monitorados pelos ministérios do Planejamento e da Fazenda. Nessa perspectiva, deixa de existir a motivação financeira para a obtenção de financiamentos externos, prevalecendo, entretanto, motivações de outras índoles, vinculadas, normalmente, ao valor agregado que um financiamento deste tipo pode vir a gerar, notadamente em termos de conhecimento e inovações setoriais.

No que diz respeito aos mecanismos de financiamento e à forma de atuação do BIRD no Brasil, no período 1990-2002 prevaleceram instrumentos voltados ao financiamento de projetos e setores específicos, normalmente de abordagem tradicional,[23] e no período posterior cresceram significativamente instrumentos mais voltados ao financiamento de programas de governo e políticas públicas, com abordagens mais amplas e multissetoriais, muito embora as modalidades destinadas a investimentos específicos ainda permanecessem com participação importante.

Essa mudança de atuação do banco deu-se, basicamente, em função de demandas específicas por parte do governo brasileiro, no sentido de adaptar a carteira de empréstimos do país em direção aos estados, atendendo às necessidades financeiras e econômicas dos governos locais. É nesse contexto que são concebidas as operações de troca de dívida[24] com os estados do Rio Grande do Sul, Alagoas e o município do Rio de Janeiro, assim como vários outros programas de apoio às reformas do setor público, da educação, de desenvolvimento urbano e social, em vários estados da Federação.

A tabela 10 apresenta os empréstimos aprovados às UFs por região. Durante o período 2007-2010, 80% das aprovações foram concentradas nas regiões Sudeste e Sul, com maior capacidade de absorção de empréstimos multilaterais em função, principalmente, das melhores condições técnicas e poder de articulação que prevalecem em estados e municípios destas regiões. Em 2011 e 2012, observa-se um importante aumento, tanto em termos absolutos quanto relativos, dos financiamentos às regiões Norte e Nordeste, com ênfase especial a esta última, que teve sua participação elevada para quase 39% das aprovações do período, equiparando-se à região Sudeste. Um dos motivos da crescente participação da região Nordeste na carteira de compromissos do banco em período recente foi a aprovação de três grandes operações de rápido desembolso e abordagem multissetorial aos estados da Bahia, Pernambuco e Piauí, que juntas somaram US$ 1,550 milhão.[25]

23. Consideram-se como "abordagem tradicional" aquelas operações vinculadas a projetos específicos (a construção de uma ponte, por exemplo), onde os desembolsos estão vinculados estritamente à execução física dos projetos.

24. Essas operações tiveram como objetivo criar espaço fiscal para ampliar a capacidade de investimento dos estados e municípios, por intermédio de financiamento do BIRD viabilizando a troca de parte da dívida pública destes entes com o governo federal. Foram consideradas como empréstimos com objetivos de política econômica, assim aparecendo na classificação setorial na tabela 8.

25. Para se ter uma ideia da representatividade das aprovações nas finanças estaduais/regionais, o financiamento total do BIRD, durante o período 2007-2010, alcançou 0,98%, 0,63% e 0,97% da receita total – receita corrente mais de capital de acordo com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, respectivamente.

TABELA 10
BIRD: empréstimos aprovados a UFs, por região (2007-2012)

Região	2007-2010		2011-2012	
	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)
Norte	144,25	1,66	300,00	5,96
Nordeste	1.197,28	13,75	1.950,28	38,73
Centro-Oeste	430,00	4,94	0,00	0,00
Sudeste	5.691,87	65,37	1.955,82	38,84
Sul	1.244,38	14,29	830,00	16,48
Total	**8.707,78**	**100,00**	**5.036,10**	**100,00**

Fonte: World Bank.
Elaboração dos autores.

3.2 Estratégias e parcerias

Esta subseção abordará as estratégias de assistência e de parceria com o país conforme delineadas e avaliadas em documentos periódicos produzidos pelo presidente do Grupo Banco Mundial e submetidos e aprovados pela diretoria executiva da instituição. Estes documentos são conhecidos como Estratégia de Assistência ao País (EAP), ou pela sua sigla em inglês, *Country Assistance Strategy* (CAS), como serão mencionados ao longo do texto. A partir de 2008, o CAS passou a ser denominado Estratégia de Parceria de País, ou *Country Partnership Strategy* (CPS), como também serão citados no texto, de acordo com a época em que se referir.[26]

Dois períodos serão considerados: um que compreende os governos dos presidentes Fernando Collor, Itamar Franco e FHC, de 1990 até 2002 e o outro compreendendo os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os dois primeiros anos da presidente Dilma Rousseff, ou seja, de 2003 a 2012. Destacam-se a visão global do banco sobre o Brasil, a programação de assistência e os resultados esperados, fundamentalmente, em termos de desempenho macroeconômico e, finalmente, as próprias avaliações do banco a respeito das estratégias adotadas.

3.2.1 1990-2002

Durante esse período, as aprovações de empréstimos do BIRD ao Brasil alcançaram US$ 15,1 bilhões, isto é, 41% do financiamento total concedido no período de análise

26. A menção desses documentos será CAS ou CPS, seguida do respectivo ano de divulgação.

deste trabalho. O dinamismo dos empréstimos e dos fluxos de financiamento do banco foi bastante afetado, principalmente, durante o quinquênio 1990-1994 em função da séria crise político/institucional e econômica que o país atravessou. O próprio Banco Mundial, em documento elaborado pelo Departamento de Avaliação de Operações – *Operations Evaluation Department* (OED) – reconheceu que os volumes de financiamento foram afetados negativamente, "num cenário de extremo desequilíbrio macroeconômico e incertezas políticas" (World Bank, 2004, p. 6).

Durante o período 1990-1995 foram elaborados dois CAS, um em 1993 e outro em 1995. No CAS produzido em meados de 1993, o Banco Mundial propôs direcionar suas ações no Brasil na redução da pobreza, realocando recursos para educação e outras áreas vinculadas diretamente com este grande objetivo. No seguinte CAS, de junho de 1995, já depois de lançado o Plano Real, afirmou-se que na esteira de uma política macroeconômica de ajustamento de curto prazo, alicerçada no rigor fiscal e monetário, tanto o Brasil como o banco concordavam em que o objetivo central de médio prazo seria a luta contra a pobreza e as desigualdades (World Bank, 1995, p. 2 e 7).[27]

A estratégia de assistência do banco, CAS-1995, foi formulada em cinco pontos:

- oferecer suporte a reformas estruturais, tanto em nível federal quanto estadual;
- oferecer suporte em ações nas áreas de educação e de saúde, assim como de desenvolvimento rural e urbano para reduzir pobreza e desigualdades;
- apoiar ações para a expansão da infraestrutura física;
- apoiar ações de gestão de recursos naturais e de meio ambiente; e
- fortalecer a implementação dos projetos do portfólio com o Brasil e acelerar os desembolsos.

27. Em 1994, o banco produziu um documento sobre estabilização denominado *Brazil – an agenda for stabilization*.

É mister acrescentar que no que, tange às reformas estruturais, elas almejavam a consolidação do processo de estabilização iniciado com o Plano Real. O banco entendeu que para tal efeito era necessário, fundamentalmente, acelerar as privatizações e reformar a seguridade social, o sistema financeiro e a administração pública, agenda de reformas que se inseria no denominado Consenso de Washington.

No desenho do seu programa de assistência para os anos fiscais de 1996 a 1998,[28] o banco considerou três cenários de financiamento, dependendo do comportamento de algumas variáveis: pessimista, intermediário e otimista. Partindo de uma avaliação do próprio governo de que o cenário otimista seria mais factível no médio prazo, considerou-se que o resultado mais provável para os volumes de financiamento e de desembolsos para o período fiscal 1996-1998 corresponderia ao do denominado "caso-base", ou seja, empréstimos de aproximadamente US$ 4,2 bilhões, com desembolsos anuais de pelo menos US$ 1 bilhão. Estas previsões de aprovações e desembolsos feitas pelo banco aparecem na tabela 11, que incluem as estimativas contidas em cinco CAS/CPS, desde 1995 até 2008.[29] Por sua vez, na tabela 7, aparecem relacionados nas duas primeiras colunas os volumes de aprovações e de desembolsos realmente ocorridos desde 1990 até 2012. Ao se comparar, o previsto com o ocorrido (tabelas 11 e 7, respectivamente), observa-se que o volume de aprovações nesse período alcançou US$ 3,7 bilhões, US$ 0,5 bilhão abaixo do previsto, enquanto os desembolsos atingiram mais de US$ 4,1 bilhões, mais de US$ 1 bilhão acima do piso estabelecido.

A tabela 12 mostra, na primeira linha, tanto os principais indicadores macroeconômicos usados pelo Banco Mundial no CAS-1995 para caracterizar esse caso ("caso-base") e estabelecer seus possíveis limites aceitáveis, quanto as expectativas sobre o avanço das reformas institucionais. Ao se cotejarem os indicadores quantitativos esperados com os realmente observados, que aparecem na tabela 13, constata-se que a taxa de inflação foi substancialmente inferior e decrescente, enquanto a situação fiscal não observou progressos, pelo contrário, deteriorou-se, especialmente em 1996 e 1997, tanto se aplicado o conceito primário quanto o operacional do *deficit* público. O *deficit* em conta corrente superou também os resultados esperados.

28. Os anos fiscais do Banco Mundial vão de 1º de julho a 30 de junho. Neste estudo quando não se fala especificamente de ano fiscal, entende-se o ano-calendário.

29. Para efeitos deste trabalho, considerou-se em todos os documentos de estratégia elaborados pelo Banco Mundial (CAS ou CPS) o denominado "caso-base" que corresponde à situação intermediária: nem otimista, nem pessimista.

TABELA 11
Cenário de crédito no caso-base

CAS/CPS (anos fiscais)	Empréstimos aprovados (US$ bilhões)	Desempenho do portfólio[1]			
		Desembolsos (US$ bilhões/ano)		Projetos com problemas	
		Superior	Inferior	Superior	Inferior
1995 (1996-1998)	4,2	≥ 1		--	
1997 (1997-1999)	4 – 6	> 1,3	> 1	< 20	< 30
2000 (2000-2002)	≤ 5	1	0,5	10%	15%
2003 (2004-2007)	4 – 7,5	25% [2]	10% [2]	10%	25%
2008 (2008-2009)	≤ 8,4	--	--	--	--

Fonte: World Bank (vários CAS).

Notas: [1] O desempenho do portfólio é avaliado de acordo com o nível de desembolsos que se considera aceitável em relação aos compromissos não desembolsados e com o número de projetos da carteira que são insatisfatórios em relação a seu impacto e sua capacidade de implementação e compromisso (Worl Bank, 1997, p. 25).

[2] Desembolsos sobre saldos não desembolsados (projetos de investimento).

Dois aspectos em 1995 chamam bastante atenção. Em primeiro lugar, trata-se do reconhecimento, por parte do banco, de que sua capacidade de financiamento ao Brasil é modesta frente ao tamanho das necessidades do país, sendo a assessoria sobre políticas o elemento predominante no relacionamento, por meio do desenvolvimento de trabalhos econômicos e setoriais que focassem as reformas setoriais e estruturais.[30] Em segundo lugar, constatou-se que o ritmo dos desembolsos no período 1990-1994 foi bastante lento, elencando-se como possíveis motivos a falta de contrapartidas fiscais, a fragilidade institucional de novos tomadores e os complexos procedimentos para empréstimos federais (World Bank, 1995, p. 22).

30. Trata-se de um instrumento de assistência conhecido como *Economic and Sector Work* (ESW).

TABELA 12
Metas e reformas

CAS/CPS	Ano	Políticas macroeconômicas				Reformas
		Monetária	Fiscal		Externa	
CAS-1995 (1995-1997)		Inflação ≤ 35% ao ano (a.a.) e não crescente	Progressos significativos quanto ao equilíbrio fiscal.		Déficit em transações correntes/PIB: 1,5 - 2% e consistente com reservas internacionais ≥ 4 meses de importações	Implementação de privatizações/reforma regulatória. Discussão ativa, no Congresso, de propostas fortes e adequadas com respeito às reformas tributária e de seguridade social. Perspectiva de submissão ao Congresso de propostas sobre outras reformas importantes, em particular, de descentralização.
CAS-1997			Resultado operacional/PIB[1] (%)		--	Progresso modesto a considerável das reformas administrativa, previdenciária e de outras reformas setoriais importantes. Melhora dos indicadores de *crowding-out* para criar ambiente favorável ao desenvolvimento do setor privado.
	1997		2,90 - 3,90			
	1998		2,50 - 3,50			
	1999		2,00 - 3,00			
CAS-2000			Resultado primário/PIB (%)	Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)/PIB (%)	--	Progresso satisfatório das reformas fiscal e social.
	2000	--	≥ 3,25	≤ 49,00		
	2001		≥ 3,35	≤ 46,50		
	2002		≥ 3,50	≤ 54,60		
CAS-2003 (2003-2007)		Cumprimento das metas de inflação Autonomia operacional do Banco Central	Cumprimento crescente ao total dos dispositivos da LRF. Reformas no gasto público (seguridade social, menor rigidez orçamentária e progressos no sistema de monitoramento e avaliação).	DLSP/PIB (%) estável ou decrescente	--	Brasil Mais Equitativo: progresso das políticas de saúde básica, educação e proteção social. Exemplo: formulação e implementação de mecanismos de financiamento educacional nos níveis fundamental e médio, alocação dos recursos da saúde de acordo com necessidades, melhorias quanto à implementação e ao direcionamento das políticas de proteção social. Brasil Mais Sustentável: progresso com respeito às políticas ambiental e de administração dos recursos naturais. Exemplo: identificação e gerenciamento de ecossistemas prioritários; construção de política ambiental, nacionalmente integrada, de apoio às estratégias de desenvolvimento regional. Brasil Mais Competitivo: progresso da agenda produtiva e do marco regulatório dos principais setores de infraestrutura e prosseguimento às reformas do setor financeiro. Exemplo: melhora do ambiente para o investimento e a inovação, fortalecimento do marco regulatório de forma a atrair investimento privado, medidas para expandir o acesso ao crédito e garantir *performance* razoável dos bancos públicos.

(Continua)

(Continuação)

CAS/CPS	Ano	Políticas macroeconômicas			Reformas
		Monetária	Fiscal	Externa	
CPS 2008 (2008-2011)		--	Fortalecimento da sustentabilidade fiscal em um ambiente de desenvolvimento do setor privado. Metas: Uso da redução do gasto corrente, em substituição à elevação de tributos, para atingir metas fiscais. Redução dos gastos com seguridade social/PIB: de 12,5% para 12%. Aumento da parcela do investimento público federal e subsídios direcionados ao capital: de 6%, em 2007, para 8%, em 2011. Nível estadual: mais eficiência no uso de recursos públicos, assinatura e implementação de acordos de administação baseada em resultados;	--	Brasil Mais Equitativo: redução da extrema pobreza, da vulnerabilidade e da exclusão social. Metas: aumento da porcentagem de crianças no Bolsa Família completando a educação básica. Acesso de sem-terra e pequenos agricultores ao crédito fundiário: de 33 mil, em 2007, para 46 mil, em 2011. Índice de Educação Básica (IEB): de 3,9 em 2007 para 4,6 em 2011. Hospitais com classificação (*National Accreditation Organization*) melhor ou igual a nível 1: de < 1%, em 2007, para ≥ 15%, em 2011. Acesso a água potável: 7 milhões de famílias, em 2011. Razão PIB *per capita* Nordeste/produto interno bruto (PIB) *per capita* Brasil: de 0,51 em 2006 para 0,55 em 2011. Brasil Mais Sustentável: promoção de crescimento baseado na utilização sustentável dos recursos naturais Metas: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (região Amazônica): de 15% abaixo da média do Brasil, em 2007, para 5%, em 2011. Taxa anual de desflorestamento: de 1,4 milhão/ha em 2005 para 0,7 milhão/ha em 2011. Conexão à rede elétrica (rural): de 97%, em 2006, para 100%, em 2011. Área sob certificação florestal sustentável e/ou concessão florestal: 3 milhões/ha, em 2007, 8 milhões/ha, em 2011. Áreas de proteção: de 100 milhões/ha, em 2007, para 120 milhões/ha, em 2011. Acesso a melhor habitação e serviços para os 750 mil habitantes de áreas ambientais de risco. Extensão do acesso ao saneamento a outras 7 milhões de pessoas. Brasil Mais Competitivo: melhora da competitividade e do ambiente de investimento. Metas: redução de 15% no tempo e nos passos necessários à abertura de novas empresas. Redução de 10% no tempo de desembaraço aduaneiro. Melhora da qualidade e da eficiência do gasto público em infraestrutura por meio de gestão por resultados. Melhora da capacidade fiscal, da administração e da competitividade das cidades. Aumento do giro de capital em 10%.

Fonte: World Bank (vários CAS).
Elaboração dos autores.

Nota: [1] Produto interno bruto.

TABELA 13
Principais indicadores macroeconômicos (1990-2012)

Ano	ΔPIB (%)[1]	Inflação (%)[2]	NFSP Primário/PIB[3]	NFSP Operacional/PIB[4]	DLSP/PIB (%)[5]	DLSP/PIB (%)[6]	Saldo TC/PIB (%)[7]
1990	–4,35	1.620,97	–2,31	–1,38			–0,81
1991	1,03	472,69	–2,71	0,18			–0,35
1992	–0,54	1.119,09	–1,57	1,74	38,88		1,58
1993	4,92	2.477,15	–2,19	0,80	34,77		–0,16
1994	5,85	916,43	–5,21	–1,57	33,42		–0,33
1995	4,22	22,41	–0,24	4,57	27,85		–2,39
1996	2,15	9,56	0,09	3,14	30,85		–2,80
1997	3,38	5,22	0,88	3,99	31,73		–3,50
1998	0,04	1,66	–0,01	6,91	37,85		–3,96
1999	0,25	8,94	–2,92	3,09	49,23		–4,32
2000	4,31	5,97	–3,24	1,09	44,67		–3,76
2001	1,31	7,67	–3,21	1,45	52,74	52,02	–4,19
2002	2,66	12,53	–3,22	0,17	50,08	56,25	–1,51
2003	1,15	9,30	–3,27	1,37	58,29	56,36	0,75
2004	5,71	7,60	–3,72	–1,41	55,78	52,61	1,76
2005	3,16	5,69	–3,79	2,83	50,37	48,70	1,58
2006	3,96	3,14	–3,20	2,02	48,13	47,58	1,25
2007	6,09	4,46	–3,31	–0,74	50,08	45,83	0,11
2008	5,17	5,90	–3,42	–1,43	30,29	42,36	–1,71
2009	–0,33	4,31	–2,00	3,50	48,16	41,07	–1,49
2010	7,53	5,91	–2,70		41,33	39,97	–2,20
2011	2,73	6,50	–3,11		32,50	38,00	–2,12
2012	0,87	5,84	–2,38		33,68	35,64	–2,41

Fonte: BCB.
Elaboração dos autores.
Notas: [1] PIB (%) = taxa de variação real do PIB no ano.
[2] Taxa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
[3] Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) conceito primário, sem desvalorização cambial, como percentual do PIB. Até 2000, inclui Petrobras e Eletrobras. Sinal negativo indica *superavit*.
[4] NFSP conceito operacional, com desvalorização cambial, como percentual do PIB. Até 2000, inclui Petrobras e Eletrobras. O BCB parou de calcular esta estatística em 2009. Sinal negativo indica *superavit*.
[5] DLSP como percentual do PIB. Calculada como a dívida líquida do setor público consolidado em dezembro sobre o PIB anual em dólares. Até 2000, inclui Petrobras e Eletrobras.
[6] DLSP como percentual do PIB. Calculada pela média dos valores mensais da relação dívida/PIB.
[7] Saldo anual em transações correntes (TCs) como percentual do PIB.

Em junho de 1997 foi divulgado o CAS-1997 contendo uma avaliação do CAS anterior e a estratégia do banco para os anos fiscais 1998 a 2000. De uma forma geral, o documento afirmava que a estratégia do CAS-1995 permanecia, isto é, apoio às reformas estruturais e setoriais e à consolidação da estabilização, mas ponderando que a ênfase estaria nos elementos de longo prazo para a redução da pobreza e o aumento do nível de crescimento. Neste sentido, alertava para a existência de três características que o diferenciavam do CAS anterior, a saber: *i)* integração da estratégia conjunta do banco e da Corporação Financeira Internacional (CFI) para o desenvolvimento do setor privado com a estratégia seguida em outras áreas de atuação; *ii)* assistência setorial de longo prazo no setor de educação, visando conseguir resultados de *universal primary completion* na educação básica em 2007; e, finalmente, *iii)* a aparição de uma proposta de resposta graduada de assistência do banco ao Brasil dentro do denominado caso-base, caracterizada pelo estabelecimento de intervalos (gatilhos) para o resultado operacional do setor público durante os anos 1997-1999, os quais pautariam o volume de financiamento do banco ao Brasil.

É pertinente esclarecer que o enfoque do banco estabelecia que a formação de capital humano, aqui relacionado diretamente com o ensino médio, constituía um elemento importante para o crescimento de longo prazo, para o alívio da pobreza e a redução das desigualdades. Do mesmo modo, as ações conjuntas do banco e da CFI em prol do setor privado e complementares a outras áreas de atuação como desenvolvimento regional contribuem para o crescimento e a redução das desigualdades.

Segundo avaliação realizada no CAS-1997, relativa ao CAS-1995, o desempenho macroeconômico durante o período foi satisfatório. As políticas macro e de reformas contribuíram para a obtenção de bons resultados em termos de redução da inflação e de redução da pobreza. No entanto, o ajuste fiscal, como já ressaltado, não apresentou resultados significativos. No que diz respeito à carteira de projetos, de acordo com o banco, registrou-se uma melhoria, principalmente, em termos da qualidade dos projetos. Para isto acontecer foi vital o papel de uma comissão conjunta de revisão do portfólio criada em 1995 como resultado da visita ao Brasil do presidente do banco, James Wolfensohn.[31]

31. Entre outras ações, foi estabelecido um sistema de monitoramento do portfólio, com revisões mensais indicando desempenho e problemas; projetos não satisfatórios foi objeto de reestruturações e cancelamentos; concessão de novos créditos mais restrita a tomadores ou setores com problemas de portfólio pendente (World Bank, 1997, p. 30).

Constituiu elemento central da estratégia do banco para os anos fiscais 1998-2000 definida no CAS-1997 o conceito de parceria. Afirma-se no documento que os objetivos firmados no CAS-1995 foram desenvolvidos em parceria com o governo e prevaleceriam nesta estratégia. Assim, o valor adicionado que o Grupo Banco Mundial poderia oferecer ao Brasil seria direcionado "muito mais por contribuições como um catalisador para reformas e para prioridades de investimento onde o Banco pode trazer sua experiência global também como inovação, e menos pela contribuição financeira direta a uma grande e dinâmica economia" (World Bank, 1997, p. 14).

O programa de assistência do banco foi desenhado seguindo um processo de seletividade das ações da instituição com base nas suas vantagens comparativas e de acordo com o seu papel como catalisador do desenvolvimento social e do setor privado. Houve foco no apoio de reformas estruturais e no ajuste fiscal, principalmente dos estados, e na redução da pobreza pela melhoria da educação básica no longo prazo. Quanto ao setor privado, a CFI se integra desenvolvendo atividades que digam respeito a competitividade, infraestrutura, mercado de capitais, PMEs e desenvolvimento regional.

A tabela 12, na segunda linha, apresenta as principais características do programa do banco para o período. O CAS-1997 afirmava que o banco propunha um programa de assistência e de empréstimos de US$ 4 bilhões a US$ 6 bilhões (tabela 11), que correspondia ao caso-base e que seguiria uma "resposta graduada a câmbios em indicadores-chave de sustentabilidade fiscal, desempenho do portfólio e ambiente favorável ao desenvolvimento do setor privado" (World Bank, 1997, p. 25). Prosseguia afirmando que os gatilhos quantitativos "serão usados como referências e qualificados com mais amplos juízos relacionados a tendências subjacentes e a medidas sob implementação" (World Bank, 1997, p. 25). A aplicação desses gatilhos seria feita com uma razoável flexibilidade, levando em consideração a ocorrência de choques externos ou domésticos.

Considerando o caso-base, que é aquele mais factível tanto para o banco como para o governo, o CAS-1997 inova em relação ao anterior, incluindo os gatilhos, especificamente ao se estabelecerem limites quantitativos superior e inferior para a evolução do *deficit* operacional do setor publico[32] ao longo do período de 1997 a 1999 e para o desempenho dos desembolsos e do número de projetos dentro da carteira considerados

32. O *deficit* operacional, largamente usado em épocas de alta inflação, é obtido deduzindo do *deficit* nominal a correção monetária, ou seja, corresponde ao resultado primário mais os juros reais.

como problemáticos.[33] Como se pode observar na tabela 13, com exceção de 1998, quando o *deficit* operacional situou-se bem acima do limite superior da banda, em 1997 e 1999 o resultado foi praticamente o mesmo esperado (tabela 12). No entanto, em 1999 estava se iniciando um importante processo de ajuste fiscal, como é refletido pelo avanço do resultado primário para quase 3% do PIB. Outro fator interessante que aparece na tabela 12 diz respeito ao ambiente propício para o desenvolvimento do setor privado, que depende de reformas setoriais e estruturais que removam obstáculos à competitividade das firmas brasileiras. O parâmetro de avaliação aqui estabelecido tem a ver diretamente com o comportamento da dívida pública, na crença de que existe *crowding-out* do setor financeiro. Ou seja, devem ser usados indicadores que capturem o impacto de obrigações e gastos quase fiscais, como por exemplo o financiamento federal de bancos e estados, sobre os mercados financeiros.

O desempenho macroeconômico durante o período do CAS-1997 em termos dos limites impostos pelos gatilhos não foi totalmente satisfatório dado, principalmente, o *deficit* fiscal de 1997 e 1998. Registrava-se, também na época, um crescente *deficit* em conta corrente do balanço de pagamentos, o que com a eclosão de séria crise internacional obrigou o governo a adotar maior rigor monetário e fiscal, a liberar a taxa de câmbio e a adotar o sistema de metas de inflação em meados de 1999. Especificamente em 1999, o banco, dentro de um pacote com o FMI, fez um empréstimo de ajustamento setorial de rápido desembolso de US$ 1 bilhão, apoiando ações de reforma de seguridade social e de proteção social.

No que tange ao volume de empréstimos, no período 1997-1999, situaram-se em US$ 4,3 bilhões, algo próximo ao limite inferior definido no CAS-1997 (tabela 11). Os desembolsos alcançaram US$ 4,2 bilhões, incluindo US$ 1 bilhão do empréstimo de ajustamento de 1999, cifra superior à do triênio imediatamente anterior, que foi de quase US$ 3 bilhões (tabela 7). O banco destacou que o seu desempenho não foi melhor devido, basicamente, à falta de contrapartidas em função do ajuste fiscal e à desvalorização do real. O banco e o governo enfrentaram este problema recorrendo a reestruturações e cancelamentos de alguns empréstimos.[34]

33. A carteira nesse período iria de US$ 4 bilhões no *bottom end* a US$ 6 bilhões no *top end* (tabela 11).

34. Em períodos de ajuste fiscal, com o dispêndio sendo cortado, as contrapartidas necessárias para complementar os desembolsos do Banco Mundial são afetadas, reduzindo o ingresso de recursos das agências multilaterais. Uma descrição de como opera esta restrição pode ser vista em González *et al*. (1990, p. 18). No entanto, uma desvalorização cambial aumenta o saldo, em reais, do empréstimo a ser desembolsado.

Em março de 2000, o banco divulgou o CAS-2000 estabelecendo que a consolidação do processo de estabilização com crescimento e redução da pobreza requereria avançar nas reformas fiscais estruturais e em reformas microeconômicas nas áreas de regulação e concorrência, como também de regulação do mercado de trabalho. Em tal sentido, o banco assinalou que o governo federal, no seu afã de reconciliar um contínuo ajustamento fiscal com crescimento e redução da pobreza, elaborou o Plano Plurianual (PPA) 2000-2003, o Plano Avança Brasil, que foi útil “para coordenar o suporte de agências internacionais” e “fundamental referência para este CAS”. Concluiu reconhecendo que o “PPA 2000-2003 representa uma estratégia de desenvolvimento do governo que efetivamente endereça os principais desafios enfrentados pelo Brasil e é usado como a base para o programa de assistência do Banco” (World Bank, 2000, p. 2).

De outra parte e já sinalizando potenciais áreas de atuação, o banco avaliou que havia áreas de assistência nas quais o progresso foi aquém do esperado em 1997, como a privatização dos setores de água e saneamento, a deficiente qualidade do gasto público e a fragilidade institucional na gestão ambiental.

A definição do programa de assistência do banco ao Brasil para o período 2000-2002 sugeriu o princípio da seletividade, não em nível de escolha de setores, mas fundamentalmente no papel de uma atividade específica em relação à redução da pobreza e ao ajuste fiscal. Os critérios de seletividade levaram em conta basicamente:

- a importância e o custo/efetividade de promover a agenda de reforma para a redução da pobreza, a estabilidade fiscal, o crescimento, a efetividade do desenvolvimento ou a gestão ambiental; e

- a plena consistência com os objetivos do governo, conforme expressados no PPA 2000-2003 (World Bank, 2000, p. 31).

Assim, o documento de estratégia propôs “a continuidade e gradual evolução do CAS-1997, redução da pobreza e ajuste fiscal como principais objetivos, complementados por programas de assistência para o crescimento, efetividade do desenvolvimento e gestão ambiental, com foco na região nordeste” (World Bank, 2000, p. 31).

Em termos das atividades, o quadro 2 descreve resumidamente o programa do Banco Mundial nas cinco áreas referidas anteriormente, e que compreende ações de empréstimos e de serviços de análise e assessoria, que incluem apoio de braços do Grupo Banco Mundial como o World Bank Institute (WBI), a CFI e a Agência Multilateral de Garantias de Investimentos – Multilateral Investment Guarantee Agency (Miga).

Nas tabelas 11 e 12, terceira linha, são apresentados os cenários para o programa de assistência nos anos fiscais 2000-2002. Observa-se que no cenário do caso-base estipulou-se um volume total de financiamentos de até US$ 5 bilhões, incluindo empréstimos de ajustamento, de rápido desembolso, de até US$ 2 bilhões. O desempenho da carteira previu desembolsos entre US$ 500 milhões e US$ 1 bilhão, com um estoque de projetos com problemas de 10% a 15% do total em execução. No que tange à política macroeconômica, diferentemente dos critérios de desempenho fiscal do anterior CAS, incluiu como gatilhos o *deficit* primário e a trajetória da relação dívida pública/PIB.[35]

Este CAS foi o último preparado pelo Banco Mundial no período 1990-2002, que coincidiu com o fim do segundo mandato do FHC. Em maio de 2002, o banco preparou um documento de avaliação da estratégia seguida conforme o CAS-2000.[36] No ano 2001 ocorreu uma grave crise internacional que, associada à crise energética no cenário doméstico, redundou em forte desaceleração do crescimento, inflação ascendente e dívida pública crescente em relação ao PIB. O banco entendeu que, apesar destes obstáculos, o país reagiu positivamente com maior rigor monetário e fiscal e com o avanço de reformas estruturais nas áreas de responsabilidade fiscal, bancária, corporativa e financeira, além do apropriado gerenciamento da crise energética.

35. Com a queda significativa da inflação, a níveis inferiores aos esperados pelo próprio Banco Mundial, o *deficit* primário é mais ilustrativo da real situação do ajuste fiscal e, portanto, a trajetória da dívida pública ganha maior visibilidade.

36. Trata-se do Report nº 24182-BR denominado *Country assistance strategy progress report*, May 2002. Em maio de 2001 também tinha sido elaborado outro *Progress report* (Report, n. 22116-BR).

QUADRO 2

Temas e principais ações do Banco Mundial (2000-2003)

Temas	Áreas de apoio	Objetivos e principais ações
Redução da pobreza	Educação básica (ensino fundamental e médio e alfabetização de adultos)	Melhora dos resultados educacionais.
	Saúde	Melhora da saúde básica e do sistema público de saúde, acesso mais igualitário aos serviços de saúde.
	Pobreza rural	Redução da pobreza rural, fortalecimento do capital social da população rural, provisão de infraestrutura rural e capacitação institucional.
	Reforma agrária	Reforma agrária baseada em mecanismos de mercado direcionada aos segmentos mais pobres de agricultores sem-terra.
	Provisão de serviços urbanos para os pobres	Melhora da infraestrutura física e social de bairros de baixa renda.
	Abastecimento de água e saneamento	Ampliação do acesso e modernização dos serviços de água e saneamento com crescente participação do setor privado.
	Proteção social e reforma do gasto social	Prevenção do trabalho infantil e melhora da rede de segurança social, especialmente na forma de empréstimos com pagamentos compensatórios ligados a resultados de índices de escolarização (Bolsa Escola).
	Mercado de trabalho	Elaboração de amplo relatório sobre política e regulação trabalhista.
	Ampliação do desenvolvimento social	Estudos e avaliações sobre questões de gênero, distribuição de renda, violência e criminalidade e participação em cooperação com associações comunitárias.
Ajuste fiscal	Reformas na seguridade social	Assistir a reforma dos sistemas de pensão estatais e privados;
	Ajuste fiscal dos estados	Ajuste e racionalização da folha salarial dos estados, posteriores mudanças estruturais no gerenciamento fiscal dos estados e nas relações fiscais União-estados.
	Qualidade do gasto público	Melhora da qualidade, sustentabilidade e do impacto social do programa de ajuste fiscal.
	Reforma fiscal institucional	Reformas gerenciais no setor público, incluindo melhorias no sistema orçamentário, transparência, controle da *performance* e incentivos à disciplina fiscal.

(Continua)

(Continuação)

Temas	Áreas de apoio	Objetivos e principais ações
Crescimento	Infraestrutura:	Investimento e aconselhamento direcionados aos gargalos infraestruturais ao crescimento.
	Transporte regional	Reestruturação e privatização de ferrovias, privatização de terminais portuários e descentralização de rodovias federais por delegação ou privatização.
	Transporte urbano	Descentralização dos sistemas ferroviários federais em grandes áreas metropolitanas, desenvolvimento de estratégias de transporte urbano integrado, regulação de serviços de transporte privatizados e sob concessão.
	Setor energético	Reestruturação e privatização do setor energético.
	Setor financeiro	Manutenção da estabilidade financeira e soluções para a o baixo grau de intermediação financeira no Brasil.
	Desenvolvimento do setor privado	Modernização e capitalização de firmas de médio porte com boas perspectivas de crescimento e suporte à política de regulação da competição.
	Educação superior, desenvolvimento de tecnologias e habilidades	Possibilidade de reforma do ensino superior voltada à ampliação do acesso e investimentos complementares em formação técnica.
	Reformas do ambiente regulatório	Apoio ao programa governamental de reforma do setor financeiro e de políticas regulatórias, incluindo regulação trabalhista.
Desenvolvimento eficiente e governança	Gerenciamento econômico	Elaboração de relatórios e outros serviços para estados específicos ou grupos de estados, especialmente do Nordeste. Possível concessão de LIL[1] para Rondônia com foco em reforma estatal e ajuste fiscal.
	Fortalecimento institucional dos municípios	Possibilidade de concessão de LIL para pequenos municípios e elaboração de estudo para analisar melhores opções de financiamento aos governos municipais.
	Gerenciamento financeiro	Identificação de boas práticas e pontos fracos nas áreas de planejamento, orçamento, pagamento, auditoria e contabilidade. Apoio, caso solicitado pelo governo, nas áreas de governança, transparência e prestação de contas.
	Governança	Possível elaboração de estudos de caso sobre governança e prestação de serviços e suporte à reforma judicial por meio de *workshops* e outros serviços não financeiros.

(Continua)

(Continuação)

Temas	Áreas de apoio	Objetivos e principais ações
Área ambiental	Gerenciamento dos recursos hídricos	Melhora do arcabouço legal e institucional para gerenciamento mais integrado, descentralizado e eficiente dos recursos hídricos.
	Conservação do solo e gerenciamento da terra	Prosseguimento a experiências bem-sucedidas com projetos de conservação de microbacias.
	Proteção dos ecossistemas	Desenvolvimento, por meio do projeto Pronabio,[2] de ações prioritárias para proteção da biodiversidade específicas a cada bioma.
	Programa piloto para as florestas tropicais	Envolvimento das comunidades locais e descentralização, quando apropriado, das decisões governamentais para níveis locais e estaduais.
	Descentralização da política ambiental	Descentralização do controle ambiental, inclusive sobre a poluição urbana. Exemplo: Segundo Projeto Nacional Ambiental alinha incentivos locais de proteção dos ativos ambientais a fortalecimento institucional dos estados com relação à política ambiental.
	Expansão do programa de assistência ambiental	Possibilidade de empréstimos e programas para apoiar atividades sustentáveis que aumentem a renda das populações locais de áreas florestais e de prevenção da desertificação.
	Problemas ambientais de caráter internacional	O Banco Mundial pode facilitar transferências de recursos internacionais e implementação de acordos internacionais, por exemplo, por meio do Fundo de Títulos de Carbono.

Fonte: World Bank/CAS 2000.

Elaboração dos autores.

Notas: [1] LIL = Learning Innovation Loan.

[2] Programa Nacional de Diversidade Biológica.

No que tange ao desempenho macroeconômico, durante o período de transição para o novo governo, o CAS-2002 *Progress Report* reviu os gatilhos, estipulando para o *deficit* primário uma meta de 3,5% em 2002 e 2003, dado que em 2000 e 2001 o realizado – 3,24% e 3,21% respectivamente – correspondeu ao previsto. Já em relação à dívida pública, as novas metas para 2002 e 2003 foram fixadas em no máximo 54,6% e 53,6%, respectivamente. O índice alcançado em 2001 foi de 52%, superando o esperado no CAS-2000, 46,5%. De outro lado, examinando a carteira, o volume de aprovações situou-se em algo mais de US$ 4,5 bilhões, não muito abaixo do teto de US$ 5 bilhões esperado e os desembolsos alcançaram os US$ 4,7 bilhões, superando amplamente o total inicial previsto de, no máximo, US$ 3 bilhões.

Mesmo com a piora das condições econômicas que atingiram o Brasil, especialmente em 2001 e 2002, o Banco Mundial considerou que o CAS-2000 foi implantado de forma satisfatória e continuava apropriado nessas circunstâncias. Os desafios permaneciam os mesmos, sendo o foco de atuação a redução da pobreza. Antecipou, também, que o CAS seguinte, com novo governo, deveria ser preparado e implementado em estreita parceria, dando suporte "à expansão de práticas efetivas para a redução da pobreza", a uma "mais ampla estratégia para o desenvolvimento sustentável" e à abordagem da "questão do conhecimento no desenvolvimento" (World Bank, 2002, p. 14).

3.2.2 2003-2012

O novo governo assumiu, em 2003, um claro compromisso de manutenção da estabilidade econômica, com crescimento mais equitativo e progresso social. Houve manifestação clara no sentido de se prosseguir, inclusive com maior rigor, com o ajuste fiscal[37] e reformas estruturais necessárias para a consolidação da estabilidade.

A visão de longo prazo do novo governo encontrava-se consubstanciada nos PPAs 2004 a 2007, "Um Brasil para todos", com cinco dimensões: econômica, social, regional, ambiental e democrática, com ênfase nos princípios de equidade, sustentabilidade e competitividade, num contexto de estabilidade macroeconômica.

Durante o ano de 2002, o Banco Mundial teve algumas discussões sobre estratégias e políticas com membros do novo governo que resultaram em documento divulgado

37. O *superavit* primário que, inicialmente, tinha sido fixado em 3,75% para 2003 foi aumentado para 4,25%.

em 2003 (World Bank, 2003b), o qual alinhavava elementos centrais que apareceriam no CAS de novembro de 2003, apresentando o programa de assistência ao Brasil para o período fiscal de 2004 a 2007.

Dentro do tripé equidade, sustentabilidade e competitividade, o Banco Mundial entendeu que um Brasil mais equitativo requereria:

- educação, tanto básica como universitária, com maior qualidade e nível de acesso;
- saúde com maior acesso e menores disparidades regionais;
- trabalho, com maior taxa de criação de empregos, menor grau de informalidade e maior produtividade;
- proteção social mais integrada; e
- gasto público de melhor qualidade.

De outro lado, um Brasil mais sustentável requereria:

- acesso urbano e rural a serviços de água e saneamento;
- melhor gerenciamento e qualidade das águas;
- melhor gerenciamento da terra;
- proteção das florestas e da biodiversidade; e
- maior inclusão social.

Finalmente, um Brasil mais competitivo requereria:

- apoio ao setor privado;

- reformas para melhorar o ambiente de investimento;
- crescentes investimentos em energia e infraestrutura para reduzir custos logísticos;
- políticas de comércio e institucionais menos distorcivas com a finalidade de aumentar o comércio total;
- agenda de sistema de inovações mais forte;
- reformas financeiras que diminuam os custos de intermediação;
- acesso aos serviços financeiros por parte dos mais pobres;
- reforma impositiva que reduza distorções e carga; e
- políticas regionais que estimulem o crescimento e reduzam disparidades.

Quanto aos fundamentos, estabilidade macroeconômica e boa governança, segundo o Banco Mundial, requerer-se-iam disciplina fiscal, melhor qualidade do gasto, controle eficiente dos sistemas financeiros e de aquisições, fortalecimento da capacidade de planejamento de diferentes setores e, principalmente, de diferentes níveis de governo, de modo a buscar eficiência e resultados.

Em termos do suporte que o banco podia oferecer ao país é importante salientar que mais uma vez o documento reconheceu que o aporte financeiro não era significativo e que, portanto, sua estratégia de assistência deveria ser mais seletiva, focando áreas como pobreza no Nordeste, educação e saúde. Foi ressaltado que se deveria perseguir "um relacionamento mais ambicioso para conseguir maiores impactos" (World Bank, 2003a, p. 22) e para tal fim foram elencadas quatro características-chave deste CAS para o período fiscal 2004-2007:

- manutenção de sólido gerenciamento macro e de maior equidade social;
- enfoque baseado na obtenção de resultados plenamente monitoráveis;

- implementação do programa com um enfoque sistêmico, mais alavancado, com parcerias sinérgicas e que possuam uma visão setorial mais integrada; e

- proposta de apoio financeiro que pode superar limites estabelecidos anteriormente, incluindo empréstimos para ajustes programáticos e setoriais em nível federal.

É relevante, neste ponto, entender o que o Banco Mundial queria dizer com a característica (3). A seletividade programática visaria a objetivos de longo prazo do país, e não objetivos setoriais limitados, com um enfoque sistêmico, tendo em vista que se observariam os programas prioritários do governo, definidos no PPA, com claros vínculos intersetoriais, isto é, integrados, alavancados com recursos do orçamento e outros, e orientados a produzir resultados monitoráveis. Trata-se de um programa de assistência em que prevalecem projetos multissetoriais com ênfase no fortalecimento institucional.[38] O box 1 apresenta um exemplo de financiamento com abordagem setorial ampla no Rio Grande do Sul.

BOX 1
SWAP: Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul

O Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul consiste em um empréstimo de modalidade SWAP com o objetivo de apoiar e melhorar o planejamento e implementação de investimentos públicos por meio do fortalecimento do órgão de planejamento do estado e de secretarias de áreas selecionadas – educação, ciência & tecnologia (C&T) e transporte. O projeto do ano 2012 conta com valor total aprovado de US$ 480 milhões a ser desembolsado em dez parcelas (em março e setembro de cada ano), sendo a última até junho de 2016. Os desembolsos são feitos como adiantamentos de pagamentos aos projetos contemplados no documento Eligible Expenditure Programs (EEPs) e devem ser acompanhados do relatório de gastos dos EEPs do período anterior. São atendidos quatro setores: *i)* transporte – recuperação e manutenção de rodovias, modernização do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (Daer) financiamento da implementação do Contrato de Reabilitação e Manutenção de Rodovias (Crema) em parte da malha rodoviária estadual; *ii)* educação (modernização tecnológica, reformas e construções de escolas, avaliação participativa do sistema de educação estadual); *iii)* desenvolvimento do setor privado para PMEs (programas de arranjos produtivos locais, extensão da indústria e de parques e polos tecnológicos); e *iv)* gestão do meio ambiente e do risco de desastres. O Programa, além disso, tem um componente transversal de Assistência Técnica, direcionado a prover bens, treinamento e serviços de consultoria entre outros, com o objetivo de promover melhorias na gestão do setor público no que diz respeito à capacidade do estado de formular, implementar, monitorar e avaliar projetos de investimento público e gerenciar ativos e compras.

Elaboração dos autores.
Nota: [1]Sector Wide Approach.

A atuação do Banco Mundial foi prevista para ser feita por quatro canais. Primeiro, pelo financiamento do balanço de pagamentos e das reformas com empréstimos

38. Assim, por exemplo, foi aprovado em 2005 um empréstimo ao estado do Ceará, de caráter multissetorial, classificado como de governança do setor público, com componentes nas áreas/setores de gerenciamento, saúde, educação, recursos hídricos e saneamento básico e meio ambiente. Este tipo de programas passa a ser muito comum a partir de 2004.

programáticos de ajustamento, complementados por empréstimos de assistência técnica. Segundo, financiando projetos de investimento com enfoque setorial amplo, em nível federal.[39] Terceiro, continuando o seu relacionamento com os governos subnacionais e, quarto, desenvolvendo um programa de AAA, vinculadas a redes de políticas e de conhecimento com o suporte do WBI.

O quadro 3 resume temas, áreas e atividades com os quais o Banco Mundial considerou ter um envolvimento intenso durante o período do CAS. O quadro registra apenas áreas que, de acordo com a graduação do banco,[40] poderiam ter um envolvimento muito alto dentro de seu programa de assistência. Assim, por exemplo, dentro do tema de um Brasil mais equitativo, o banco entendeu que o seu envolvimento deveria ser de alta intensidade na área de educação para se buscar, no longo prazo, uma melhoria do conhecimento e das qualidades, tendo como metas intermediárias maior acesso e melhor qualidade dos programas de primeira infância, incorporando 5,9 milhões de crianças. Neste sentido, o banco poderia contribuir com variados modelos de desenvolvimento da primeira infância nos municípios, como no projeto para o Rio de Janeiro – Rio Early Child Development (ECD). De igual forma, uma melhoria na qualidade do ensino fundamental, com redução das taxas de repetência e a participação da comunidade, pode ter a contribuição do banco via projetos de educação integrados aos estados, e de projetos AAA para a transformação das escolas.

39. Os projetos com enfoque setorial amplo (SWAP), na versão brasileira, constituem operações as quais o banco financia, no âmbito dos governos federal, estadual e municipal, políticas públicas que já se encontram priorizadas dentro dos respectivos PPAs e orçamentos. Um exemplo da utilização deste enfoque, no Brasil, foi o cofinanciamento do Programa Bolsa Família (PBF), onde o BIRD contribuiu, em termos financeiros, com uma parcela relativamente pequena quando comparada com o custo total do programa. Qualitativamente, sua participação efetiva se deu em termos de aporte de conhecimento, notadamente na concepção de mecanismos de supervisão, acompanhamento e controle do programa.

40. O envolvimento do banco e a urgência que o banco considera que o Brasil outorga às áreas é classificada em três níveis: moderado, alto e muito alto.

QUADRO 3
Temas e principais ações do Banco Mundial (2004-2007)

Área temática	Foco	Resultados de médio prazo	Atividades apoiadas pelo Grupo Banco Mundial
Equidade	Educação	Melhor acesso e qualidade de programas de educação pré-escolar (5,9 milhões de crianças em Programas ECD).	Projeto ECD Projeto municipal ECD
		Melhor qualidade da educação fundamental.	Projetos de educação estadual integrados *Transforming Schools AAA*
		Ampliação do acesso e melhor qualidade do ensino médio (índice de matrícula 36%).	Série de empréstimos programáticos de reforma do setor de desenvolvimento humano
Sustentabilidade	Recursos hídricos	Maior número de bacias hidrográficas com alocação dos direitos de propriedade sobre a água (10% das bacias com direitos de propriedade).	Série de empréstimos programáticos de reforma para o desenvolvimento sustentável
		Melhor qualidade da água, em especial, nas áreas urbanas do Sudeste.	Projeto estadual de qualidade da água no meio urbano Empréstimos estaduais integrados para gerenciamento de recursos hídricos.
		Mais eficiência no gerenciamento dos recursos hídricos, em especial, nas regiões áridas do Nordeste.	Projetos de gerenciamento dos recursos hídricos no Nordeste Projetos nacionais de gestão de recursos hídricos (Proagua[1] I e II)
Competitividade	Regulação e ambiente de negócios	Aplicação mais clara da legislação antitruste.	Série de empréstimos programáticos de reforma da agenda de crescimento
		Simplificação do registro e da tributação de empresas.	Clima de investimento AAA
Fundamentos macroeconômicos	Gasto público	Redução da rigidez orçamentária, realocação para mais investimentos públicos.	Série de empréstimos programáticos para a reforma fiscal assistência técnica gasto/gestão do setor público
		Melhor qualidade e eficiência do gasto (monitorada, em particular, a nível estadual).	Série de empréstimos programáticos para a reforma fiscal Revisão do gasto público (federal e de estados selecionados) Assistência técnica gasto/gestão do setor público Gerenciamento financeiro do estado AAA
		Mais eficiência e transparência nas compras governamentais.	Assistência técnica gasto/gestão do setor público Compras estatais AAA

Fonte: World Bank (2003a).

Elaboração dos autores.

Nota: [1] Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos.

No que se refere ao tema de sustentabilidade, o Banco Mundial escolheu como potenciais áreas de alto envolvimento os recursos hídricos e as florestas, focando ações que visem, no longo prazo, a melhor qualidade e gestão dos recursos hídricos, das florestas e da biodiversidade. Por sua parte, no tema de competitividade, o banco priorizou alto grau reformas regulatórias que gerassem um ambiente propício para os investimentos e a competição. Os fundamentos macroeconômicos mereceriam apoio e assistência do banco em alto grau com vistas a uma gestão mais eficiente do gasto público, principalmente, nos estados. Foram listadas, também, outras atividades nas quais o banco poderia atuar, mas, de acordo com o seu critério, foram consideradas de prioridade alta ou, apenas, moderada.

As tabelas 11 e 12, na quarta linha, apresentam os cenários para a definição do volume de financiamento durante o período 2004-2007. Ao se tomar o caso-base, de igual maneira que nos anteriores CAS, foram estipulados dois limites para o total dos empréstimos, que poderiam variar de US$ 4 bilhões a US$ 7,5 bilhões no teto, durante os quatro anos. Ao contrário dos dois CAS anteriores, não foram definidas metas específicas, que funcionariam como gatilhos. O Banco Mundial alertou que, com base no esquema de resultados, o que determinaria a extensão dos financiamentos era a "probabilidade de alcançar os resultados de desenvolvimento estabelecidos" (World Bank, 2003a, p. 54). Para tal efeito, o CAS apresentou uma tabela de "indicadores de desempenho de política" de caráter ilustrativo e não detalhado, que seriam usados apenas para refletir uma média ponderada da avaliação de desempenho em cada área.

É interessante destacar que, com base nos elementos centrais deste CAS, o banco reconheceu que

> um pequeno número de gatilhos macroeconômicos e de reformas estruturais nunca capturariam este enfoque nem seriam apropriados para a situação do Brasil, onde os desafios são relacionados ao progresso institucional, de políticas e implementação antes do que a umas poucas medidas estruturais (World Bank, 2003a, p. 54).

Por tal razão, a representação do banco no Brasil desempenhou papel crucial, estabelecendo que os progressos de política e institucionais fossem revisados semestralmente, com o governo do Brasil, representado pelos ministérios do Planejamento e da Fazenda.

Durante o período de 2004 a 2007, o desempenho macroeconômico expressado no comportamento da inflação, do *superavit* primário e da relação dívida/PIB foi satisfatório.

A taxa de inflação cedeu significativamente, dentro do sistema de metas de inflação, o *superavit* primário atingiu níveis não registrados desde 1990 e a relação dívida/PIB foi decrescente. Por sua parte, a carteira de aprovações chegou a quase US$ 5 bilhões, superando em US$ 1 bilhão o limite inferior do caso-base, e os desembolsos, também, alcançaram os US$ 5 bilhões, o que foi razoável (tabelas 7, 11 e 13).

Em abril de 2008, o Banco Mundial divulgou o agora denominado CPS para o período fiscal 2008-2011. Avaliando o período do CAS anterior, o documento admitiu que, apesar dos avanços em termos fiscais e financeiros, o crescimento econômico não foi o ideal. Portanto, de acordo com o banco, os grandes desafios prevaleceriam nesta nova etapa. Reconheceu que, de uma forma geral, o seu programa de assistência foi satisfatório no suporte de programas sociais como o PBF, mas ponderou que obteve resultados moderados em termos de sustentabilidade e de melhoria do desempenho do setor público, assim como não contribuiu como seria de esperar para fazer um Brasil mais competitivo (World Bank, 2008, p. 3).

O novo CPS apontou que para esse período os grandes desafios do Brasil tinham a ver com os seguintes temas:

- a qualidade do gasto, tendo em vista que grande parte do ajuste fiscal foi baseada em aumento da receita e diminuição dos investimentos públicos;

- baixa produtividade total dos fatores, entre outras razões pela elevada carga tributária e a baixa qualidade do gasto, pela legislação trabalhista inadequada e baixa eficiência da intermediação financeira em que prevalecem juros altos, créditos dirigidos e bancos públicos menos do que eficientes;

- ambiente desfavorável para a realização de negócios; e

- baixo investimento e deficiente infraestrutura.

Sobre o papel do banco nessa parceria com o Brasil existem alguns elementos importantes a serem destacados, já que se configurou um marco um pouco diferente das definições de estratégia anteriores. Inicialmente, o próprio banco se definiu como apenas um *niche player*, como já havia reconhecido em documentos anteriores, provendo

financiamentos de mais ou menos US$ 2 bilhões anuais a uma economia de mais de US$ 1 trilhão de PIB e que possui um banco como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que concede financiamento anual de cerca de US$ 35 bilhões.[41] Neste contexto, o documento contém alguns princípios que deveriam guiar a atuação do banco nesse período, são eles:

- o banco não deve se engajar em áreas onde o Brasil possui conhecimento e capacidade para fazê-lo por si próprio;

- o foco do trabalho do banco deve estar menos em "o que" fazer e mais em "como" fazer, com maior integração do conhecimento aos empréstimos e atividades *trust funded*; e

- o banco deve engajar-se, basicamente, em desafios de longo prazo para os quais o Brasil não tenha ainda desenhado soluções, e a experiência internacional possa ser realmente importante (Worl Bank, 2008, p. 9).

Os quadros 4 e 5 mostram temas e áreas onde o banco atuaria mais e onde o seu envolvimento seria menor.

41. Esta tabela apresenta os desembolsos do BIRD como proporção dos desembolsos do BNDES:

Desembolsos BNDES e Banco Mundial (2004-2012)

(Em US$ bilhões)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
BNDES	13,7	19,4	24,0	33,3	50,2	68,9	95,7	83,4	79,8
BIRD	1,4	0,8	2,2	0,6	1,7	1,3	4,5	2,0	2,7
BIRD/BNDES (%)	10,6	4,0	9,2	1,8	3,4	1,8	4,7	2,4	3,4

Fonte: BNDES Transparente, Banco Mundial e Banco Central.
Elaboração dos autores.

QUADRO 4

Atividades em que o banco atuará mais intensamente (2008-2011)

Área	Atividades e objetivos
Equidade	• melhor qualidade da educação e do gasto em saúde; • fortalecimento da prestação de contas e o controle baseado em *performance*; • maior envolvimento com saúde e educação em nível subnacional; • apoio ao PBF e aos programas complementares de inclusão econômica; • acesso à terra e à tecnologia para pequenos agricultores no Nordeste; e • foco na base da pirâmide: como pobreza rural/urbana, acesso de grupos de baixa e média renda a financiamentos e serviços básicos, investimentos em regiões fronteiriças com grande concentração de pobreza (Amazônia, Nordeste).
Sustentabilidade	• apoio a áreas de proteção e terras indígenas; • apoio à implementação de concessões florestais; • contribuição com a rede elétrica e corredores logísticos em biomas sensíveis; • desenvolvimento e implantação de mecanismos de pagamento por serviços ambientais; • envolvimento do setor privado nos principais desafios ambientais; • certificação quanto à sustentabilidade do agronegócio e do setor florestal; • saúde animal no Brasil e região; e • melhor qualidade ambiental e social dos empréstimos à infraestrutura.
Competitividade	• educação para inovação e crescimento; • melhorar a governança corporativa; • melhorar o clima de negócios; • desenvolvimento do mercado de capitais; • apoio a empresas *Tier* 2; • internacionalização de empresas brasileiras; • melhor ambiente regulatório e de planejamento para a infraestrutura; • Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões; • acesso de pequenos agricultores do Nordeste aos mercados; e • assistência técnica *just in time* para problemas complexos, como energia hidrelétrica e nuclear, aviação civil e trens-bala.
Fundamentos macroeconômicos, governança e gestão do setor público	• estudos, sob solicitação, sobre os principais problemas, inclusive reformas tributária e da seguridade social; • eficiência e eficácia da gestão pública; • envolvimento junto aos estados em reformas do setor público orientadas por resultados; e • trabalho com os setores em problemas na gestão do setor público.

Fonte: World Bank (2008).

Elaboração dos autores.

QUADRO 5

Atividades em que o banco atuará menos intensamente (2008-2011)

Área	Atividades
Equidade	• cobertura de programas de saúde e educação; • programas isolados designados ao combate de doenças específicas sem conexão com o fortalecimento geral do sistema de saúde; e • oferta de água e saneamento básico a comunidades rurais no Nordeste.
Sustentabilidade	• provisão de infraestrutura urbana básica e melhorias em favelas em áreas isoladas; • empréstimos a pequenos municípios; • projetos *stand-alone demonstration* na Amazônia e em outros biomas sensíveis; • provisão de serviços básicos no Nordeste; e • réplicas de projetos para gestão de recursos sustentáveis no Sudeste.
Competitividade	• financiamento do CFI a empresas *Tier* 1; e • financiamento de projetos com foco no controle de insumos.
Fundamentos macroeconômicos, governança e gestão do setor público	• empréstimos federais DPL para acumulação de reservas.

Fonte: World Bank (2008).

Elaboração dos autores.

Do ponto de vista dos instrumentos de financiamento e assistência, o Banco Mundial reduziria os empréstimos para o desenvolvimento de políticas em nível de DPLs,[42] favorecendo pequenos programas integrados em grandes áreas, a pedido do governo e dos estados. O documento é claro, ao enfatizar que o programa de assistência do banco deveria seguir prioridades e parâmetros estabelecidos pelos ministérios do Planejamento e da Fazenda em termos de financiamento em nível federal e em nível de estados e municípios. Neste sentido, entendeu-se que o programa seria caracterizado pelo que se denominou "oportunismo fundamentado" (*principled opportunism*), dado que, em primeiro lugar, seria o governo quem determinaria as áreas onde o banco poderia ser demandado e, em segundo, o banco colocaria na mesa visões de onde e como poderiam se engajar.

BOX 2

DPL: desenvolvimento socioeconômico para o crescimento inclusivo na Bahia

O DPL – desenvolvimento socioeconômico para o crescimento inclusivo na Bahia, aprovado em 2012, tem como objetivo apoiar o estado no seu programa de redução da desigualdade social, desenvolvimento de infraestrutura institucional e logística eficientes e fortalecimento da gestão do setor público. Nesse sentido, a escolha de um DPL como instrumento de financiamento apoia-se no suporte do Banco Mundial ao Plano de Visão Estratégica do Estado da Bahia que contempla temas abrangentes e inter-relacionados. Além disso, um empréstimo para políticas possibilita complementar atuação anterior do BIRD no estado, que se concretizava, sobretudo, na forma de empréstimos de investimento em infraestrutura, com alguns componentes de inclusão social e saúde. O total de US$ 700 milhões, a ser desembolsado em duas etapas de US$ 350 milhões, cada, abrange as seguintes áreas de política: equidade (melhoria da inclusão social e produtiva), eficiência (desenvolvimento da infraestrutura social, física e institucional para crescimento sustentável) e governança (fortalecimento do planejamento e da gestão do setor público). A escolha da forma de desembolso teve por base, de um lado, os elevados custos de transação que a legislação de disciplina fiscal brasileira impõe ao processamento de empréstimos subnacionais e, de outro, o fato de que o perfil de duas parcelas proporciona incentivos suficientes para a implementação do programa de reforma apoiado. A primeira parcela apoia o estágio inicial do plano de reformas, o qual deve ser aprofundado, com o apoio do BIRD, com a segunda parcela. O foco e a concepção deste DPL foram orientados por uma série de estudos setoriais, realizados tanto pelo banco como pelo estado, que identificaram como objetivos prioritários: a elevação da produtividade agrícola e de estruturas de comercialização organizadas (modernização das tecnologias de produção, infraestrutura básica, assistência técnica), redução da mortalidade materna (ampliação da cobertura da atenção primária), melhora do nível educacional (melhora do desempenho dos professores, reforma do ensino médio), redução da criminalidade (atividades de prevenção) e atenção às questões de gênero.

Elaboração dos autores.

Outras duas características constituíram uma novidade em relação aos CAS anteriores. Por um lado, o Banco Mundial levantou a possibilidade de realizar parceria com o Brasil, em nível regional e global, na produção de bens públicos como, por exemplo, o financiamento regional para o combate de doenças, parcerias sul-sul nas áreas de biocombustíveis, tecnologia agrícola, monitoramento por satélite, controle de desmatamento, Aids e outras onde o Brasil possui grandes vantagens comparativas. Por sua vez, instrumentos de trocas de dívida de estados e municípios, como no caso

42. No box 2 é descrito um DPL.

dos estados do Rio Grande do Sul, Alagoas e o município do Rio de Janeiro, foram desenhados e implantados com a finalidade de reduzir custos e riscos.[43] O banco afirmou que durante o período deste CPS, "a sua tesouraria redobrará esforços para desenvolver e aplicar instrumentos financeiros que respondam às cambiantes necessidades do Brasil" (World Bank, 2008, p. 20).

BOX 3
DPL: consolidação fiscal para crescimento e eficiência – município do Rio de Janeiro

O empréstimo envolve a reestruturação do perfil da dívida municipal. Ao permitir ao município abater 20% da sua dívida junto ao Tesouro Nacional (TN), reduziu-se a taxa de juros da dívida restante de 9% mais inflação – Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) para 6% mais inflação (IGP-DI). Embora a operação signifique um aumento de exposição ao risco cambial, uma vez que a dívida do município denominada em dólares aumentou inicialmente de 7% para 19% do total, acreditou-se, então (junho, 2010), que vários fatores mitigariam este risco como a trajetória decrescente da dívida e a apreciação do real a médio prazo. Além disso, a operação permitiu a diversificação do risco da dívida municipal, à época 90% indexada ao IGP-DI, ao reduzir a sua significativa exposição a este índice de preços, que carrega seu próprio risco cambial. O objetivo do empréstimo era auxiliar a prefeitura do Rio de Janeiro criando espaço fiscal que seria utilizado em investimentos direcionados a melhorar a qualidade e a eficiência da provisão de serviços públicos, especialmente em áreas pobres, por meio de programas inovadores de saúde, educação e desenvolvimento do setor privado. O programa previu, também, outros investimentos com vistas a fortalecer o ambiente institucional para a provisão de serviços públicos por meio de um esquema de gastos de médio prazo com gestão orientada para resultados no setor público, e PPPs. O total do empréstimo de US$ 1.045 milhões foi desembolsado em duas etapas: a primeira, de US$ 545 milhões, desembolsada quando da assinatura do empréstimo e a segunda, de US$ 500 milhões, desembolsada no ano fiscal 2011. Como a política operacional do banco não prevê, explicitamente, a extensão de DPLs a prefeituras ou cidades, fez-se necessária uma declaração de aprovação por parte da diretoria executiva do banco.

Elaboração dos autores.

A proposta de financiamento ao Brasil contida neste CPS se limitou aos anos fiscais de 2008 e 2009, e totalizou um montante de US$ 5,2 bilhões, em que prevalecem os empréstimos subnacionais, 85% do total. Este programa se diferenciou significativamente dos anteriores na medida em que se focaram basicamente os entes subnacionais, especialmente nos estados, procurando se adaptar às necessidades dos governadores em termos de ofertar mecanismos de financiamento mais ágeis e com abordagens de política pública, além de ter atingido um patamar de financiamento substancialmente superior se comparado com os das estratégias anteriores. Deve ser ressaltado que este programa de financiamento foi considerado indicativo e não continha pré-requisitos macroeconômicos mensurados por alguns indicadores como nos CAS anteriores. Unicamente, foi afirmado que este CPS apresentava uma matriz de resultados mais simplificada que as anteriores, entendendo que o banco "como um pequeno ator em uma grande economia tem pouca influência nos logros no extenso campo social e nos objetivos econômicos" (World Bank, 2008, p. 24). Especificamente, no campo macroeconômico, o banco entendeu que os

43. Ver, no box 3, uma descrição do caso do município do Rio de Janeiro.

riscos externos e domésticos foram mitigados pela boa gestão das políticas fiscal, de metas de inflação e de taxa de câmbio flutuante proporcionando uma sólida âncora econômica.

Em setembro de 2011 o Banco Mundial divulgou o CPS para o período 2012-2015, portanto, abrangendo o governo da presidente Dilma Rousseff. Interessa aqui unicamente registrar que a avaliação contida a respeito do CPS anterior foi positiva, com "uma grande obtenção de resultados" (World Bank, 2011, p. 12). Observa-se, apenas, na tabela 13, que a taxa de inflação no período de 2008 a 2010 oscilou acercando-se do teto da meta, o *superavit* primário foi menor em 2009 e 2010 em relação ao verificado em 2008 e a relação dívida/PIB decresceu. No que tange à carteira (tabela 7), o período 2008-2010 registrou volume expressivo de contratações, mais de US$ 11 bilhões, e de desembolsos, quase US$ 7,5 bilhões.

O documento estabelece que o programa de governo fornece a estrutura do CPS do Banco Mundial para o Brasil. Neste sentido, afirma-se que "a meta é que o Banco Mundial contribua para o objetivo do Brasil de crescimento mais rápido, mais inclusivo e mais ambientalmente sustentável, com estabilidade macroeconômica" (World Bank, 2011, p. 22). São apresentados resultados previstos que resultariam tanto de atividades em andamento como de novas atividades dentro de um programa de empréstimos da ordem de cerca de US$ 6 bilhões para os anos fiscais 2012 e 2013, sendo 95% de caráter subnacional.

4 O BRASIL E O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)

Historicamente, o Brasil sempre exerceu importante papel no desenvolvimento do BID. Como sócio fundador, desempenhou lugar fundamental na criação do Banco Mundial, ocorrida em dezembro de 1959, tendo como pano de fundo a OPA, iniciativa lançada por Juscelino Kubitschek em 1958,[44] que canalizou a demanda dos países latino-americanos

44. A OPA propôs que se buscasse um novo relacionamento entre os países das Américas, sob a forma de um programa multilateral de desenvolvimento econômico que constituiria, também, uma estratégia de defesa do continente. Representou, na verdade, uma iniciativa diplomática do governo brasileiro de sistematização das preocupações dos países latino-americanos em termos da queda dos preços dos produtos primários e a debilidade dos fluxos de capital que ingressavam na região. Esta iniciativa deixou como principal resultado a não objeção do governo norte-americano à criação de um organismo internacional de desenvolvimento, que viria a ser o BID (Araújo, 1991).

em torno da necessidade de criação de um banco de desenvolvimento regional. Ademais, possui uma importante participação no capital acionário da instituição (10,75%), equiparando-se à Argentina e abaixo apenas dos Estados Unidos, maior acionista, com 30,05% das ações. Como mutuário, o Brasil é responsável pela maior carteira de empréstimos em execução do banco, o que representa aproximadamente 25% de sua exposição frente a todos os países mutuários.

Essa conjunção de fatores faz do Brasil um importante ator na governança da instituição. De um lado, pela sua influência como acionista, que lhe dá grande poder de mobilização, especialmente entre os países mutuários. De outro, pela sua posição de cliente do Banco Mundial, fato que insere o país em qualquer discussão sobre estratégias operacionais e financeiras da instituição.

Este trabalho tem como objetivo avaliar as relações do Brasil com o BID durante o período de 1990 a 2012, focando os seguintes aspectos: *i)* a dinâmica dos empréstimos e dos fluxos financeiros com o banco em termos de seu impacto sobre o balanço de pagamentos e de sua destinação setorial e por ente da Federação; e *ii)* o processo de definição e avaliação de estratégias de operacionalização do banco no país.

4.1 A dinâmica dos empréstimos, fluxos e setores

Durante o período de 1990 a 2012, o BID aprovou mais de US$ 36 bilhões de financiamentos ao Brasil, representando o segundo BMD em termos de aprovações, atrás do BIRD, com quase 38 bilhões em projetos aprovados. A tabela 14 apresenta dados de empréstimos aprovados e desembolsos do BID para esse período, que se encontra dividido em seis subperíodos correspondentes, respectivamente, aos governos dos presidentes Fernando Collor e Itamar Franco (1990-1994), FHC (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e os dois primeiros anos da presidente Dilma Rousseff. Em termos de aprovações de projetos, pode-se observar que o volume financeiro praticamente triplicou, passando de uma média anual de US$ 760 milhões, para algo em torno de US$ 2.200 milhões no período mais recente. Observa-se, também, uma evolução significativa dos desembolsos de recursos ao país que, de uma média anual de US$ 412 milhões no período inicial, passou a representar, no intervalo 2007-2010, mais de cinco vezes esse montante (US$ 2.230 milhões), registrando-se, no entanto, uma queda expressiva no biênio mais recente.

TABELA 14

BID: empréstimos aprovados[1] e desembolsos ao Brasil por período (1990-2012)

(Em US$ milhões)

Período	Empréstimos aprovados		Desembolsos	
	Valor total	Média anual	Valor total	Média anual
1990-1994	3.809,75	761,95	2.061,12	412,22
1995-1998	6.186,88	1.546,72	3.780,69	945,17
1999-2002	8.189,29	2.047,32	8.410,66	2.102,66
2003-2006	3.780,59	945,15	5.504,40	1.376,10
2007-2010	9.822,62	2.455,65	8.922,06	2.230,52
2011-2012	4.480,13	2.240,06	2.198,54	1.099,27

Fonte: BID.

Elaboração dos autores.

Nota: [1] Empréstimos aprovados líquidos de cancelamentos, financiados com recursos do capital ordinário do BID (exclui cofinanciamentos).

A despeito da evolução significativa de projetos aprovados e dos desembolsos, observa-se que esse crescimento não foi uniforme durante os períodos avaliados. O período correspondente ao primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) apresentou uma queda marcante na média de recursos comprometidos e desembolsados pelo BID. Em termos de operações aprovadas, estas passaram a representar, em média, U$S 945 milhões no período, contra uma média de aproximadamente US$ 2.047 milhões, do período imediatamente anterior. Essa trajetória decrescente das aprovações de novos projetos teve como causas: *i)* a queda de projetos aprovados em 2003, primeiro ano do novo governo Lula, quando foram avaliadas e rediscutidas as estratégias de atuação do Banco Mundial no país; e *ii)* diminuições substanciais de aprovações nos anos 2005 e 2006 (US$ 706 milhões e 374 milhões, respectivamente), como consequência da nova posição do governo federal frente aos empréstimos dos BMDs em geral, resultado da melhora das condições macroeconômicas do país e da consequente redução das necessidades de financiamento externo. Durante esse período, a carteira de projetos do BID, até então majoritariamente federal, passou por um processo de reestruturação, tendo em vista o baixo nível de desempenho dos projetos contratados[45] e a intenção de mudanças de concepção setorial e temática para as novas operações, o que provocou uma diminuição dos comprometimentos de novos recursos. A partir de 2007, o banco redirecionou sua estratégia de atuação no país, sempre em comum acordo com o governo, focando áreas específicas de atuação – qualidade do gasto público,

45. A carteira em execução de responsabilidade do governo federal passou por diversos problemas de desempenho, tendo em vista a falta da disponibilização de recursos de contrapartida, resultado do forte ajuste fiscal ocorrido nos anos 2003-2005, e do superdimensionamento dos projetos, em função da desvalorização cambial observada no período.

arrecadação tributária, infraestrutura urbana, além de PMEs – e passando a atuar fortemente no financiamento de projetos nos estados e municípios brasileiros.

Em termos de desembolsos, o já mencionado baixo desempenho da carteira em execução, que levou a uma reestruturação importante desse conjunto de projetos por meio de cancelamentos de parte dos recursos contratados, associado à queda significativa de novas aprovações, que teve início desde o fim do governo FHC, foram as principais causas da queda do fluxo de recursos durante o período 2003-2006. Mais recentemente, no biênio 2011-2012, a queda nos desembolsos pode ser atribuída a dois vetores principais: *i)* desempenho da carteira em execução, concentrada fundamentalmente em projetos de investimentos tradicionais nos estados e municípios, nos setores de infraestrutura viária, urbana e saneamento, que por definição apresentam execução física e financeira mais lenta; e *ii)* a não aprovação, a partir de 2010, de novos empréstimos ao BNDES que, pelo seu elevado valor e rápido desembolso, propiciavam um fluxo de recursos importante ao país.

A dinâmica dos fluxos financeiros do Brasil com o BID pode ser analisada por intermédio da tabela 15. Observa-se, para o período avaliado, uma alternância das transferências líquidas do país para o BID, com as consequentes pressões sobre o balanço de pagamentos. Esses fluxos financeiros dependem da magnitude da carteira de empréstimos, do desempenho financeiro dos projetos, da modalidade e perfil do financiamento em termos de características dos desembolsos, além dos prazos de carência, amortização e valor dos juros e outras taxas. Entre 1990 e 1995, nota-se a incidência de transferências líquidas negativas do país com relação ao banco, efeito, fundamentalmente, do baixo nível de desembolsos da carteira de projetos em execução. A situação passa a se estabilizar a partir de 1996, e até o ano 2000 o país passa a ter transferências líquidas positivas com o BID, efeito da contratação de três grandes operações de financiamento de rápido desembolso e perfil financeiro diferenciado, que somaram um total de US$ 4.500 milhões.[46] Em 2003 e 2004, observa-se, novamente, a incidência de transferências negativas em volumes substanciais, como resultado do início das amortizações e pagamento de juros dos financiamentos setoriais do período anterior, além do desempenho não satisfatório da carteira de projetos em execução, que constrangeu os desembolsos do período. A partir

46. Dessas operações, duas foram direcionadas ao BNDES (BR-0277, em 1998, pelo valor de US$ 1.100 milhões e BR-0310, em 1999, pelo valor de US$ 1.200 milhões), no âmbito de um programa multissetorial de crédito às pequenas e médias empresas. A outra operação foi um projeto de interesse do governo federal, aprovado em 1999 na modalidade de rápido desembolso – *policy based loan* (PBL) e vinculado ao setor social no valor de US$ 2.200 milhões (*Social Protection Reform Program*), que tinha como objetivo cobrir *deficit* no balanço de pagamentos em função da crise de 1999.

de 2011, o país passa novamente a apresentar fluxos negativos em valores importantes, tendo como principal vetor a substancial queda nos desembolsos, resultado, como já foi mencionado, do fim dos programas de financiamento a PMEs do BNDES e do baixo desempenho da carteira de projetos em execução. Outra informação importante contida na tabela 15 refere-se à participação dos recursos do BID nos ingressos totais provenientes de organismos internacionais na conta capital do balanço de pagamentos. Em média, durante o período avaliado, os desembolsos do BID representaram cerca de 40% dos ingressos totais desses organismos, apresentando, entretanto, grande variabilidade na participação.

TABELA 15
BID: fluxos financeiros com o Brasil (1990-2012)
(Em US$ milhões)

Ano	Aprovações (BID)[1]	Desembolsos (BID)	Amortizações (BID)	Fluxos líquidos (BID)[2]	Juros (BID)	Serviço da dívida (BID)[3]	Transferências líquidas (BID)[4]	Ingressos (BID)/total[5]
1990	385,00	540,10	333,97	206,13	363,07	697,04	–156,94	0,46
1991	652,50	249,79	262,43	–12,64	243,26	505,69	–255,90	0,22
1992	816,05	177,02	210,11	–33,09	167,42	377,53	–200,51	0,17
1993	824,20	344,31	274,78	69,53	264,15	538,93	–194,62	0,36
1994	1.132,00	749,90	471,17	278,73	451,52	922,69	–172,78	0,66
1995	1.582,00	622,94	403,76	219,18	369,57	773,34	–150,39	0,38
1996	1.699,80	288,02	75,09	212,94	13,50	88,58	199,44	0,10
1997	1.398,58	876,45	79,40	797,05	78,35	157,75	718,70	0,28
1998	1.506,50	1.993,28	448,54	1.544,74	537,90	986,43	1.006,85	0,48
1999	4.789,50	2.796,28	228,47	2.567,82	439,21	667,68	2.128,61	0,61
2000	658,20	2.374,05	103,91	2.270,14	548,39	652,30	1.721,75	0,51
2001	2.051,19	726,01	120,66	605,35	647,25	767,91	–41,90	0,24
2002	690,40	2.514,32	1.417,66	1.096,66	1.085,99	2.503,65	10,67	0,65
2003	339,30	1.935,66	2.350,97	–415,31	1.157,01	3.507,98	–1.572,32	0,70
2004	2.491,74	952,96	2.130,01	–1.177,04	799,94	2.929,94	–1.976,98	0,40
2005	606,90	588,13	343,51	244,62	29,57	373,08	215,05	0,22
2006	342,65	2.027,64	1.056,69	970,96	714,94	1.771,62	256,02	0,40
2007	1.588,52	2.169,44	1.194,48	974,95	935,91	2.130,39	39,05	0,73
2008	3.035,07	1.713,08	1.309,30	403,77	1.035,76	2.345,07	–631,99	0,35
2009	2.933,85	2.426,38	997,25	1.429,13	606,46	1.603,71	822,67	0,54
2010	2.265,18	2.613,17	1.634,42	978,75	888,38	2.522,81	90,36	0,32
2011	2.223,04	895,39	1.413,31	–517,92	553,84	1.967,15	–1.071,76	0,24
2012	2.009,74	1.303,15	1.127,65	175,50	360,91	1.488,57	–185,41	0,23

Fonte: BID e BCB.

Elaboração dos autores.

Notas: [1] Empréstimos aprovados líquidos de cancelamentos, financiados com recursos do capital ordinário do BID (exclui cofinanciamentos).

[2] Fluxos líquidos (BID) = desembolsos (BID) – amortizações (BID).

[3] Serviço da dívida (BID) = amortizações (BID) + juros (BID).

[4] Transferências líquidas (BID) = fluxos líquidos (BID) – juros (BID).

[5] Ingressos (BID)/total = desembolsos (BID)/ingresso OI.

A tabela 16 apresenta a evolução dos empréstimos aprovados por setores de atividade econômica. De uma maneira geral, nota-se que a atuação do BID no Brasil é bastante concentrada em alguns poucos setores, que refletem as prioridades e estratégias do banco e do governo para os diversos períodos. De 1990 a 2002, por exemplo, destacaram-se os setores de indústria, investimento social, transporte, desenvolvimento urbano e habitação, além de água e saneamento, que conjuntamente contribuíram com aproximadamente 74% das aprovações. No período 2003-2012, além dos setores de transporte e água e saneamento, com participação importante no período anterior, três novos setores passaram a ter participação substantiva: *i)* mercado financeiro, com uma média de 18% da carteira; *ii)* energia, com aproximadamente 9%; e *iii)* modernização do estado, com 12% da carteira de aprovações. Esses cinco setores concentraram 75% dos projetos aprovados no período.

Por intermédio da tabela 17 observa-se a evolução da carteira de empréstimos por entes da Federação, setor privado e bancos de desenvolvimento. Chama a atenção a predominância de financiamentos aos estados brasileiros durante o período de 1990 a 1994 que participaram com mais de 55% das aprovações. Entre as operações aprovadas, destacaram-se projetos de infraestrutura viária nos estados de São Paulo, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo e Pernambuco, além de ações de recuperação ambiental e saneamento no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A magnitude dessas operações e sua importância estratégica no desenvolvimento das regiões beneficiadas constituíram-se na principal característica das intervenções do banco durante esse período. Destaca-se, também, a aprovação de dois grandes projetos para bancos de desenvolvimento, Banco do Nordeste (BNB) e BNDES, que representaram, em média, 17% das aprovações no período. Com esses projetos, de caráter multissetorial e de valores relativamente elevados, deu-se início à estratégia do BID em atuar fortemente por meio desses bancos no Brasil.

TABELA 16

BID: empréstimos aprovados[1] acumulados por setor, por período (1990-2012)

Setor	1990-1994		1995-1998		1999-2002		2003-2006	
	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)
Energia	135,00	3,54	307,00	4,96	414,89	5,07	461,70	12,21
Transporte	738,75	19,39	1.373,58	22,20	551,00	6,73	390,74	10,34
Meio ambiente e desastres naturais	410,20	10,77	0,00	0,00	82,50	1,01	9,00	0,24
Agricultura e desenvolvimento rural	67,50	1,77	0,00	0,00	141,00	1,72	43,80	1,16
Educação	0,00	0,00	350,00	5,66	255,00	3,11	0,00	0,00
Mercado financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.075,00	28,43
Água e saneamento	976,30	25,63	313,80	5,07	477,60	5,83	240,00	6,35
Saúde	0,00	0,00	350,00	5,66	185,00	2,26	0,00	0,00
Desenvolvimento urbano e habitação	720,00	18,90	1.129,00	18,25	424,50	5,18	146,90	3,89
Indústria	250,00	6,56	1.400,00	22,63	2.250,00	27,47	0,00	0,00
Empresas privadas e desenvolvimento de PMEs	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00	0,37	85,00	2,25
Reforma/modernização do estado	10,00	0,26	761,50	12,31	362,00	4,42	167,45	4,43
Investimento social	0,00	0,00	42,00	0,68	2.764,80	33,76	1.025,00	27,11
Ciência e tecnologia	102,00	2,68	160,00	2,59	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136,00	3,60
Turismo sustentável	400,00	10,50	0,00	0,00	251,00	3,06	0,00	0,00
Total	**3.809,75**	**100,00**	**6.186,88**	**100,00**	**8.189,29**	**100,00**	**3.780,59**	**100,00**

(Continua)

(Continuação)

Setor	2007-2010		2011-2012		1990-2002		2003-2012	
	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)
Energia	791,60	8,06	387,87	9,16	856,89	4,71	1.641,17	9,20
Transporte	1.986,63	20,23	1.632,63	38,57	2.663,33	14,65	4.010,01	22,48
Meio ambiente e desastres naturais	162,45	1,65	0,00	0,00	492,70	2,71	171,45	0,96
Agricultura e desenvolvimento rural	99,00	1,01	0,00	0,00	208,50	1,15	142,80	0,80
Educação	0,00	0,00	3,00	0,07	605,00	3,33	3,00	0,02
Mercado financeiro	2.070,00	21,07	54,73	1,29	0,00	0,00	3.199,73	17,94
Água e saneamento	1.241,39	12,64	956,48	22,60	1.767,70	9,72	2.437,87	13,67
Saúde	77,00	0,78	87,60	2,07	535,00	2,94	164,60	0,92
Desenvolvimento urbano e habitação	612,98	6,24	127,75	3,02	2.273,50	12,50	887,64	4,98
Indústria	130,00	1,32	0,00	0,00	3.900,00	21,45	130,00	0,73
Empresas privadas e desenvolvimento de PMEs	1.020,00	10,38	0,00	0,00	30,00	0,16	1.105,00	6,20
Reforma/modernização do estado	1.046,49	10,65	896,71	21,18	1.133,50	6,23	2.110,65	11,83
Investimento social	78,07	0,79	70,00	1,65	2.806,80	15,43	1.173,07	6,58
Ciência e tecnologia	80,00	0,81	0,00	0,00	262,00	1,44	80,00	0,45
Comércio	75,00	0,76	16,00	0,38	0,00	0,00	227,00	1,27
Turismo sustentável	352,00	3,58	0,00	0,00	651,00	3,58	352,00	1,97
Total	**9.822,62**	**100,00**	**4.232,77**	**100,00**	**18.185,91**	**100,00**	**17.835,98**	**100,00**

Fonte: BID.

Elaboração dos autores.

Nota: [1] Empréstimos aprovados líquidos de cancelamentos, financiados com recursos de capital ordinário do BID (exclui cofinanciamentos).

TABELA 17

BID: empréstimos aprovados[1] por UF, setor privado e bancos de desenvolvimento (1990-2012)

Período	União		Estados		Municípios		Setor Privado		Bancos de desenvolvimento		Valor total (US$ milhões)
	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	
1990-1994	746,50	19,59	2.111,25	55,42	302,00	7,93	0,00	0,00	650,00	17,06	3.809,75
1995-1998	3.027,00	48,93	1.100,00	17,78	576,30	9,31	83,58	1,35	1.400,00	22,63	6.186,88
1999-2002	3.809,00	46,51	1.130,40	13,80	180,00	2,20	549,89	6,71	2.520,00	30,77	8.189,29
2003-2006	1.179,25	31,19	469,50	12,42	384,14	10,16	747,70	19,78	1.000,00	26,45	3.780,59
2007-2010	216,85	2,21	4.252,15	43,29	830,74	8,46	1.522,88	15,50	3.000,00	30,54	9.822,62
2011-2012	269,66	6,37	3.469,97	81,98	290,76	6,87	202,38	4,78	0,00	0,00	4.232,77

Fonte: BID.

Elaboração dos autores.

Nota: [1] Empréstimos aprovados líquidos de cancelamentos, financiados com recursos do capital ordinário do BID (exclui cofinanciamentos).

Entre 1995 e 2002, prevaleceram os financiamentos ao governo federal e aos bancos de desenvolvimento, principalmente ao BNDES, com mais de 70% das aprovações no período. É durante esse período que se aprofunda a atuação do BID no financiamento da PME no Brasil, por meio do BNDES, com a aprovação de quatro grandes projetos no valor total de US$ 3.500 milhões. Em nível federal, destacaram-se projetos de modernização de estrutura viária, programas de reforma e investimento no setor saúde, administração fiscal em estados e municípios, educação profissional e média, além de uma grande operação voltada ao setor social, com características de PBL, no valor de US$ 2.200 milhões,[47] que tinha como objetivo dar apoio à manutenção dos gastos sociais do governo e à estabilidade macroeconômica do país, em função da crise de 1999. No âmbito dos estados e municípios, os quais apresentaram uma participação média em torno de 22% das aprovações no período, destacaram-se projetos voltados a resolver problemas de transporte rodoviário e urbano, saneamento, desenvolvimento urbano e social, além de educação. Os empréstimos dirigidos ao setor privado,[48] por sua vez, participaram com cerca de 4% das aprovações. Esses projetos, de pequeno e médio porte, concentraram-se nas áreas de geração e distribuição de energia e concessão de rodovias.

Durante o período de 2003 a 2010, observa-se uma mudança substancial na alocação da carteira de projetos do BID para o Brasil. Houve um redirecionamento das operações para os entes subnacionais (estados e municípios), uma elevação da participação de financiamentos ao setor privado e a consolidação das operações aos bancos de desenvolvimento, por meio do BNDES.[49] Em nível federal, observou-se uma queda expressiva de aprovações, as quais representaram, em média, 17% do volume aprovado no período. Essa situação se agudiza a partir de 2007, quando a participação de empréstimos de interesse do governo federal passou a representar pouco mais de 2% das aprovações. Essa queda na participação da União nas aprovações do BID foi compensada

47. *Social Protection Reform Program* (BR-0308), aprovado em março de 1999, pelo valor de US$ 2.200,00 milhões.

48. Os empréstimos ao setor privado cuja fonte de recursos está no capital ordinário do BID são estruturados pelo Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo – Structured and Corporate Finance Department (SCF). Este departamento, criado em 2006 no âmbito do processo de realinhamento do banco, substituiu o Departamento do Setor Privado (PRI) na concessão de financiamentos ao setor privado em investimentos produtivos, concessão de garantias e recursos para a preparação de projetos.

49. Durante o período 2003-2010 foram aprovadas quatro operações ao BNDES, por um valor total de US$ 4 milhões, todas vinculadas ao financiamento de PMEs brasileiras. Esses projetos, de valor relativamente elevado (US$ 1 milhão por projeto), custo de preparação baixo e de rápido desembolso, passaram a desempenhar um papel importante no desempenho operacional do BID durante o período.

por uma expressiva participação dos estados e municípios nesta carteira, notadamente no período 2007-2010, quando passaram a representar mais de 50% das aprovações, e pelo aumento da participação de financiamentos ao setor privado.

Tendo em vista essa nova configuração da carteira de projetos do país com o BID, notadamente a partir de 2007, o governo federal passou a atuar na preparação de projetos voltados à gestão fiscal e financeira de estados e municípios, além de uma grande operação de apoio ao PBF, o qual se encontrava em fase de implantação. Os estados, por sua vez, apresentaram operações majoritariamente nas áreas de infraestrutura viária e urbana, transporte público, saneamento ambiental e gestão financeira e fiscal. Com relação aos municípios, merece a atenção o Programa Procidades, linha de crédito criada pelo BID em 2006, no valor de US$ 800 milhões, voltada especificamente ao financiamento de ações de desenvolvimento econômico nos municípios brasileiros. Esse programa foi o responsável por grande parte dos financiamentos aprovados aos municípios durante o período e constituiu-se em um importante instrumento de aproximação do banco à realidade dos municípios brasileiros, o que tem propiciado a este organismo vantagens comparativas em termos de experiências de desenvolvimento econômico local. Por último, os projetos direcionados ao setor privado obedeceram à mesma lógica do período anterior, concentrando-se em operações de pequeno porte aos setores de energia e infraestrutura.

Com respeito ao período 2011-2012, observa-se um reforço na tendência de empréstimos no âmbito dos entes subnacionais, os quais, conjuntamente, representaram 89% das aprovações no período. É possível notar, também, quedas significativas nas aprovações voltadas ao setor privado e aos bancos de desenvolvimento.

A lógica do direcionamento das operações do banco no sentido dos entes subnacionais obedeceu às mesmas causas já mencionadas quando da avaliação da atuação do BIRD no Brasil, ou seja: *i)* situação financeira propícia de grande maioria dos estados, resultado da aplicação da LRF; *ii)* demanda crescente para investimentos em infraestrutura, notadamente em regiões urbanas; *iii)* desinteresse do governo federal em tomar novos financiamentos, tendo em vista a situação macroeconômica favorável; e *iv)* a necessidade dos bancos em procurar novos mercados e negócios, tendo em vista a importância do país não só como cliente de recursos financeiros, mas também como laboratório de experiências exitosas de políticas públicas.

A tabela 18 apresenta informações sobre a distribuição dos empréstimos aprovados aos entes subnacionais, por região. Observa-se claramente uma concentração das aprovações nas regiões Sudeste e Sul, as mais ricas do país, em detrimento das regiões Norte e Nordeste, as mais pobres. As primeiras absorveram, em média, para os períodos avaliados, em torno de 67% dos financiamentos conferidos, e, nos intervalos de 1990-1994 e 1995-1998, concentraram aproximadamente 79% e 75% dessas operações, respectivamente. As regiões Norte e Nordeste, por sua vez, muito embora com participação crescente, contribuíram, em média, com aproximadamente 30% das operações aprovadas no mesmo período, tendo apresentado contribuições significativas principalmente no intervalo 2003-2006, com 41% das aprovações. A região Centro-Oeste, por sua vez, não apresentou participação significativa nas aprovações de projetos aos entes subnacionais, muito embora no período 1999-2002 tenha contribuído com cerca de 14% dos projetos. Alguns elementos são determinantes para a obtenção de financiamentos de bancos multilaterais no Brasil por parte de entes subnacionais, entre eles a capacidade institucional de concepção e execução de projetos, a capacidade de articulação com o governo federal, garantidor da operação, e com os bancos financiadores, além de condições financeiras propícias para a obtenção do financiamento. A articulação satisfatória desses três elementos justifica, em parte, a preponderância das regiões Sudeste e Sul sobre as demais regiões do país. Aliado a isso, pode-se citar a falta de uma política explícita por parte do governo federal em direcionar os financiamentos dos BMDs para as regiões mais pobres do país, como estratégia de amenizar desigualdades regionais, além da tendência natural dos bancos em trabalhar com aqueles "clientes" com capacidade institucional mais desenvolvida, o que facilita e dinamiza os processos de preparação e execução das operações de financiamento.

TABELA 18

BID: empréstimos aprovados[1] a UFs por região (1990-2012)

Região	1990-1994		1995-1998		1999-2002		2003-2006		2007-2010		2011-2012	
	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)
Norte	115,00	4,77	0,00	0,00	112,80	8,61	140,00	16,40	464,98	9,15	344,93	9,17
Nordeste	389,80	16,15	421,00	25,11	236,00	18,01	207,20	24,27	1.157,97	22,78	905,89	24,09
Centro-Oeste	0,00	0,00	0,00	0,00	177,60	13,55	0,00	0,00	279,89	5,51	11,58	0,31
Sudeste	1.474,00	61,08	559,80	33,39	534,00	40,75	426,40	49,95	2.823,27	55,54	1.818,21	48,35
Sul	434,45	18,00	695,50	41,49	250,00	19,08	80,04	9,38	356,78	7,02	680,12	18,08
Total	**2.413,25**	**100,00**	**1.676,30**	**100,00**	**1.310,40**	**100,00**	**853,64**	**100,00**	**5.082,89**	**100,00**	**3.760,73**	**100,00**

Fonte: BID.

Elaboração dos autores.

Nota: [1] Empréstimos aprovados líquidos de cancelamentos, financiados com recursos do capital ordinário do BID (exclui cofinanciamentos).

4.2 Estratégias

Esta subseção abordará as principais estratégias elaboradas pelo BID em relação ao seu programa de financiamento ao país. Serão considerados dois períodos: o primeiro, de 1990 a 2002, compreendendo os governos dos presidentes Fernando Collor, Itamar Franco e os dois governos FHC; e o segundo, de 2002 a 2012, compreendendo os dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os dois primeiros anos do governo da presidente Dilma Rousseff. Para tal efeito, foram utilizados como base dos documentos de análise os denominados *Documentos de país*, ou CP como será mencionado no texto.

4.2.1 1990-2002

Em fevereiro de 1993, o BID divulgou um CP no qual estabeleceu seu programa de financiamento ao país para o biênio 1992-1993 e definiu uma estratégia de médio prazo. O referido documento confirmou que o programa de financiamento para 1992-1993 correspondia àquele estabelecido por uma missão de programação em maio de 1992, o qual atingia US$ 2 bilhões.

Em época de séria crise econômica, política e institucional, o banco entendeu que o *deficit* fiscal era o principal responsável pela inflação, o baixo crescimento e a pobreza. Em tal sentido, afirmava que "a experiência tem mostrado que, para conseguir uma estabilidade macroeconômica sustentável, um país deve equilibrar suas finanças públicas de forma sustentável" (IDB, 1993, p. 2). Reafirmava, portanto, que qualquer estratégia deve-se concentrar em dois grandes problemas: o crescente *deficit* fiscal em nível federal e estadual e a deterioração das condições sociais dos grupos de baixa renda.

Nesse contexto, a estratégia implementada considerou que um programa de financiamento ao Brasil deveria estar concentrado em projetos que não piorassem as contas públicas, tanto em nível federal como estadual. A racionalidade da estratégia estava na percepção de que com o equilíbrio fiscal, num círculo virtuoso, se alcançaria a estabilidade macroeconômica e, em consequência, acesso a recursos de capital necessários para resolver os maiores problemas econômicos e sociais consubstanciados em alta inflação, sobre-endividamento, infraestrutura deteriorada, meio ambiente desgastado, serviços

sociais inadequados e insuficientes e crescente pobreza, de modo a se alcançar crescimento econômico sustentável com equidade.[50]

O CP-1993 definiu os parâmetros da estratégia de médio prazo do BID para o período 1994-1997. Afirmou-se claramente que, mesmo reconhecendo que os recursos do banco têm um impacto quantitativo marginal na economia brasileira, deveria ser assegurado que o uso do financiamento "não agrave o já sério problema fiscal que o país enfrenta" (IDB, 1993, p. 17). Por tal razão, estipulou-se que, para não piorar o *deficit* fiscal, os projetos deveriam cobrir o serviço da dívida, seguindo a combinação de cada um dos seguintes três elementos:

- incluir provisões para atender parte ou todo o serviço da dívida;
- gerar poupanças operacionais por redução de custos; e
- compensar através de aumento de taxas em outras áreas dentro do setor beneficiado.[51]

Ademais, o banco considerou que outros setores com dificuldades para cobrir o serviço da dívida, como o de meio ambiente e o social, poderiam ser incluídos no programa de financiamento desde que preenchessem alguns critérios. No caso do meio ambiente, contemplar-se-iam projetos em atividades que não implicassem potenciais e irreversíveis danos, gerando crises com custos superiores aos recursos alocados. Para os projetos sociais, seriam priorizados os setores mais carentes que tendessem a melhorar os indicadores de bem-estar social e aqueles que contassem com mecanismos para recuperar parcialmente os custos.

Depois de lançado o Plano Real, em 1994, e já no primeiro mandato FHC, o banco preparou um novo CP que foi divulgado em fevereiro de 1996. O documento afirmou que o país "implementou com sucesso um excepcionalmente inovador programa de estabilização para deter uma perigosa escalada dos preços", continuou dizendo que

50. A respeito, esse raciocínio está bem ilustrado no gráfico 1 (IDB, 1993, p. 4).

51. Aqui o exemplo usado no setor de educação é o de mensalidades para estudantes de renda alta nas universidades para expandir o ensino básico.

"também introduziu uma estratégia de desenvolvimento clara que diretamente expressa os complexos problemas econômicos e sociais" e concluiu afirmando que "esta combinação de eventos e suas implicações de longo prazo estabelecem a fase para a nova estratégia de financiamento do Banco ao Brasil" (IDB, 1996, p. i).

O banco diagnosticou que a estratégia do país representava claramente um esforço concertado para enfrentar os problemas econômicos e sociais. No entanto, ponderou que, no curto prazo, a estabilidade de preços dependeria do desempenho da política monetária, do ajustamento de preços-chave dos serviços públicos, de um rápido processo de privatização e da redução da sobrevalorização da taxa de câmbio. Nos médio e longo prazos, a estabilização só estaria garantida por um forte ajustamento fiscal.

A estratégia do BID para o financiamento durante o período de 1995 a 1997 refletiu as três áreas prioritárias definidas na estratégia de desenvolvimento do governo. Entendeu-se que assim procedendo se estaria contribuindo para eliminar de forma sistemática as causas da inflação crônica. Em tal sentido, a estratégia contemplou as seguintes prioridades:

- reforma e modernização do Estado em nível federal e subnacional;
- reforma e modernização da infraestrutura produtiva no intuito de conseguir a redução do Custo Brasil; e
- alívio das desigualdades e da pobreza aumentando a efetividade do gasto social e melhorando o foco e o gerenciamento dos programas sociais.

No que tange ao montante de financiamentos, o banco reconheceu que a demanda excedia amplamente a sua capacidade em termos financeiros e de recursos humanos. Graças à oitava recomposição de capital da instituição, estabeleceu-se que o nível de empréstimos poderia atingir os US$ 6 bilhões durante o período 1995-1997, correspondendo ao que uma comissão tinha acertado em 1995 com o novo governo. Contudo, ressalvava-se que possíveis limitações nos fundos de contrapartida, tanto em nível federal como estadual, e a reduzida credibilidade de alguns estados potenciais tomadores de recursos, poderiam levar a carteira de empréstimos no período para algo em torno US$ 3,7 bilhões. De fato, como pode ser observado na tabela 15, o

volume de financiamento durante o triênio foi de US$ 4,3 bilhões, mais próximo dos US$ 3,7 bilhões.

Em julho de 1998 foi produzido documento CP-863-3, denominado *Atualização 1998*, do CP-1996, que constituiu um marco de referência para uma missão de programação que o banco realizaria nesse mês, no qual reafirmou a estratégia apresentada em 1996, não sem antes manifestar preocupações com respeito ao andamento de algumas políticas. Especificamente, assinalou que "o desafio da política macroeconômica continua sendo a necessidade de acelerar o progresso em direção a um ajuste fiscal adequado" (BID, 1998, p. 3). Isto levando em conta que para o BID o *deficit* público era a principal fonte de desequilíbrio econômico, afetando não somente preços como, também, crescimento e pobreza. No que tange ao "Custo Brasil", reconheceu-se que o Brasil avançou, mas de forma desigual como resultado de conflitos entre diferentes setores, expressado em diferentes ritmos de crescimento da produtividade, tendo como causas primárias taxas de juros elevadas, câmbio valorizado, excessiva tributação, infraestrutura deficiente e regulação exagerada.

O banco assinalou que dentro das grandes áreas de ação, como estratégia, procuraria selecionar setores, temas, regiões e mecanismos que maximizassem o produto de suas ações. Para tal efeito, buscaria "associações estratégicas" com entidades e instituições nacionais de modo a ganhar experiência e mobilizar recursos que permitissem redução de custos na implementação de projetos. Neste sentido, por exemplo, em 1999, teve uma experiência de associação com o BNDES.[52]

Em julho de 2000, o BID divulgou um CP apresentando a sua estratégia para o período 2000-2003. No documento, afirmou-se que em consonância com o PPA Avança Brasil, correspondente ao segundo mandato FHC, a estratégia visaria cooperar com o governo nos esforços para "crescer dentro de um marco de estabilidade e reduzir as desigualdades e a pobreza" (BID, 2000, p. i). Foram elencados cinco grandes desafios, a saber:

- crescimento com estabilidade, equidade e respeito ao meio ambiente;
- reforma do setor público e redução do *deficit* fiscal;

52. Um programa de crédito às PMEs com o BNDES por valor de US$ 1,2 bilhão foi aprovado no início de 1999.

- aumento da competitividade via redução do Custo Brasil e modernização produtiva, com apoio a PMEs;
- enfrentamento dos principais problemas sociais, desigualdade e pobreza; e
- revitalização e ampliação da integração regional.

O banco reconheceu que as políticas e reformas estruturais tais como a abertura comercial, a integração regional, a responsabilidade fiscal e as privatizações conseguiram transformar o Brasil em "uma nação mais moderna e mais resistente à inflação crônica" (BID, 2000, p. 2). Não obstante, continuou a alertar que a maior vulnerabilidade estava na consolidação do ajuste fiscal, de modo a reestruturar e melhorar a eficiência do setor público.

Com respeito à estratégia anterior, detalhada no CP-1996, o BID avaliou que ela foi apropriada e compatível com os objetivos do governo. Reconheceu que, pelas dimensões continentais do país, a relevância do banco não está no tamanho da carteira de financiamento e sim no foco de suas ações, no seu efeito catalítico e no caráter inovador.

É interessante ressaltar que, neste CP-2000, o banco introduziu um novo objetivo que diz respeito ao processo de integração econômica regional. Apontou que o Brasil realizaria um esforço especial que poderia resultar em projetos de integração física e de promoção de sistemas regulatórios. O banco entendeu que seu papel seria o de apoio a projetos de infraestrutura de integração, particularmente, nas áreas de energia e de transportes.[53]

Sendo mais preciso, o BID definiu que sua ação procuraria aprofundar os seus aportes para projetos de integração física como estradas, sistemas de transmissão de energia, gasodutos, e a redução de restrições nas áreas fronteiriças. De igual forma, comprometeu-se a apoiar outras ações de integração em áreas como saúde e educação. Do ponto de vista da formulação e acompanhamento de políticas, estabeleceu que apoiaria a adoção de instrumentos para fortalecer as relações econômicas e comerciais no Mercado Comum do Sul (Mercosul), assim como a coordenação das políticas macroeconômicas de longo prazo.

53. O BID, com a CAF e o Fonplata constituem BMDs que apoiam financeiramente a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa).

As janelas de apoio ao setor privado do Grupo BID estavam representadas pelo PRI, transformado em 2006 no SCF, pelo Fundo Monetário de Investimento (Fumin) e pela Corporação Internacional de Investimentos (CII). O banco apontou para o papel de mobilização de recursos adicionais para financiamento de infraestrutura no contexto do PRI, para o acesso de PMEs a fundos de capital de risco no âmbito do Fumin e para o financiamento de projetos de turismo, processamento de produtos alimentícios e desenvolvimento de novos intermediários financeiros, via CII.

Para o período de 2000 a 2003, o banco entendeu que o nível de financiamento, em função do ajuste fiscal, alcançaria no máximo US$ 6 bilhões, excluindo o financiamento ao setor privado, isto é, US$ 1,5 bilhão em média a.a. Reconheceu-se que o programa de ajuste fiscal do governo afetaria a execução dos projetos em função da diminuição das contrapartidas orçamentárias. Com efeito, a carteira do banco com o Brasil durante o período atingiu, apenas, pouco mais de US$ 3,7 bilhões, ou seja, 62% do previsto.

O quadro 6 apresenta as principais ações do banco contempladas na estratégia para o período 2000-2003.

QUADRO 6

BID: principais ações (2000-2003)

Principais ações e políticas de governo	Estratégia do banco	Intervenções do banco	Outras agências	Principais indicadores
Crescimento mais rápido, equitativo e sustentável				
• Continuar o ajuste fiscal. • Acelerar o programa de privatizações. • Reduzir o *deficit* em conta corrente. • Implementar sistema de metas de inflação.	• Apoiar o ajuste macroeconômico, particularmente quanto à modernização do Estado.	• Completar o desembolso dos empréstimos de emergência de 1999.	• FMI e Banco Mundial: apoiam o ajuste macroeconômico.	• Redução do *deficit* em conta corrente e do *deficit* fiscal, em relação ao PIB. • Redução das taxas de juros.
Reforma e modernização do Estado				
• Reforma do sistema de seguridade social. • LRF. • Reforma tributária. • Programa de privatizações. • Marcos regulatórios. • Fortalecimento da administração tributária. • Aceleração do ajuste fiscal dos estados.	• Expandir o papel catalítico do banco quanto ao fortalecimento dos governos municipais, tanto em aspectos de gestão fiscal e administrativa, quanto na provisão mais eficiente de serviços básicos. • Modernização do sistema de seguridade social.	• Administração financeira de municípios. • Elaboração de estudos básicos para reformas. • Organismos e marcos regulatórios (Fumin). • Modernização do sistema de seguridade social.	• Banco Mundial: reformas na seguridade social; reformas nos setores sociais; e apoio ao ajuste fiscal dos estados.	• Aumentar a poupança do governo (dada a urgência do ajuste macroeconômico para reduzir desequilíbrios nas contas públicas e no balanço de pagamentos, considera-se a poupança pública como a variável mais crítica no curto e no médio prazo). • Modernização da gestão administrativa e fiscal:[1] 700 municípios. • Eficiência da gestão municipal:[1] arrecadação própria: 35% em municípios >200 mil habitantes; e 10% da receita para investimento.
Melhorar a competitividade				
• Abertura econômica. • Concessões ao setor privado de operação e manutenção da infraestrutura de transporte. • Reabilitação do sistema viário. • Organização, reorganização, fortalecimento e expansão do setor energético (gás natural, setor elétrico, incluindo privatizações).	• Intervenções prioritárias em: *i)* reabilitação e expansão da infraestrutura de transporte e energia; e *ii)* outras ações para reduzir o Custo Brasil, inclusive na educação. • Prosseguimento do apoio ao setor financeiro (crédito de longo prazo e apoio técnico a PMEs e microempresas).	• Rodovias de integração. • Rodovias nacionais e estaduais. • Segurança nas estradas. • Portos (PRI). • Plantas elétricas. • Crédito multissetorial e apoio a PMEs e microempresas. • Incubadoras, microcrédito e capacitação de PMEs (Fumin). • Recursos hídricos e pesquisa agroalimentar.	• Banco Mundial: reabilitação da rede viária. • JBIC[2] Japão: infraestrutura.	• Redução dos custos de transporte. • Melhor integração de PMEs à economia nacional, incluindo maior participação nas exportações. • Aumento do investimento privado. • Recuperação da competitividade externa.

(Continua)

(Continuação)

Principais ações e políticas de governo	Estratégia do banco	Intervenções do banco	Outras agências	Principais indicadores
Desigualdade e pobreza				
• Recuperação do crescimento econômico com equidade. • Continuação de reformas para descentralizar e melhorar a qualidade dos serviços básicos, especialmente na saúde e na educação. • Nova legislação sobre recursos naturais, incluindo administração de recursos hídricos e controle ambiental. • Atenção a problemas de propriedade de terra.	• Ações prioritárias: problemas ainda não resolvidos, especialmente o acesso desigual à educação e à saúde, e a redução da pobreza nas zonas críticas. • Enfoque coordenado sobre problemas ambientais incluindo os centros urbanos. • Alta prioridade à educação, especialmente nível médio e nível técnico-vocacional. • Promoção de participação ativa da sociedade civil.	• Melhora de bairros e habitações irregulares. • Saneamento básico. • Melhora da educação média. • Capacitação (Fumin).	• Banco Mundial: pobreza rural; educação básica e fundamental; e reforma agrária. • JBIC Japão: saúde.	• Alimentação básica:[3] 32% carentes. • Mortalidade infantil:[3] 31 por 1.000. • Melhoria da habitação:[1] 70 mil famílias. • Melhoria do saneamento:[1] 65 mil famílias. • Analfabetismo:[3] 10%. • Conclusão da educação primária:[3] 50%. • Matrícula na educação secundária:[3] 80%. • Maior cobertura dos serviços básicos, especialmente em áreas de pobreza. • Melhores níveis nutricionais e de matrículas de crianças em circunstâncias difíceis. • Maior independência dos assentamentos rurais. • Melhora do tratamento dos afluentes.
Integração				
• Revitalizar e ampliar a integração regional, incluindo novas áreas de ação.	• Aprofundar a ação em áreas tradicionais e não tradicionais.	• Apoio a projetos de integração de rodovias, transmissão elétrica, oleodutos. • Intervenções em áreas fronteiriças. • Ações de integração em saúde e educação. • Mecanismos de financiamento regional.		• Melhorias na infraestrutura do Brasil e da região. • Melhora dos indicadores de comércio regional. • Ações não convencionais de integração.

Fonte: BID (2000, p. 33).

Elaboração dos autores.

Notas: [1] Metas das operações BR0273 Habitar e BR0286 Fiscal Municipal.

[2] Japan Bank for International Cooperation.

[3] Metas do PPA 2000-2003 Avança Brasil.

4.2.2 2003-2012

Em novembro de 2004 o BID deu a conhecer o CP-2004 contendo a estratégia para o Brasil durante o período de 2004 a 2007. O documento dizia, inicialmente, que o governo do presidente Lula tinha realizado esforços para superar a instabilidade macroeconômica, enquanto dava os primeiros passos para por em prática uma importante agenda social. A estratégia do governo estava consubstanciada no PPA 2004-2007, Um Brasil para Todos. Em função disso, o banco estabeleceu três grandes objetivos gerais para o período, a saber:

- promoção do crescimento com estabilidade e ambientalmente sustentável;
- redução da pobreza, promoção da inclusão social e de maior igualdade social e regional; e
- apoio do fortalecimento institucional, promovendo a democracia e a participação.

Foram definidas quatro áreas de ação, seguindo o Plano Um Brasil para Todos, conforme a seguir:

- produtividade e infraestrutura, priorizando PMEs e as PPPs;
- criação de programas de distribuição de renda e de educação e saúde, enfocando pobreza, equidade e capital humano;
- condições de vida e de eficiência nas cidades; e
- fortalecimento institucional e modernização do Estado, principalmente nos governos subnacionais (BID, 2004, p. 7).

No processo de financiamento dessas áreas o BID visualizou três possíveis canais:

- operações com o governo federal e com os bancos de desenvolvimento;
- operações com governos estaduais e municipais com garantia soberana; e
- financiamento direto ao setor privado.

Na definição de sua estratégia, o banco entendeu que houve importante evolução de enfoque desde 1996, procurando manter a sua relevância e maximizar a sua contribuição. Nesse sentido, em primeiro lugar, o BID procurou identificar experiências inovadores com perspectivas de replicabilidade, estendendo aquelas exitosas de alguns lugares a outros e as de caráter nacional a estados e municípios. Em segundo lugar, o banco procurou ampliar a abrangência de algumas de suas operações com o governo federal e com alguns bancos de desenvolvimento para permitir maior cobertura em nível nacional. Em terceiro lugar, com a estratégia de 2000 e em função da LRF, os empréstimos foram concentrados nos estados e municípios, ajustando os financiamentos ao governo federal para projetos de menor valor e de caráter inovador, voltados a "temas de alta prioridade e em operações vinculadas a despesas orçamentariamente protegidas (setores sociais)" (BID, 2004, p. 29).

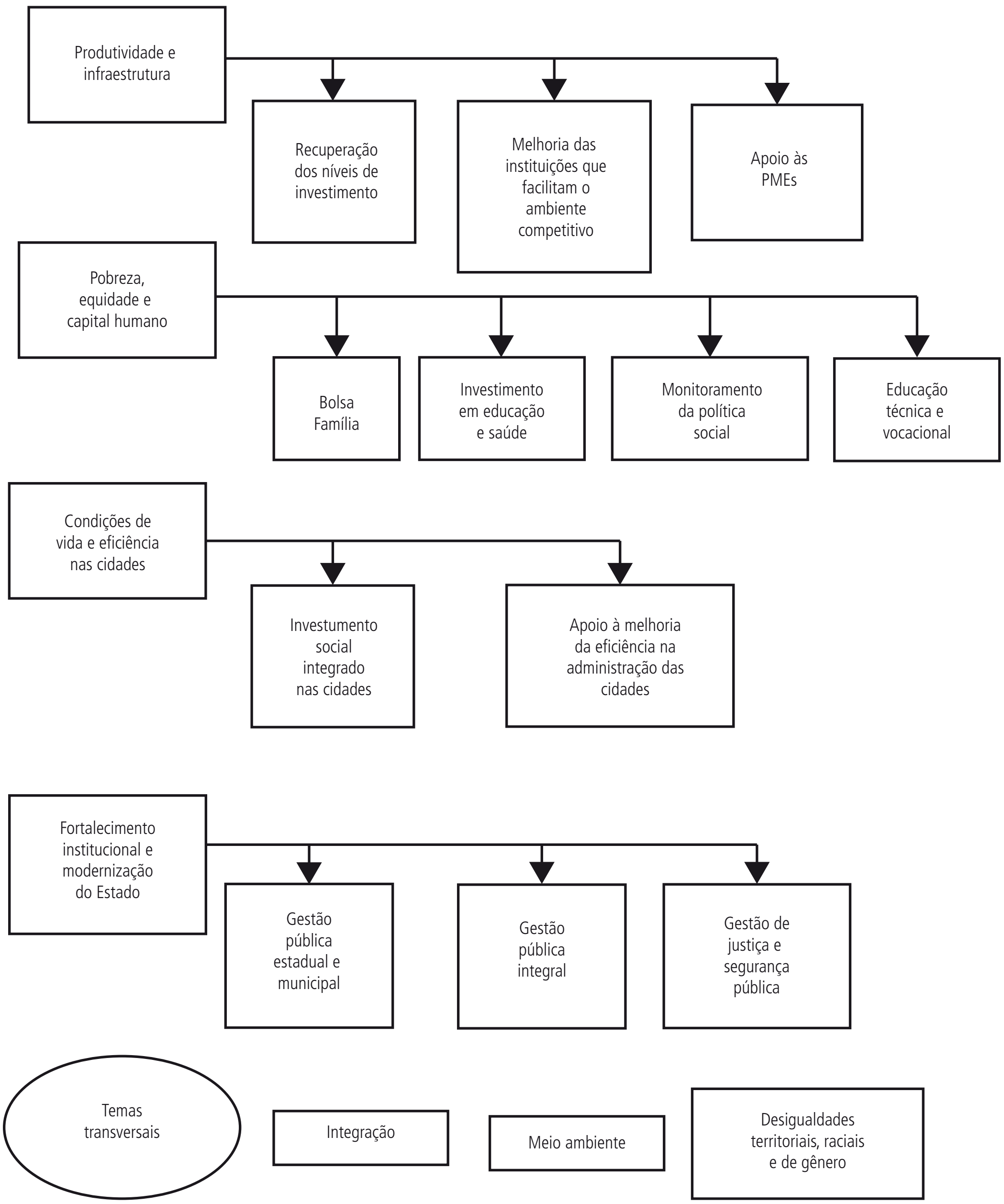
Nesse contexto de evolução desde a estratégia adotada em 1996, o banco entendeu que na estratégia de 2004 persiste a contínua procura de mecanismos apropriados a três tarefas centrais: *i)* identificação de temas de trabalho; *ii)* definição de operações de caráter piloto; e *iii)* desenho de mecanismos que permitam a extensão e replicação de experiências exitosas, levando em conta as restrições fiscais prevalecentes e os limitados instrumentos de intermediação federal.

No que tange ao tema da integração regional, incluído na estratégia definida em 2000, o banco estabeleceu que continuaria apoiando todas as ações de integração física nas áreas de transporte, telecomunicações e energia, incluindo obras binacionais no marco da Iirsa. De igual forma, frisou-se que o banco apoiaria a integração nas dimensões do comércio, dos mercados de capitais e de trabalho, da tecnologia e de outros fatores de produção.

Os instrumentos do setor privado representados pelo PRI, pelo Fumin e pela CII deveriam adquirir uma grande relevância no financiamento da infraestrutura e dos mercados de capitais, principalmente, dadas as crescentes restrições fiscais. O PRI seria usado aportando recursos adicionais do capital ordinário do banco para financiar energia e estradas. O Fumin apoiaria programas de PPPs, o desenvolvimento da pequena empresa e a implantação de marcos regulatórios e de supervisão apropriados. Finalmente, a CII concentrar-se-ia no financiamento de PMEs com objetivos principais ou parciais de exportação, obtendo empréstimos corporativos de dois até doze anos para projetos de expansão.

O diagrama 1 mostra as áreas estratégicas de atuação do BID durante o período de 2004 a 2007.

DIAGRAMA 1
BID: esquema de áreas de ação prioritárias (2004-2007)



Fonte: BID (2004, anexo 8).
Elaboração dos autores.

Estimou-se que o financiamento total do quadriênio, excluindo os instrumentos do setor privado, poderia se localizar entre um mínimo de US$ 4,5 bilhões e um máximo de US$ 6,5 bilhões. Considerou-se que o tamanho das aprovações estaria condicionado, entre outros fatores, pela situação fiscal e a gestão de estados e municípios, os quais estavam seguindo limites de capacidade de endividamento instituídos de acordo com o programa de estabilidade fiscal e a LRF. O volume efetivo de aprovações para o período alcançou pouco mais de US$ 5,8 bilhões, as quais foram bastante reduzidas em 2005 e 2006, por razões mencionadas anteriormente (tabela 15).

Uma estratégia para o período seguinte, começando em 2008, nunca foi preparada. Documentos internos do BID avaliaram as estratégias referentes ao CP-2000 e ao CP-2004, e informaram que a estratégia de 2004 foi estendida até finais de 2010. Especificamente, documento interno de 16 de abril de 2010, *Country strategy updates* disse que a estratégia do CP-2004 foi atualizada em 2008 por meio de documento confidencial GN-2477, de 19 de março. De igual forma, estabelece que dada a mudança de governo em 2011, a atualização cobria o período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010. Durante esse período foram aprovadas operações de empréstimos com garantia soberana de US$ 3,6 bilhões, alocados em: *i)* projetos de produtividade e infraestrutura, com ênfase na PME; *ii)* projetos de redução da pobreza e a desigualdade e de formação de capital humano; *iii)* projetos para melhorar as condições de vida e a eficiência nas cidades; e, finalmente, em *iv)* projetos de modernização do Estado e de fortalecimento institucional, principalmente, em estados e municípios.

De acordo com deliberações do comitê de programação do BID (2011), durante o período 2007-2010, constatou-se que o banco consolidou um novo modelo operativo centrado em três classes de clientes, a saber: governos estaduais e municipais, BNDES[54] e setor privado. Afirmou-se que este modelo do Brasil é único, mas tem potencial de replicabilidade em outros países. Destacou-se, também, que, devido à posse da presidente Dilma Rousseff em janeiro de 2011, a nova programação do banco deveria incorporar as prioridades do novo governo, destacando-se a eliminação da pobreza extrema. Entretanto, adiantou que o banco estava preparando um documento de estratégia de país para o período 2011-2014.

54. No box 4 são apresentadas as características básicas de um empréstimo ao BNDES, instituição que trabalha em diversas operações com o BID.

BOX 4

Programa BNDES de crédito multissetorial de apoio às micro, pequenas e médias empresas

O programa BNDES global de crédito multissetorial de apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPeMEs), no valor de US$ 1 bilhão, aprovado em 18 de setembro de 2009, era o primeiro de três programas que comporiam a Segunda Linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimento – Conditional Credit Line for Investment Projects (CCLIP-II) – a segunda do BID com o BNDES. Os três programas no valor de US$ 2 bilhões, cada, a serem implementados consecutivamente, totalizariam uma injeção de US$ 6 bilhões em apoio às MPeMEs. Do valor de cada um deles, metade seria proveniente de recursos do capital ordinário do BID, e a outra seria financiada com recursos de contrapartida local (em sua maioria, do BNDES). Cada operação seria 100% desembolsada ao BNDES imediatamente após a assinatura do contrato de empréstimo.

O programa tinha o objetivo de mitigar o problema da escassez de crédito produtivo de médio e longo prazo no Brasil, cujas causas estruturais (altos custos de intermediação e baixo volume de crédito na economia) são, eventualmente, acentuadas por fatores conjunturais. Desta maneira, os efeitos da crise financeira mundial sobre a disponibilidade de crédito na América Latina forneceram motivação adicional para a elaboração deste projeto pelo BID.

As MPeMEs foram escolhidas como setor-alvo pela sua importância para a economia brasileira como o segmento que mais contribui com a geração de empregos e criação de postos de trabalho. Esta escolha alinhava-se tanto ao marco estratégico geral do BID de desenvolvimento pela atuação do setor privado, como à sua estratégia para o Brasil, particularmente, à meta de apoio ao desenvolvimento e a modernização das MPeMEs. Além disso, estava em consonância com a estratégia do governo brasileiro de alavancar a atuação do BNDES como banco de segundo piso para canalizar recursos de médio e longo prazo a este segmento.

A concessão do crédito é feita pelo BNDES às MPeMEs, por intermédio de instituições financeiras selecionadas para a execução de projetos de investimento para ampliação, modernização e diversificação de atividades produtivas. Destacou-se, nesta operação, a criação do produto Cartão BNDES que, baseado no conceito de cartão de crédito, permite à empresa realizar compras por meio de um portal eletrônico. Este, por sua vez, fornece atualização imediata do crédito rotativo, reduzindo custos de transação e aumentando a transparência. O BID atribuiu ao Cartão BNDES grande contribuição pelo sucesso do programa em aumentar o número de subempréstimos concedidos, assim como o número de empresas beneficiadas, se comparado a operações anteriores do banco com o BNDES.

A operação foi considerada de baixo risco tanto pelo histórico de sete operações bem-sucedidas entre o banco e o BNDES (602/OC-BR, 907/OC-BR, 1125/OC-BR, 1175/OC-BR, 1374/OC-BR, 1608/OC-BR, 2023/OC-BR), como pela experiência e profundo conhecimento das duas instituições sobre o segmento de MPeMEs. Além disso, as instituições financeiras participantes teriam incentivos para escolher empresas cujos projetos fossem mais viáveis. Corroborando esta hipótese, o programa teve taxas de inadimplência próximas à zero.

Pelos motivos já detalhados na subseção 4.1, os outros dois programas da Linha CCLIP-II não foram implantados.

Fonte: BID, Project Completion Report – BR-L1180, 28 de outubro de 2011.

Nota: [1] Perfil de Projeto – L1180, 11 de junho de 2009, p. 2.

Elaboração dos autores.

Em abril de 2012, foi divulgado o CP-2012, abrangendo o período de 2012 a 2014. Na sua avaliação macroeconômica, o documento assinalou que o Brasil enfrentou bem a crise de 2008-2009 devido à solidez fiscal e ao balanço de pagamentos. No entanto, reconheceu que algumas incertezas prevaleciam, dado o cenário internacional e algumas características específicas da economia brasileira, destacando a combinação de "fortalecida atividade econômica com inflação perto do teto da meta, baixa poupança doméstica e real valorizado" (IDB, 2012, p. 25). No campo fiscal, o documento alerta que, apesar dos *superavits* primários satisfatórios da última década, a principal dificuldade que prevalece é a rigidez orçamentária que provoca uma baixa qualidade do ajustamento onde sobressaem gastos correntes elevados, receita tributária elevada e investimento público reduzido.

A programação de empréstimos com garantia soberana para o período de 2012 a 2014 foi estimada em US$ 7 bilhões. A estratégia foi clara em estabelecer que tanto o banco como o governo compartilhavam seis grandes objetivos, que estão de acordo com o PPA. Esses objetivos são os seguintes:

- inclusão social e produtiva;
- melhoria da infraestrutura do país;
- promoção do desenvolvimento de cidades sustentáveis;
- melhoria da capacidade institucional de entidades públicas;
- gerenciamento sustentável dos recursos naturais e ações de adaptação e mitigação do câmbio climático; e
- promoção do desenvolvimento via setor privado.

5 O BRASIL E O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA (CAF)

Esta seção visa estudar as relações do Brasil com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), antes denominado Corporação Andina de Fomento. A análise é feita em duas subseções: a primeira apresenta um breve histórico da corporação a fim de contextualizar a evolução de seu relacionamento com o Brasil até o momento atual. A segunda trata da dinâmica dos empréstimos e desembolsos da CAF ao país, em termos de destinação setorial, por ente da Federação e região geográfica. Além disso, é dada atenção aos papéis que este BMD exerce nas funções de financiador da integração regional e de ponte entre o setor privado regional e os mercados de capitais internacionais e à forma como estas se refletem sobre sua atuação no Brasil.

5.1 Caracterização e breve histórico

A CAF é uma instituição financeira multilateral cuja principal missão é promover o desenvolvimento sustentável e a integração regional na América Latina, por meio do

financiamento e oferta de apoio técnico e financeiro a projetos direcionados tanto ao setor privado quanto ao público em seus países acionistas.

São sócios da CAF, atualmente, dezoito países da América Latina e Caribe e Europa,[55] além de catorze bancos privados da região. Como visto na subseção 2.3 (tabela 2), todos os sócios da CAF são, também, mutuários, o que lhe proporciona uma estrutura de governança onde os países beneficiários detêm grande influência institucional. Cabe ressaltar, entretanto, que a corporação apresenta uma estrutura acionária de acordo com a qual os sócios são diferenciados conforme os tipos de ações de capital ordinário que subscreveram. O quadro 7 explica esta característica particular da estrutura acionária.

QUADRO 7
CAF: estrutura acionária

Tipo de ações	Quem pode subscrever	Direitos por ação
Série A	Governo de cada um dos países-membros plenos[1] ou instituições públicas, semipúblicas ou de direito privado com finalidade social ou pública designadas por estes governos.	Representação, no Conselho de Administração da CAF, de um diretor principal e seu respectivo suplente.
Série B	Governos ou entidades públicas, semipúblicas ou privadas dos países-membros plenos.	Representação, no Conselho de Administração, de um diretor principal e um suplente no caso de Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Os bancos comerciais privados que atualmente detêm ações da CAF têm direito, conjuntamente, à representação por um diretor principal e seu respectivo suplente no Conselho de Administração
Série C	Pessoas jurídicas ou físicas de fora dos países-membros plenos.	Representação, no Conselho de Administração, de dois diretores principais e respectivos suplentes, eleitos pelos detentores destas ações, como um todo.

Fonte: CAF/Convênio Constitutivo e *Informe anual 2011*.
Elaboração dos autores.
Nota: [1] São membros plenos atualmente: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

A CAF iniciou suas operações em 1970, fruto de esforços anteriores de integração e desenvolvimento regional na América Latina. Mais diretamente, resultou da Declaração de Bogotá de 1966, na qual Chile, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela e Bolívia comprometeram-se em criar uma comissão mista para estudar medidas de integração, como a coordenação de políticas comerciais, industriais e financeiras. Desta comissão originou-se a proposta de criação de um banco de fomento na região andina, a CAF, cujo Convênio Constitutivo foi subscrito em 1968 (Castro, 2011, p. 118-119).

55. Da América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Do Caribe: Costa Rica, Jamaica, Panamá, República Dominicana, Trinidad e Tobago. Da Europa: Espanha e Portugal.

A corporação evocava princípios estabelecidos em documentos anteriores, mais especificamente, aqueles contidos *i)* no Tratado de Montevidéu de 1960, que instituiu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) com o objetivo final de estabelecimento, no longo prazo, de um mercado comum na região; *ii)* na Carta de Punta Del Este de 1961, na qual os vinte países latino-americanos comprometeram-se com metas conjuntas de desenvolvimento econômico e social; *iii)* na própria Declaração de Bogotá de 1966; e *iv)* na Declaração dos presidentes da América Latina em Punta Del Este de 1967 (CAF, 2010a, p. 9). Neste sentido, a origem da CAF remonta a todas estas iniciativas, direcionadas a promover o crescimento harmônico e equilibrado entre os países-membros e a criação de um mercado comum na região.

Em conformidade com seus princípios, os primeiros projetos financiados pela CAF apresentavam forte conteúdo integracionista. Isto se traduziu no direcionamento dos recursos, durante a primeira década de existência do grupo, a projetos de expansão de pequenas empresas do setor privado para estimular aumentos de produtividade e, consequentemente, aumento da exportação a outros países da sub-região (CAF, 2010a, p. 9). Além disto, desde o início de suas operações, a CAF apoiou o financiamento de projetos de integração física, sendo o primeiro destes a construção da Ponte sobre o Rio Límon, entre Colômbia e Venezuela, aprovado em 1972.

O início do processo de ampliação da área de atuação da CAF e de sua estrutura acionária, de um órgão andino para um órgão latino-americano, insere-se no contexto da crise econômica da década de 1980. Ao impor um estancamento dos processos de integração, a crise resultou em uma mudança na orientação do Grupo Andino e, por alinhamento, no seu banco de fomento (CAF, 2010a, p. 11). Logo, em dezembro de 1989, a CAF duplica seu capital autorizado e convida outros países latino-americanos a ingressar como membros. Desta forma, em 1995, o Brasil adere à CAF como sócio extrarregional, subscrevendo US$ 24,84 milhões, em ações da série C.

Na década de 1990 a temática da infraestrutura toma força adicional na agenda da CAF com a inauguração, em 1992, de um plano de infraestrutura física e fronteiriça e o comissionamento de diversos estudos para identificar projetos de infraestrutura com potencial de respaldar o processo de integração e o aumento da competitividade internacional da região. Em 1996 é aprovado o primeiro empréstimo de integração deste banco a um cliente brasileiro: o projeto interconexão viária Brasil-Venezuela. No ano seguinte, outra

importante operação é aprovada em favor do Brasil: o empréstimo à empresa Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil, para financiar o trecho brasileiro deste projeto.

O processo de ampliação regional da CAF toma impulso na década de 2000, culminando com a modificação do convênio constitutivo da instituição em 2005. Esta alteração possibilita a adesão dos novos membros latino-americanos como acionistas da série A, prerrogativa, até então, reservada aos membros fundadores. Soma-se a isto o interesse brasileiro de aumentar sua participação na CAF, tornando sua carteira de empréstimos junto a esta mais robusta.

No contexto do fomento à integração regional, em 2000, durante a reunião de presidentes da América do Sul, surge a Iirsa, um macroprojeto de integração regional que propõe o desenvolvimento do processo de articulação física da região para promover crescimento e integração. Desde o início, a decisão conta com forte participação da CAF ao fornecer, com o BID e o Fonplata, apoio técnico e financeiro às suas atividades.

No âmbito da Iirsa, os governos propuseram a divisão do espaço da América do Sul em faixas que concentram os fluxos comerciais potenciais e efetivos da região e que convergem, gradualmente, para um padrão comum de qualidade de serviços de infraestrutura. A estas faixas atribuiu-se o nome de Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs). No interior destes é que as oportunidades de negócios intrarregionais e globais têm maior probabilidade de fomentar grandes fluxos de investimento e comércio. O Brasil possui territórios localizados em sete entre os dez EIDs, quais sejam: *i)* Eixo de Capricórnio, do qual fazem parte os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e a região meio-sudoeste mato-grossense do estado do Mato Grosso do Sul; *ii)* Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná; *iii)* Eixo do Amazonas; *iv)* Eixo do Escudo Guayanês; *v)* Eixo Interoceânico Central; *vi)* Eixo Mercosul-Chile; e *vii)* Eixo Peru-Brasil-Bolívia.

5.2 A dinâmica dos empréstimos e desembolsos

Entre 2000 e 2012 a CAF aprovou pouco mais de US$ 12 bilhões em empréstimos ao Brasil, o que representa uma média de US$ 923,89 milhões a.a., cerca de 15% do total aprovado pelo grupo no período. Com isto, a CAF ocupa a posição de terceiro BMD mais importante em recursos destinados ao Brasil, apenas atrás do BIRD e do BID, com totais aprovados de US$ 38 bilhões e US$ 36 bilhões, respectivamente. Embora, em termos de valor total aprovado, quando comparada aos outros dois BMDs analisados,

a contribuição da corporação possa parecer pequena, deve-se considerar que *i)* a atuação da CAF no Brasil, medida tanto pelo nível de aprovações quanto pelo de desembolsos ao país, vem crescendo a taxas bastante elevadas; *ii)* as dimensões, a estrutura de capital, a área geográfica de atuação (hoje regional, mas, até o fim da década de 1980, sub-regional) e o próprio tempo de existência da CAF fornecem razão para cautela ao se fazer comparações quantitativas com o BIRD ou o BID; *iii)* em pouco tempo de relacionamento, o Brasil já se tornou um de seus maiores mutuários assim como um de seus mais importantes acionistas, respondendo por 7,8% do capital pago da corporação em 30 de setembro de 2013 (CAF, 2013b); e *iv)* a CAF tem importância especial no financiamento do setor privado e da infraestrutura de integração, nichos nos quais se destaca, mesmo quando comparada ao BIRD e ao BID.

Nesta subseção, diferentemente das análises apresentadas para o BIRD (Cap. 2) e o BID (Cap. 3), que tomaram 1990 como ano inicial, os dados são apresentados a partir de 1995, naturalmente, com o ingresso do Brasil na corporação.

A tabela 19 apresenta valores aprovados e desembolsos da CAF ao Brasil para o período 1995-2012, dividido, por sua vez, em cinco subperíodos (1995-1998, 1999-2002, 2003-2006, 2007-2010 e 2011-2012) correspondentes, respectivamente, ao primeiro e segundo mandatos FHC e de Luiz Inácio Lula da Silva e aos dois primeiros anos da presidente Dilma Rousseff. Como se observa na tabela 19, os fluxos da corporação ao Brasil apresentaram uma tendência crescente, tanto em termos de aprovações quanto de desembolsos, à exceção de uma pequena redução na média de desembolsos no período mais recente.

TABELA 19
CAF: empréstimos aprovados e desembolsos por períodos (1995-2012)
(Em US$ milhões)

Período	Empréstimos aprovados		Desembolsos	
	Valor total	Média anual	Valor total	Média anual
1995-1998[1]	241,00			
1999-2002	469,90	117,48		
2003-2006	1.488,99	372,25	341,00	85,25
2007-2010	6.371,70	1.592,93	4.078,00	1.019,50
2011-2012	3.697,85	1.848,93	1.991,00	995,50

Fonte: CAF.
Elaboração dos autores.
Nota: [1] Não consta informação de valor aprovado nos anos de 1995 e 1998.

Observam-se dois expressivos saltos quantitativos nos valores aprovados ao país. O primeiro, entre os períodos 1999-2002 e 2003-2006, em que o valor aprovado médio mais do que triplicou, representou um forte aumento no volume de aprovações ao setor privado, atingindo valor recorde de aprovações ao setor até então: US$ 595 milhões em 2005. Esse movimento ocorreu em consonância com o anúncio de um processo de ampliação da participação acionária do Brasil no banco. Tal ampliação se conformou tanto por meio do Tesouro Nacional como do BNDES, que subscreveu capital de US$ 100 milhões na CAF (ABr, 2003; 2005). O segundo salto, no período 2007-2010, significou um incremento da ordem de 330% do valor médio aprovado no período anterior. Este considerável aumento explica-se pelo início da incorporação do Brasil como membro pleno da CAF, com a assinatura do convênio de Subscrição de Ações pelo país em Montevidéu, Uruguai, em 18 de dezembro de 2007. O cumprimento total das etapas de implementação do convênio possibilitará elevação da participação brasileira para até 15% da carteira de empréstimos da corporação[56] (Brasil, 2013). Além disso, o *status* de membro pleno permite que o país tome recursos em até oito vezes o valor de seu aporte no capital do banco, enquanto, como acionista da série C, esta alavancagem era limitada a quatro vezes o valor do aporte de recursos.

A tabela 20 permite analisar os fluxos do Brasil com a CAF. No período de 2003 a 2012, as transferências líquidas foram predominantemente positivas, à exceção dos biênios 2003-2004 e 2010-2011. Neste último caso, é importante notar que, nos anos de 2010 e 2011, considerando-se o volume total de empréstimos aprovados anteriormente, o valor pago com amortizações foi bastante elevado (US$ 1,5 bilhão e US$ 1 bilhão, respectivamente). Isto pode ser explicado pelo pagamento de empréstimos de curto e médio prazos ao setor privado, importante fonte de empréstimos da CAF. É necessário mencionar que em virtude de sua estrutura acionária, majoritariamente composta por países em desenvolvimento e o volume relativamente pequeno de capital subscrito (subseção 2.4), este banco necessita "fazer girar" seus recursos de forma mais rápida, o que justifica a importância dos financiamentos ao setor privado para sua sustentabilidade financeira. Na tabela 20 isto se reflete no fato de que períodos com elevados níveis de desembolsos são sucedidos por períodos com elevados pagamentos de amortizações. É também destacável, na tabela 20, a mudança em 2007 quanto à participação de desembolsos da CAF sobre

56. Ao final de 2012, a participação de financiamentos ao Brasil na carteira CAF – medida pela razão entre o valor total aprovado ao país ainda não desembolsado e o total de financiamentos aprovados ainda não desembolsados a todos os países – encontrava-se em torno de 7,63% (CAF, 2013a), o que indica que este limite provavelmente ainda não foi atingido.

o total de ingressos de organismos multilaterais registrado no balanço de pagamentos (nona coluna). A participação da CAF no Brasil, segundo este indicador, passou de uma média de 2,6% entre 2003 e 2006 para 21,8% entre 2007 e 2012.

TABELA 20

CAF: fluxos financeiros com o Brasil (1996-2012)

(Em US$ milhões)

Ano calendário	Aprovações	Desembolsos	Amortizações	Fluxos líquidos[1]	Juros	Serviço da dívida[2]	Transferências líquidas[3]	Ingressos (CAF)/total[4]
1996	86,00							
1997	155,00							
1998								
1999	26,00		19,31		18,56			
2000	72,40		13,07		25,31			
2001	111,50		13,41		24,41			
2002	260,00		21,26		25,82			
2003	245,00	88,00	24,97	63,03	28,47	53,44	34,56	0,03
2004	170,00	16,00	87,21	–71,21	27,85	115,06	–99,06	0,01
2005	695,00	105,00	276,54	–171,54	23,54	300,08	–195,08	0,04
2006	378,99	132,00	54,27	77,73	47,03	101,29	30,71	0,03
2007	1.587,67	879,00	395,39	483,61	66,85	462,24	416,76	0,30
2008	1.901,80	951,00	791,69	159,31	65,56	857,26	93,75	0,20
2009	905,00	1.022,00	857,37	164,63	67,55	924,92	97,08	0,23
2010	1.977,23	1.226,00	1.523,45	–297,45	39,70	1.563,15	–337,15	0,15
2011	1.795,68	963,00	1.097,22	–134,22	41,44	1.138,66	–175,66	0,26
2012	1.902,18	1.028,00	835,95	192,05	45,41	881,35	146,65	0,18

Fonte: CAF e BCB.

Elaboração dos autores.

Notas: [1] Fluxos líquidos = desembolsos – amortizações.

[2] Serviço da dívida = amortizações + juros.

[3] Transferências líquidas = fluxos líquidos – juros.

[4] Ingressos (CAF)/total = desembolsos (CAF)/ingressos OI.

A tabela 21 permite analisar a evolução da carteira de empréstimos aprovados por níveis de governo, bancos de desenvolvimento e setor privado de 1995 a 2012. Primeiramente, deve-se notar que a participação do setor privado na carteira da CAF

é bastante significativa, representando 70% do total aprovado em todo o período.[57] Como visto na subseção 2.5 (tabela 4), uma das particularidades da corporação é sua distribuição da carteira de empréstimos entre o setor público e o privado, caracterizada por ser bastante balanceada. Esta distribuição é reflexo do mandato de atuação da corporação, que busca, além de financiar projetos públicos, fomentar projetos de interesse público desenvolvidos com participação da atividade privada. Como se pode observar na tabela 21, a participação dos empréstimos ao setor privado no caso brasileiro é ainda mais expressiva que no caso da corporação como um todo. Este aspecto reflete, também, um importante papel da CAF no Brasil: sua atuação como ponte entre os mercados de capitais internacionais e o setor privado brasileiro.

Observa-se, também, na tabela 21, pequena participação do setor público, ainda que com significativo incremento dos financiamentos a estados no período 2011-2012. Esta elevação deveu-se à aprovação de grandes empréstimos direcionados principalmente às áreas de infraestrutura urbana e transporte, como US$ 319 milhões para o Programa de Reforma e Implementação de Infraestrutura Viária (Provias) do Rio de Janeiro e os programas de Obras Complementares do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e de Transporte Logística e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, com US$ 200 milhões, cada. É destacável, também, o Projeto de Reforma do Estádio do Maracanã, no valor de US$ 120,67 milhões, concedido ao estado do Rio de Janeiro em 2012. Com relação aos municípios, foi importante a aprovação do Programa de Apoio a Governos Municipais (Pram), em 2006, totalizando US$ 200 milhões que beneficiaram os municípios de Manaus, Caxias do Sul, Canoas, Feira de Santana e Sorocaba. Com relação aos empréstimos à União, deve-se ressalvar que todos foram aprovados em favor da Eletrobras, à exceção de um, no valor de US$ 86 milhões em 1996, destinado a financiar o corredor de integração viária Brasil-Venezuela. Dessa forma, o total aprovado de US$ 1,1 bilhão em 2007-2010 não deve ser interpretado como uma mudança no perfil da carteira da CAF na direção de maior participação da União.

Assim como o BID e o BIRD, a CAF, de 2007 para cá, aumentou sua atuação com entes subnacionais passando de um valor aprovado a estados e municípios de, em média, US$ 13,29 milhões a.a., entre 1996 e 2006, para US$ 299 milhões a.a., entre 2007 e 2012.

57. A CAF não possui "janelas" específicas para o financiamento ao setor privado, diferentemente do BIRD e do BID. Os recursos de seu capital ordinário são destinados, proporcionalmente, tanto ao setor público quanto ao privado, tendo em vista estratégias específicas com os países mutuários e suas necessidades de recursos financeiros.

TABELA 21

CAF: empréstimos aprovados por UFs, bancos de desenvolvimento e setor privado (1995-2012)

Período	União		Estados		Municípios		Setor privado		Bancos de desenvolvimento		**Valor total (US$ milhões)**
	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	
1995-1998[1]	141,00	58,51	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	41,49	0,00	0,00	**241,00**
1999-2002	150,00	31,92	61,00	12,98	0,00	0,00	258,90	55,10	0,00	0,00	**469,90**
2003-2006	100,00	6,72	53,99	3,63	18,00	1,21	1.317,00	88,45	0,00	0,00	**1.488,99**
2007-2010	1.100,00	17,26	245,10	3,85	422,61	6,63	4.454,00	69,90	150,00	2,35	**6.371,70**
2011-2012	0,00	0,00	1.104,84	29,88	21,51	0,58	2.471,50	66,84	100,00	2,70	**3.697,85**

Fonte: CAF.

Elaboração dos autores.

Nota: [1] Não consta informação sobre valor aprovado nos anos de 1995 e 1998.

A tabela 22 mostra os empréstimos aprovados a estados e municípios por região e por períodos. As regiões Norte e Nordeste receberam a maior parte dos recursos de subnacionais aprovados pela CAF nos subperíodos 1999-2002 e 2007-2010, enquanto, entre 2003 e 2006 e no biênio 2011-2012, as regiões Sul e Sudeste ocuparam esta posição. Analisando o volume aprovado a subnacionais em todo o período (1999-2012), as regiões Sul e Sudeste responderam por 59% deste total, enquanto os estados e municípios do Norte e do Nordeste ficaram com 36%, tendência também observada para os demais BMDs e que obedece à articulação de alguns fatores, como a maior capacidade institucional, operacional e financeira dos estados do Sul e Sudeste.

A tabela 23 mostra os empréstimos aprovados pela CAF ao Brasil, discriminados por setores e períodos. Observa-se que os financiamentos deste banco ao país, historicamente, concentraram-se em duas grandes áreas: "infraestrutura física" e "desenvolvimento dos setores privado e financeiro". Esta última responde, desde o período 1999-2002, por mais da metade dos financiamentos e, quantitativamente, apresentou tendência de crescimento até o período mais recente, em que se manteve relativamente estável com relação à média do período anterior. Os empréstimos a este setor são direcionados principalmente a bancos e fundos de investimento com o objetivo de financiar, predominantemente, operações de comércio e investimento em capital de giro. Neste sentido, a CAF tem atuação importante no país como banco de segundo piso, fornecendo recursos ao sistema financeiro brasileiro a um custo relativamente baixo. No âmbito da infraestrutura física, os valores aprovados mantiveram-se, até 2006, em patamar estável de cerca de US$ 240 milhões, implicando perda de participação desta área para o setor privado-financeiro. Entretanto, a partir de 2007, este setor apresentou aumento significativo em valor absoluto e recuperou parcela de sua participação na carteira de empréstimos aprovados. O setor de gestão e governança na esfera pública foi focalizado em apenas um empréstimo, aprovado para a reestruturação da dívida do município de Contagem em 2010. Para o setor de meio ambiente, foram aprovados três projetos em anos mais recentes, dois em 2012 e um em 2013 (apêndice C). É importante reconhecer que muitos dos projetos de infraestrutura física apresentam, também, conteúdo ambiental, portanto, existe certa sobreposição entre as áreas. Foram classificados como projetos de meio ambiente aqueles cuja destinação de recursos fosse direcionada, predominantemente, à prevenção de desastres naturais e à preservação e recuperação ambiental.

TABELA 22

CAF: empréstimos aprovados a UFs por região (1999-2012)

Região	1999-2002 [1]		2003-2006		2007-2010		2011-2012		1999-2012	
	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)	Valor (US$ milhões)	Participação (%)
Norte	61,00	100,00	21,43	29,77	175,00	26,21	74,01	6,57	331,44	17,20
Nordeste	0,00	0,00	0,00	0,00	251,94	37,73	112,00	9,94	363,94	18,89
Centro-Oeste	0,00	0,00	0,00	0,00	95,10	14,24	0,00	0,00	95,10	4,93
Sudeste	0,00	0,00	18,00	25,00	89,92	13,47	940,34	83,49	1.048,26	54,40
Sul	0,00	0,00	32,56	45,23	55,75	8,35	0,00	0,00	88,31	4,58
Total	**61,00**	**100,00**	**71,99**	**100,00**	**667,70**	**100,00**	**1.126,35**	**100,00**	**1.927,04**	**100,00**

Fonte: CAF.

Elaboração dos autores.

Nota: [1] Antes de 1999 não foram aprovados empréstimos a estados ou municípios.

TABELA 23

CAF: empréstimos aprovados acumulados por setor e por período (1995-2012)

Setor	1995-1998[1]		1999-2002		2003-2006		2007-2010		2011-2012	
	Valor aprovado (US$ milhões)	Participação (%)	Valor aprovado (US$ milhões)	Participação (%)	Valor aprovado (US$ milhões)	Participação (%)	Valor aprovado (US$ milhões)	Participação (%)	Valor aprovado (US$ milhões)	Participação (%)
Desenvolvimento dos setores privado e financeiro	0,00	0,00	258,9	55,10	1.217,00	81,73	4.533,00	71,14	2.571,50	69,54
Gestão e governança do setor público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,00	0,39	0,00	0,00
Infraestrutura física	241,00	100,00	211,00	44,90	271,99	18,27	1.813,70	28,46	973,85	26,34
Meio ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152,50	4,12
Total geral	**241,00**	**100,00**	**469,90**	**100,00**	**1.488,99**	**100,00**	**6.371,70**	**100,00**	**3.697,85**	**100,00**

Fonte: CAF.

Elaboração dos autores.

Notas: [1] Não consta informação de valor aprovado nos anos de 1995 e 1998.

A tabela 24 elenca as iniciativas de integração física da CAF no âmbito da Iirsa que tiveram o Brasil como um dos destinos de recursos, especificando o EID ao qual pertencem. Observa-se que o Eixo Interoceânico Central recebeu maior aporte de recursos devido à execução de dois grandes projetos de infraestrutura: o Gasoduto Brasil-Bolívia e o Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro.

TABELA 24
Brasil: projetos de integração física financiados pela CAF
(Em US$ milhões)

Ano de aprovação	Projeto	Aporte da CAF ao Brasil	**Valor total do projeto1**
Eixo Escudo-Guayanés			
1996	Interconexão Viária Venezuela-Brasil	86,00	**168,00**
1997	Interconexão Elétrica Venezuela-Brasil	55,00	**210,90**
Eixo Peru-Brasil-Bolívia			
2001	Programa de Integração Viária – Estado de Rondônia	56,43	**134,20**
Eixo Inter-Oceânico Central			
1997	Bolívia-Brasil: Gasoduto Bolívia-Brasil	100,00	**2.055,00**
2011	Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro	200,00	**334,00**
Eixo Mercosul-Chile			
2003	Argentina/Brasil: Centro Fronteiriço Paso de los Libres-Uruguaiana	10,00	**10,00**
2006	Programa de Integração Regional – Fase I. Estado de Santa Catarina	32,60	**65,50**
Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná			
	Estudos para a melhora da navegabilidade, gestão institucional e esquema financeiro de operação da Hidrovia (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai)	0,90	**1,10**

Fonte: CAF.
Elaboração dos autores
Nota: [1] Valor total do projeto = aporte da CAF ao Brasil + aporte da CAF a outros países + cofinanciamentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os BMDs ocupam um papel importante no espaço de ação denominado “financiamento para o desenvolvimento”, onde uma série de organizações de caráter público e privado, com características de governança e de atuação próprias, interage com o objetivo comum de promover o desenvolvimento econômico. Essas instituições, classificadas conforme suas áreas geográficas de atuação, operam em praticamente todas as regiões do mundo, sendo que a região da América Latina e o Caribe é a que apresenta maior número de bancos multilaterais em operação – dezenove instituições, das quais onze têm atuação

exclusivamente regional e sub-regional. No Brasil, opera cerca de uma dúzia de agências multilaterais que com outras instituições de caráter bilateral financiavam, em 2012, uma carteira de projetos de aproximadamente US$ 35 bilhões.

De maneira geral, constatou-se que, muito embora atuem em um ambiente relativamente competitivo, os BMDs tendem a operar na maioria dos países de maneira coordenada, no âmbito de uma clara divisão de trabalho. Este sistema leva em conta vantagens comparativas em termos de experiência setorial, de capacidade de financiamento, de oferta de produtos financeiros, além do conhecimento do país e região de atuação.

Em termos de estrutura acionária, pode-se dizer que, quanto mais abrangente se caracterizar o poder de voto de um banco multilateral, mais heterogênea e complexa será a relação de interesses entre os diversos acionistas. Nessa perspectiva, observou-se que bancos que possuem uma estrutura acionária menos diversificada e mais concentrada nos países beneficiários tendem a apresentar maior grau de *ownership*, o que significa proporcionar a estes países maior influência institucional nessas organizações. Outra observação importante a destacar é a grande influência que os Estados Unidos e o Japão exercem no sistema multilateral de financiamento ao desenvolvimento, por ocuparem posição acionária determinante na maioria das instituições multilaterais.

Os BMDs possuem caráter cooperativo, cujo objetivo não se constitui na maximização dos lucros, mas no alcance de metas financeiras e corporativas que assegurem posição financeira sólida capaz de sustentar as atividades operacionais e mobilizar recursos para o financiamento do desenvolvimento econômico. Tendo em vista uma estrutura de capital peculiar, capaz de mobilizar quantidade significativa de recursos por parte dos países-membros, sem que haja, efetivamente, grandes desembolsos financeiros por parte destes, os BMDs são capazes de mobilizar recursos financeiros a custos relativamente mais baixos que os de seus países mutuários. Desempenham, dessa forma, um importante papel de democratizar o acesso ao mercado, notadamente daqueles países cujas dificuldades de atração do financiamento externo são maiores em função de riscos de crédito elevados.

Os BMDs apresentam características distintas em termos de abrangência de atuação, magnitude de capital, número de membros, atividade operacional e indicadores de desempenho financeiros. Assim, por exemplo, de um lado observa-se o BIRD, instituição de atuação global, cujo montante de capital e volume de operações de financiamento e de desembolso, além de

gastos administrativos, apresentam-se significativamente superiores aos dos demais organismos analisados. De outro, a CAF, de abrangência sub-regional, com um capital relativamente pequeno, mas com uma capacidade operacional nada desprezível, tanto em termos de novos financiamentos, quanto da realização de desembolsos aos projetos em execução.

Do ponto de vista dos indicadores de suficiência e risco financeiro, observou-se que os BMDs considerados apresentaram índices significativamente mais conservadores quando comparados ao segmento privado. Essa abordagem conservadora na administração dos recursos financeiros tem limitado a efetiva disponibilização de recursos para novos financiamentos, em um ambiente de elevada demanda e de restrições financeiras e políticas para novas recomposições de capital. Essa observação abre espaço para um importante debate que tem surgido no âmbito desses organismos, sobre a necessidade de se operar de forma mais arrojada, conservando padrões prudenciais mínimos, como forma de ampliar os recursos financeiros, ao mesmo tempo em que se diversifiquem os instrumentos de financiamento ofertados de forma a incorporar modalidades que sejam mais funcionais e efetivas aos países mutuários.

Com respeito ao relacionamento do Brasil com o BIRD, observou-se que este banco tem sido uma das principais fontes de financiamento multilateral do Brasil. Durante o período de 1990 a 2012, o volume de financiamentos atingiu cerca de US$ 38 bilhões, registrando uma trajetória crescente tanto em empréstimos quanto em desembolsos, os quais evoluíram de uma média anual de US$ 1 bilhão e de US$ 662 milhões durante o período 1990-1994, para US$ 2,6 bilhões e US$ 2 bilhões, respectivamente, em 2011-2012. Especificamente, os desembolsos representaram quase 50% dos ingressos de capital provenientes de organismos multilaterais de financiamento.

Em termos setoriais, a carteira do banco com o Brasil tem evoluído para uma configuração que privilegia setores mais intensivos em conhecimento refletindo, basicamente, uma nova forma de atuação da instituição, voltada para projetos com maior valor agregado, de abordagem multissetorial e com desembolsos não vinculados a gastos intrínsecos ao projeto, mas ao atingimento de metas vinculadas a políticas setoriais específicas. Esta dinâmica tem permeado com mais intensidade o crescente relacionamento do BIRD com os estados brasileiros, aos quais foram dirigidos mais de 80% dos financiamentos desde 2007. Predominam programas de governo e políticas públicas com abordagens mais amplas e multissetoriais.

Durante o período de 1990 a 1994, o Brasil viveu séria crise política, econômica e institucional. O relacionamento do Brasil com o banco viu-se bastante prejudicado em termos de contratações e de desembolsos. A estabilidade econômica iniciada em 1994, com a adoção do Plano Real, possibilitou a redução de uma grande área de incertezas que prejudicavam a definição de estratégias por parte do banco. Durante a segunda metade da década de 1990 houve avanço importante no relacionamento entre o Brasil e o banco, principalmente devido à queda significativa da inflação, além daquela prevista em seus documentos de estratégia.

Em que pese a fluidez das relações politico-estratégicas, o banco insistiu, durante o período de 1996 a 1998, na necessidade de um efetivo ajuste fiscal, o qual começou a ser implementado a partir de 1999. A adoção do tripé metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal, depois da crise de finais dos anos 1990, representou importante base para a consolidação da estabilidade, que permitiu ao banco aprofundar o seu relacionamento com o Brasil, mais como um parceiro que como uma instituição de Bretton Woods, preocupada em determinar o volume de financiamento de acordo com a evolução de indicadores macroeconômicos preestabelecidos.

Neste século, desde 2003, registrou-se a continuidade da política macroeconômica, com aprofundamento do ajuste fiscal, principalmente, e entre 2003 e 2007, com a adoção de políticas sociais mais intensas, das quais o banco participou ativamente. A definição de suas estratégias, como já tinha sido feito desde 1999, acompanhou os PPAs dos respectivos governos e se consolidou, o que passou a ser denominado oficialmente estratégia de parceria BIRD/Brasil, a partir de 2008.

Nesse plano estratégico, o banco reconhece que é apenas um *niche player* para o Brasil, dado o tamanho de sua economia e de suas instituições de financiamento, e como tal deve estar associado ao governo para definir potenciais áreas e formas de atuação que explorem as vantagens comparativas do organismo e resultem em projetos de alto valor agregado. Isto representa mudança substancial de relacionamento em consonância com o mantido até 1989. Especificamente, neste ano as relações com o Banco Mundial haviam sido seriamente desaquecidas, a partir da interrupção das negociações de três grandes programas setoriais (áreas financeira, elétrica e de comércio exterior), depois de etapas avançadas de discussão e negociação, em função da falta de um acordo com o FMI.

Evidentemente, o pano de fundo para um relacionamento harmônico entre o banco e o Brasil tem sido a estabilidade macroeconômica. Nesse contexto, então, Gonzalez *et al.* (1990, p. 157) afirmavam que

> a experiência brasileira (...) ensina (...) que as motivações para efetivação das mudanças necessárias ao processo de desenvolvimento do país não precisam assumir uma conotação ideológica. As soluções coincidentes podem ser capitalizadas e um posicionamento mais ativo de nossa parte deve garantir um bom encaminhamento para as negociações futuras com o Banco.

Hoje, vê-se uma relação madura de parceria com o Brasil, definindo, de acordo com as prioridades do governo expressas no PPA, onde e como o banco poderia atuar.

Com relação ao BID, observou-se que este organismo comprometeu, entre 1990 e 2012, mais de US$ 36 bilhões em financiamentos ao Brasil, registrando uma trajetória crescente tanto em termos de aprovações, quanto de desembolsos, os quais evoluíram de forma significativa, muito embora não uniforme. As condições macroeconômicas do país, que influenciaram tanto o desempenho da carteira de projetos, em um determinado momento, quanto o redirecionamento desta carteira rumo aos entes subnacionais, em outro, foram determinantes no comportamento do ritmo de aprovações e desembolsos no período.

Do ponto de vista da distribuição setorial dos empréstimos do BID, notou-se que a atuação do banco é bastante concentrada em alguns setores como os de transporte, água e saneamento, mercado financeiro, energia e modernização do estado que, mais recentemente, responderam por 75% dos projetos aprovados.

De igual maneira ao verificado com o Banco Mundial, durante o período de 2003 a 2010 observaram-se mudanças importantes da carteira de projetos do BID no Brasil, com o redirecionamento das operações para os entes subnacionais, que passaram, desde então, a participar de maneira majoritária na distribuição das operações, em detrimento dos projetos de interesse da União. No âmbito dessa nova configuração da carteira de projetos, o BID passou a atuar de forma marcante nos estados e municípios brasileiros, por intermédio de programas específicos voltados a investimentos em infraestrutura e modernização do estado, além de projetos de reformas estruturais de elevado valor e rápido desembolso.

No caso dos municípios, por meio do Programa Procidades, o banco trabalhou na concepção de dezenas de pequenos projetos de desenvolvimento urbano, experiência que se constituiu em importante instrumento de aproximação do organismo com a realidade desses entes da Federação. Outra característica desse período, que marcou a atuação do banco no país, foi a consolidação das operações de financiamento às PMEs, por meio de empréstimos ao BNDES, os quais somaram um total de US$ 4,0 bilhões.

Em termos da distribuição regional dos financiamentos, observou-se uma concentração das aprovações nas regiões Sul e Sudeste, em detrimento das regiões mais pobres do país, muito embora estas últimas tenham apresentado uma participação crescente nos últimos anos. A articulação de alguns fatores explica essa concentração, como a capacidade institucional de conceber e executar projetos, de articulação com o governo federal e com os financiadores, além da capacidade financeira para fazer frente aos financiamentos. Somado a isso, menciona-se a falta de uma política explícita por parte do governo, no sentido de direcionar parte dos recursos de origem multilateral para corrigir desequilíbrios regionais.

No início dos anos 1990, o BID entendeu que o principal problema da economia brasileira estava consubstanciado na ausência de um efetivo ajuste fiscal. Em tal sentido, afirmou que o *deficit* público constituía a principal causa da inflação, da pobreza e das desigualdades sociais. A superação dessas dificuldades, depois de implementadas as principais reformas no processo de ajustamento e de estabilização, foi relevante para melhorar as contratações de empréstimos e o aumento dos desembolsos. No entanto, o banco acredita que, no campo fiscal, ainda há espaço para avanços significativos em função da baixa qualidade do ajuste, hoje em dia sacrificando os investimentos públicos em função da elevação da despesa corrente, além da elevada carga tributária.

O BID tem formulado suas estratégias em conformidade com as orientações e definições dos governos, incluídas nos respectivos PPAs. Reconheceu que a sua oferta de financiamento é reduzida quando comparada às necessidades do Brasil, mas apontou para o papel catalítico que pode desempenhar e para a sua capacidade de replicar experiências que têm se mostrado bem-sucedidas. Neste sentido, as estratégias seguidas pelo BID tiveram grande importância em alguns estados e municípios e alavancaram recursos para PMEs utilizando bancos irrigadores de crédito como o BNDES.

Por último, na avaliação da dinâmica do relacionamento com a CAF, destacou-se a bem-sucedida experiência deste banco de fomento no âmbito sub-regional assim como sua, também bem-sucedida, transição a banco regional. Neste contexto, o Brasil tornou-se um importante membro no banco, percorrendo uma trajetória de participação crescente, tanto no papel de acionista quanto de mutuário.

Observou-se que, quanto à atuação setorial, a CAF diferencia-se de outros BMDs por concentrar-se no financiamento do setor privado. Neste sentido, preenche uma importante lacuna no Brasil, a de ponte entre os mercados de capitais internacionais e as empresas nacionais.

Assim como o BIRD e o BID, mais recentemente, a CAF aumentou sua atuação junto a estados e municípios. Com estados, destacam-se projetos de infraestrutura de integração e transporte (Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, Programa de Transporte Logística e Meio Ambiente de São Paulo, Provias-Rio de Janeiro) e de infraestrutura física (Projeto de Reforma e Adequação do Estádio Maracanã para a Copa do Mundo de 2014). Com municípios, destaca-se a aprovação do Pram, em 2006.

Quanto à distribuição regional dos financiamentos a entes subnacionais, ainda que em alguns subperíodos (1999-2002 e 2007-2010) as regiões Norte e Nordeste tenham recebido a maior parte dos recursos da CAF, analisando o volume total em todo o período (1995-2012), mais da metade se concentrou nas regiões mais ricas do país, ou seja, regiões Sul e Sudeste, tendência também observada no caso do BIRD e do BID.

REFERÊNCIAS

ABr – AGÊNCIA BRASIL. **Corporação andina de fomento sugere maior participação do Brasil na instituição**. Rio de Janeiro, Brasil, 7 abr. 2003. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2003-04-07/corporacao-andina-de-fomento-sugere-maior-participacao-do-brasil-na-instituicao>.

______. **Mantega**: banco andino será prioridade do Brasil para integrar infra-estrutura na América do Sul. Rio de Janeiro, Brasil, 15 fev. 2005. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2005-02-15/mantega-banco-andino-sera-prioridade-do-brasil-para-integrar-infra-estrutura-na-america-do-sul>.

ARAÚJO, A. B. de. **O governo brasileiro, o BIRD e o BID**: cooperação e confronto. Rio de Janeiro, Brasil: Ipea, 1991. (Série Ipea, n. 131).

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. 1998. **Memorando**. (CP-863-3).

______. **Documento de país (CP)**. 2000.

______. **Estratégia de país com Brasil**. 2004. (GN-2327-1).

______. **Perfil de projeto**, 28 jun. 2009 (L1180).

______. **Comité de Programación. Evaluación del Programa de Pais**: Brasil 2007-2010. BID: Oficina de Evaluacion y Supervisión (OVE), sept. 2011. (RE-398).

______. **Project completion report**, 28 Oct. 2011. (BR-L1180).

BHATTACHARYA, A. *et al.* **Infrastructure for development**: meeting the challenge. The London School of Economics and Political Science and Intergovernmental Group of Twenty Four, 2012.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Decreto Presidencial nº 7.927, de 18 de fevereiro de 2013**. Brasília, Brasil, 2013.

CAF – CORPORACÍON ANDINA DE FOMENTO. **Informe anual 2009**. Caracas, Venezuela, 2010a.

______. **40 iniciativas para o desenvolvimento sustentável**. Bogotá, Colômbia, 2010b.

______. **anual 2012**. Caracas, Venezuela, 2013a.

______. **Relatório financeiro trimestral**, 30 sep. 2013b.

CASTRO, A. C. B. de. **Os bancos de desenvolvimento e a integração da América do Sul**: bases para uma política de cooperação. Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

CULPEPER, R. **In the wake of the crisis**: new roles for the multilateral development banks. Economic Commission for Latin America and the Caribbean, 2013.

GONZALEZ, M. J. F. *et al.* **O Brasil e o Banco Mundial**: um diagnóstico das relações econômicas 1949-1989. Brasília: Ipea/Iplan, 1990.

GONZALEZ, M. J. F.; PEREIRA, R. M. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi)**: o Brasil e os fundos multilaterais de desenvolvimento. (Texto para Discussão, n. 1.719). Ipea, Brasília.

GURRIA, J. A.; VOLCKER, P. **The role of the multilateral development banks in emerging market economies**. Carnegie Endowment for International Peace, EMP Financial Advisors, LLC, Inter-American Dialogue. 2001. Disponível em: <htpp://www.thedialogue.org>.

IDB – INTER AMERICAN DEVELOPMENT BANK. **Memorandum**. 1993. (CP-423).

______. CP, 1996. (GN-1897-1).

______. **Brazil**: IDB country strategy with Brazil 2012-2014. 2012. (CP).

OCAMPO, J. A. La cooperación financiera regional: experiencias y desafíos. *In*: ______. **Cooperación financiera regional**. Santiago, Chile: Comisión Económica para América Latina y Caribe (Cepal), sept. 2006.

PERRY, G. **Beyond lending**: how multilateral banks can help developing countries manage volatility. Washington, D.C.: Center for Global Development, 2009.

PRADA, F. **World Bank, Inter-American Development Bank and subregional development banks in Latin America**: dynamics of a system of multilateral development banks. Tokio: Asian Development Bank Institute, 2012. (ADBI Working Paper, n. 380).

SAGASTI, F. **La banca multilateral de desarrollo en América Latina**. Santiago de Chile, Chile: Unidad de Estudios Especiales, Cepal, 2002.

SAGASTI, F.; PRADA, F. Bancos regionales de desarrollo: una perspectiva comparativa. *In*: OCAMPO, J. A. **Cooperación financiera regional**. Santiago, Chile: Comisión Económica para América Latina y Caribe (Cepal), sept. 2006.

TITELMAN, D. La cooperación financiera en el ámbito subregional: las experiencias de América Latina y Caribe. *In*: OCAMPO J. A. **Cooperación financiera regional**. Santiago, Chile: Comisión Económica para América Latina y Caribe (Cepal), sept. 2006.

WORLD BANK. **Country assistance strategy**. 1995. (Report, n. 14569-BR).

______. **Brazil** – an agenda por stabilization. Oct. 1994. (Report, n. 13168-BR).

______. **Country assistance strategy**. 1997. (Report, n. 16582-BR).

______. **Country assistance strategy**. 2000. (Report, n. 20160-BR).

______. **World Bank lending instruments**. Washington, D.C.: Operations Policy and Country Services, 2001.

______. **Country assistance strategy progress report**. 2002. (Report, n. 24182-BR).

______. **Country assistance strategy**. 2003a. (Report, n. 27043-BR).

______. **Brazil**: equitable, competitive, sustainable-contributions for debate. 2003b (Report, n. 25049-BR).

______. **Brazil**: country assistance evaluation. 2004. (Report, n. 27629-BR).

______. **Country partnership strategy**. 2008. (Report, n. 42677-BR).

______. **Country partnership strategy**. 2011. (Report, n. 63731-BR).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AFRICAN DEVELOPMENT BANK. **Annual report 2012**. 2013. Disponível em: <http://www.afdb.org/en/search/?tx_solr%5Bq%5D=2012+annual+report&search=Search>.

ASIAN DEVELOPMENT BANK. **Annual report 2012**. 2013. Disponível em: <http://www.adb.org/documents/adb-annual-report-2012>.

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **Informe anual 2012**. 2013. Disponível em: <http://www.iadb.org/es/publicaciones/detalle,7101.html?id=67835>.

BEZASON, K.; SAGASTI, F. **A foresight and policy study of multilateral development banks**. Brighton: Institute of Development Studies, England: University of Susex, publicado para o Ministério de Relações Exteriores da Suécia, Estocolmo, 2000.

CAF – CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO. **Informe anual 2000**. Caracas, Venezuela, 2001.

______. **Informe anual 2001.** Caracas, Venezuela, 2002.

______. **Informe anual 2002**. Caracas, Venezuela, 2003.

______. **Informe anual 2003**. Caracas, Venezuela, 2004.

______. **Informe anual 2004**. Caracas, Venezuela, 2005.

______. **Informe anual 2005**. Caracas, Venezuela, 2006.

______. **Informe anual 2006**. Caracas, Venezuela, 2007.

______. **Informe anual 2007**. Caracas, Venezuela, 2008.

______. **Informe anual 2008**. Caracas, Venezuela, 2009.

______. **Informe anual 2010**. Caracas, Venezuela, 2011.

______. Acción CAF. **Informe anual 2011**. Bogotá, Colômbia, 2012.

______. **Informe CAF Brasil**. Jun. 2013b. (CAF/BR/0250/2013).

______. **Reporte financiero trimestral**. 30 Sept. 2013c.

CIA, E. E. M. **O Banco do Sul, seus dilemas e os divergentes projetos de integração regional para a América do Sul**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, São Paulo, 2012.

DÍAZ-BONILLA, E.; DEL CAMPO, M. V. **A long and winding road**: the creation of the Inter-American Development Bank. Washington, D.C., 2010.

GRIFFITH-JONES, S. *et al.* **Enhancing the role of regional developments banks**. New York and Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2008. (G-24 Discussion Paper, n. 50).

HUMPHREY, C.; MICHAELOWA, K. **Shopping for development**: multilateral lending, shareholder composition and borrower preferences. World Development, 2013. Disponível em: <http//dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.12.007>.

IDB – INTERAMERICAN DEVELOPMENT BANK. **Country program evaluation**: Brazil, 1993-2003. Washington, D.C., 2004.

______. **Programming committee**. 2008. (GN-2477).

______. **Country program evaluation**: Brazil, 2000-2008. Washington, D.C., 2009.

______. **Country program evaluation**: Brazil, 2007-2010. Washington, D.C., 2011.

WORLD BANK. **Country assistance strategy**. 1993. (Report, n. P-5847-BR).

______. **Country assistance strategy progress report**. 2001a. (Report, n. 22116-BR).

______. **Country assistance strategy progress report**. 2006. (Report, n. 36116-BR).

______. **Annual report 2012**. 2012. Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/EXTANNREP/EXTANNREP2012/0,,menuPK:8784414~pagePK:64168427~piPK:64168435~theSitePK:8784409,00.html>.

APÊNDICE A

TABELA A.1

BIRD: empréstimos aprovados, distribuição setorial e por ente da Federação (1990-2013)

(Em US$ milhões)

Ano calendário	Projeto	Setor	Ente da Federação[1]	Valor aprovado
1990	Electricity Transmission and Conservation	Energia e mineração	U	385,00
1990	Highways Management and Rehabilitation	Transporte	U	310,00
1990	National Environmental Project	Meio ambiente	U	117,00
1990	Northeast Irrigation	Agricultura e desenvolvimento rural	U	210,00
1990	2nd Land Management Project – SC	Meio ambiente	U	33,00
1990	Itaparica Supplementary Project	Agricultura e desenvolvimento rural	U	100,00
1990	Science Research and Training	Educação	U	150,00
1990	Private Sector Finance	Setor financeiro	U	300,00
1990	**Total**			**1.605,00**
1991	Innovations in Basic Education Project	Educação	U	245,00
1991	Hydrocarbon Transport and Processing	Energia e mineração	U	260,00
1991	**Total**			**505,00**
1992	Water Sector Modernization Project	Água	U	250,00
1992	Rondônia Natural Resources Management	Meio ambiente	U	167,00
1992	National Industrial Pollution Control Project	Meio ambiente	U	50,00
1992	Water Quality and Pollution Control	Água	U	245,00
1992	Mato Grosso Natural Resources	Meio ambiente	U	205,00
1992	Metro Transport System – São Paulo	Transporte	S	126,00
1992	Santa Catarina State Highway Management	Transporte	S	88,00
1992	**Total**			**1.131,00**
1993	Northeast Basic Education II	Educação	U	212,00
1993	Rio de Janeiro Metropolitan Transport Decentralization	Transporte	U	128,50
1993	Northeast Basic Education III	Educação	U	206,60
1993	AIDS and STD Control	Saúde, nutrição e população	U	160,00
1993	Minas Gerais Water Quality and Pollution Control	Água	S	145,00
1993	Minas Gerais Municipal Management and Environmental Infrastructure	Desenvolvimento urbano	S	150,00
1993	**Total**			**1.002,10**

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Projeto	Setor	Ente da Federação[1]	Valor aprovado
1994	Minas Gerais Basic Education Quality Improvement	Educação	U	150,00
1994	2nd State Highway Management (Piauí, Tocantins, Maranhão)	Transporte	U	220,00
1994	Paraná Basic Education Quality	Educação	U	96,00
1994	Espírito Santo Water and Coastal Pollution Management	Água	S	154,00
1994	Ceará Urban Development and Water Resource Management	Desenvolvimento urbano	S	140,00
1994	**Total**			**760,00**
1995	Belo Horizonte Metropolitan Transport Decentralization	Transporte	U	99,00
1995	Rural Poverty Alleviation – Bahia	Agricultura e desenvolvimento rural	U	105,00
1995	Recife Metropolitan Transport Decentralization	Transporte	U	102,00
1995	Rural Poverty Alleviation – Ceará	Agricultura e desenvolvimento rural	U	70,00
1995	Rural Poverty Alleviation – Sergipe	Agricultura e desenvolvimento rural	U	36,00
1995	Environmental Conservation and Rehabilitation	Meio ambiente	U	50,00
1995	**Total**			**462,00**
1996	Health Sector Reform Project (REFORSUS)	Saúde, nutrição e população	U	300,00
1996	Paraná Rural Poverty Alleviation and Natural Resources Management Project	Agricultura e desenvolvimento rural	U	175,00
1996	Federal Railways Restructuring and Privatization Project	Transporte	U	350,00
1996	Rural Poverty Alleviation – Rio Grande do Norte	Agricultura e desenvolvimento rural	S	24,00
1996	Rural Poverty Alleviation – Pernambuco	Agricultura e desenvolvimento rural	S	39,00
1996	Rural Poverty Alleviation – Piauí	Agricultura e desenvolvimento rural	S	30,00
1996	**Total**			**918,00**
1997	Land Reform and Poverty Alleviation Pilot Project	Agricultura e desenvolvimento rural	U	90,00
1997	Federal Highway Rehabilitation and Decentralization	Transporte	U	300,00
1997	Rio Grande do Sul State Highway Management	Transporte	U	70,00
1997	Rio Grande do Sul State Reform Project	Gestão do setor público	U	125,00
1997	Natural Resources Management and Rural Poverty Alleviation – Rio Grande do Sul	Agricultura e desenvolvimento rural	U	100,00
1997	Agricultural Technology Development	Agricultura e desenvolvimento rural	U	60,00
1997	Mato Grosso State Privatization Project	Desenvolvimento dos setores privado e financeiro	U	45,00
1997	3rd Land Management Project – São Paulo	Agricultura e desenvolvimento rural	U	55,00
1997	Gas Sector Development Project – Bolivia-Brazil Gas Pipeline	Energia e mineração	U	130,00
1997	Bahia Water Resources Management	Água	U	51,00
1997	Science and Technology Reform Support Project	Educação	U	155,00
1997	Rio de Janeiro State Reform Privatization Project	Gestão do setor público	U	250,00

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Projeto	Setor	Ente da Federação[1]	Valor aprovado
1997	Rural Poverty Alleviation – PB	Agricultura e desenvolvimento rural	U	60,00
1997	Rural Poverty Alleviation – MA	Agricultura e desenvolvimento rural	U	80,00
1997	Central Bank Technical Assistance Loan I	Desenvolvimento dos setores privado e financeiro	U	20,00
1997	Ceara Water Pilot Project	Agricultura e desenvolvimento rural	S	9,60
1997	Bahia Municipal Infrastructure and Management Project (Produr)	Desenvolvimento urbano	S	100,00
1997	**Total**			**1.700,60**
1998	São Paulo Integrated Urban Transport Project (Barra Funda-Roosevelt Link)	Transporte	U	45,00
1998	Federal Water Resources Management	Água	U	198,00
1998	2nd Water Sector Modernization Project	Água	U	150,00
1998	Rio de Janeiro Mass Transit Project	Transporte	U	186,00
1998	School Improvement (Fundescola I)	Educação	U	62,50
1998	State Pension Systems Reform Technical Assistance	Gestão do setor público	U	5,00
1998	Disease Surveillance and Control (Vigisus)	Saúde, nutrição e população	U	100,00
1998	AIDS and STD Control II	Saúde, nutrição e população	U	165,00
1998	Emergency Fire Prevention and Control	Meio ambiente	U	15,00
1998	State Reform – MG	Desenvolvimento dos setores privado e financeiro	S	170,00
1998	**Total**			**1.096,50**
1999	Salvador Urban Transport	Transporte	U	150,00
1999	2nd School Improvement Project (Fundescola II)	Educação	U	202,00
1999	Animal & Plant Health Protection	Agricultura e desenvolvimento rural	U	44,00
1999	Social Security Special Sector Adjustment Loan	Proteção social	U	757,60
1999	Social Protection Special Sector Adjustment Loan	Proteção social	U	252,50
1999	2nd National Environmental Project	Meio ambiente	U	15,00
1999	Energy Efficiency (Eletrobras)	Energia e mineração	U	43,40
1999	**Total**			**1.464,50**
2000	Ceará Integrated Water Resources Management	Água	U	136,00
2000	Low Income Sanitation Technical Assistance (Prosanear)	Água	U	30,30
2000	Northeast Microfinance Development	Agricultura e desenvolvimento rural	U	50,00
2000	Social Security Technical Assistance	Gestão do setor público	U	5,05
2000	Fiscal and Administrative Reform Special Sector Adjustment Loan	Gestão do setor público	U	505,06
2000	2nd Social Security Special Sector Adjustment Loan	Proteção social	U	505,06
2000	Land-based Poverty Alleviation I	Agricultura e desenvolvimento rural	U	202,10
2000	Bahia Basic Education (Phase I)	Educação	S	69,60

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Projeto	Setor	Ente da Federação[1]	Valor aprovado
2000	Ceará Basic Education Quality Improvement	Educação	S	90,00
2000	**Total**			**1.593,17**
2001	Programmatic Fiscal Reform I	Gestão do setor público	U	757,58
2001	Programmatic Financial Sector Adjustment Loan	Desenvolvimento dos setores privado e financeiro	U	404,04
2001	Fiscal and Financial Management Technical Assistance Loan	Gestão do setor público	U	8,88
2001	Fortaleza Metropolitan Transport	Transporte	U	85,00
2001	Financial Sector Technical Assistance Loan Project	Desenvolvimento dos setores privado e financeiro	U	14,50
2001	Rural Poverty Reduction – CE	Agricultura e desenvolvimento rural	S	37,50
2001	Rural Poverty Reduction – PE	Agricultura e desenvolvimento rural	S	30,10
2001	Rural Poverty Reduction – PI	Agricultura e desenvolvimento rural	S	22,50
2001	Rural Poverty Reduction – BA	Agricultura e desenvolvimento rural	S	54,35
2001	**Total**			**1.414,45**
2002	3rd School Improvement Project (Fundescola IIIA)	Educação	U	160,00
2002	Family Health Extension Project I	Saúde, nutrição e população	U	68,00
2002	2nd Programmatic Financial Sector Adjustment Loan	Desenvolvimento dos setores privado e financeiro	U	404,04
2002	Energy Sector Reform Loan	Energia e mineração	U	454,55
2002	CAIXA Water Sector Modernization Program	Água	U	75,00
2002	Municipal Pension Reform Technical Assistance Loan	Gestão do setor público	U	5,00
2002	Rural Poverty Reduction – RN	Agricultura e desenvolvimento rural	S	22,50
2002	Rural Poverty Reduction – SE	Agricultura e desenvolvimento rural	S	20,80
2002	Santa Catarina Natural Resources Management and Rural Poverty Reduction	Agricultura e desenvolvimento rural	S	62,80
2002	São Paulo Metro Line 4 Project	Transporte	S	209,00
2002	**Total**			**1.481,69**
2003	2nd Programmatic Fiscal Reform Adjustment Loan	Gestão do setor público	U	404,04
2003	Energy Sector Technical Assistance Loan	Energia e mineração	U	12,12
2003	3rd Aids and STD Control Project	Saúde, nutrição e população	U	100,00
2003	1st Programmatic Human Development Sector Reform	Educação	U	505,05
2003	Recife Urban Upgrading Project	Desenvolvimento urbano	M	46,00
2003	Bahia Education Project (APL) – 2nd Phase	Educação	S	60,00
2003	Bahia Health System Reform Project	Saúde, nutrição e população	S	30,00
2003	**Total**			**1.157,21**

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Projeto	Setor	Ente da Federação[1]	Valor aprovado
2004	Brazil First Programmatic Loan for Sustainable and Equitable Growth	Desenvolvimento dos setores privado e financeiro	U	505,05
2004	Bolsa Família First APL	Proteção social	U	572,20
2004	First Programmatic Reform Loan for Environmental Sustainability	Meio ambiente	U	502,52
2004	Sustainable and Equitable Growth – Technical Assistance Program	Desenvolvimento dos setores privado e financeiro	U	12,12
2004	Integrated Municipal Project – Betim Municipality	Meio ambiente	M	24,08
2004	Maranhão Integrated Program: Rural Poverty Reduction Project	Agricultura e desenvolvimento rural	S	30,00
2004	Tocantins Sustainable Regional Development	Transporte	S	60,00
2004	Pernambuco Integrated Development: Education Quality Improvement	Educação	S	31,50
2004	Amapá Sustainable Communities	Meio ambiente	S	4,80
2004	Espírito Santo Water and Coastal Pollution Management	Água	S	36,00
2004	**Total**			**1.778,27**
2005	Programmatic Loan for Sustainable and Equitable Growth: Supporting Housing Sector Policy	Desenvolvimento urbano	U	502,52
2005	First Programmatic Fiscal Reform – Social Security Reform	Proteção social	U	658,30
2005	Housing Sector Technical Assistance Loan	Desenvolvimento urbano	U	4,00
2005	Human Development Technical Assistance Loan	Educação	U	8,00
2005	Environmental Sustainability Agenda Technical Assistance Loan	Meio ambiente	U	8,00
2005	Brasília Environmentally Sustainable Project	Meio ambiente	S	57,64
2005	Rural Poverty Reduction – MG	Agricultura e desenvolvimento rural	S	35,00
2005	Bahia Poor Urban Areas Integrated Development	Desenvolvimento urbano	S	49,30
2005	Ceará Multi-sector Social Inclusion Development	Gestão do setor público	S	149,75
2005	Bahia State Integrated Project: Rural Poverty	Agricultura e desenvolvimento rural	S	54,35
2005	**Total**			**1.526,86**
2006	Road Transport Project	Transporte	U	501,25
2006	2nd Programmatic Sustainable and Equitable Growth Loan	Desenvolvimento dos setores privado e financeiro	U	601,50
2006	Additional Financing for Federal Water Resources Management Project	Água	U	50,00
2006	Additional Financing for the Rural Poverty Reduction Project – CE	Agricultura e desenvolvimento rural	S	37,50
2006	First APL for Integrated Rural Development – PA	Meio ambiente	S	60,00
2006	Bahia Integrated State Highway Management	Transporte	S	100,00
2006	Minas Gerais Partnership for Development	Política econômica	S	170,00

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Projeto	Setor	Ente da Federação[1]	Valor aprovado
2006	Additional Financing for the Rural Poverty Reduction Project – PI	Agricultura e desenvolvimento rural	S	22,50
2006	Additional Financing for the Rural Poverty Reduction Project – PE	Agricultura e desenvolvimento rural	S	30,00
2006	**Total**			**1.572,75**
2007	State Pension Systems Reform Technical Assistance II	Gestão do setor público	U	5,00
2007	Municipal APL1: Uberaba	Água	M	17,27
2007	Municipal APL: Recife	Desenvolvimento urbano	M	32,76
2007	Rio Grande do Norte State Integrated Water Resources Management	Água	S	35,90
2007	Additional Financing for the Rural Poverty Reduction Project – RN	Agricultura e desenvolvimento rural	S	22,50
2007	**Total**			**113,43**
2008	2nd Family Health Extension Adaptable Lending	Saúde, nutrição e população	U	83,45
2008	2nd Minas Gerais Development Partnership Project	Gestão do setor público	S	976,00
2008	Additional Financing for the SP Metro Line 4 Project	Transporte	S	95,00
2008	São Paulo Trains and Signalling	Transporte	S	550,00
2008	Additional Financing for the RJ Mass Transit Project	Transporte	S	44,00
2008	Paraíba 2nd Rural Poverty Reduction Project	Agricultura e desenvolvimento rural	S	20,90
2008	Ceará 2nd Inclusive Growth Project (SWAp II)	Gestão do setor público	S	240,00
2008	Rio Grande do Sul Fiscal Sustainability for Growth Loan	Gestão do setor público	S	1.100,00
2008	Acre Social and Economic Inclusion and Sustainable Development Project (Proacre)	Agricultura e desenvolvimento rural	S	120,00
2008	Alto Solimões Basic Services and Sustainable Development Project in Support of the Zona Franca Verde Program	Saúde, nutrição e população	S	24,25
2008	Additional Financing for the Ceara Integrated Water Resources Management Project	Água	S	103,00
2008	Municipal APL: São Luis Enhancing Municipal Governance and Quality of Life Project	Água	M	35,64
2008	Municipal APL: Teresina Enhancing Municipal Governance and Quality of Life Project	Água	M	31,13
2008	Pelotas Integrated Municipal Development Program	Desenvolvimento urbano	M	18,90
2008	Bagé Integrated Municipal Development Program	Desenvolvimento urbano	M	6,60
2008	Santa Maria Integrated Municipal Development Program	Desenvolvimento urbano	M	13,95
2008	Uruguaiana Integrated Municipal Development Program	Desenvolvimento urbano	M	6,83
2008	**Total**			**3.469,65**
2009	Brazil Health Network Formation & Quality Improvement Project (Qualisus-Rede)	Saúde, nutrição e população	U	235,00
2009	First Programmatic Development Policy Loan for Sustainable Environmental Management	Meio ambiente	U	1,300,00

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Projeto	Setor	Ente da Federação[1]	Valor aprovado
2009	2nd National Environmental Project (Phase II)	Meio ambiente	U	24,30
2009	Municipal APL: Santos	Desenvolvimento urbano	M	44,00
2009	Rio de Janeiro Sustainable Rural Development Project	Agricultura e desenvolvimento rural	S	39,50
2009	Alagoas Fiscal & Public Management Reform	Política econômica	S	195,45
2009	Ceará Regional Economic Development: Cidades do Ceara	Desenvolvimento urbano	S	46,00
2009	Additional Financing Espírito Santo Water and Coastal Pollution Management	Água	S	71,50
2009	Pernambuco Education Results and Accountability (Pera) Project	Educação	S	154,00
2009	Federal District Multisector Management Project	Saúde, nutrição e população	S	130,00
2009	Integrated Water Management in Metropolitan São Paulo	Água	S	104,00
2009	São Paulo Feeder Roads Project	Transporte	S	166,65
2009	Additional Financing for the Bahia State Integrated Project for Rural Poverty Reduction	Agricultura e desenvolvimento rural	S	30,00
2009	Rio Grande do Sul Integrated Municipal Development Program	Desenvolvimento urbano	S	8,10
2009	Rio de Janeiro Mass Transit Project II	Transporte	S	211,70
2009	**Total**			**2.760,20**
2010	National Aids Program – National Health Service (Aids-SUS)	Saúde, nutrição e população	U	67,00
2010	Eletrobras Distribution Rehabilitation	Energia e mineração	U	495,00
2010	Bolsa Família 2nd APL	Proteção social	U	200,00
2010	Integrated Solid Waste Management and Carbon Finance Project	Desenvolvimento urbano	U	50,00
2010	Rio de Janeiro Municipality Fiscal Consolidation for Efficiency and Growth	Política econômica	M	1.045,00
2010	Rio de Janeiro Public Sector Modernization	Gestão do setor público	S	18,67
2010	São Paulo Metro Line 5	Transporte	S	650,40
2010	Rio State Fiscal Sustainability, Human Development and Competitiveness	Educação	S	485,00
2010	Mato Grosso do Sul State Road Transport	Transporte	S	300,00
2010	Additional Financing for the 2nd Minas Gerais Development Partnership Project	Desenvolvimento dos setores privado e financeiro	S	461,00
2010	Bahia Health and Water Management SWAp	Saúde, nutrição e população	S	60,00
2010	São Paulo Metro Line 4 (Phase II)	Transporte	S	130,00
2010	São Paulo Water Recovery Project (Reagua)	Água	S	64,50
2010	São Paulo Sustainable Rural Development and Access to Markets	Agricultura e desenvolvimento rural	S	78,00

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Projeto	Setor	Ente da Federação[1]	Valor aprovado
2010	Pernambuco Sustainable Water Project	Água	S	190,00
2010	Additional Financing for São Paulo Trains and Signalling Project	Transporte	S	112,91
2010	Additional Financing for the São Paulo Feeder Roads	Transporte	S	326,78
2010	Santa Catarina Rural Competitiveness	Agricultura e desenvolvimento rural	S	90,00
2010	**Total**			**4.824,25**
2011	Federal Integrated Water Sector Project (Interaguas)	Água	U	107,33
2011	Energy and Mineral Sector Strengthening	Energia e mineração	U	49,60
2011	Rio de Janeiro Metropolitan Urban and Housing Development	Desenvolvimento urbano	S	485,00
2011	**Total**			**641,94**
2012	São Bernardo Integrated Water Management in São Paulo Program	Água	M	20,82
2012	Recife SWAP Education and Public Management	Educação	M	130,00
2012	Bahia Inclusion and Economic Development DPL	Política econômica	S	700,00
2012	Expanding Opportunities, Enhancing Equity in the State of Pernambuco Development Policy Loan	Redução da pobreza	S	500,00
2012	Sergipe Water	Água	S	70,28
2012	Pernambuco Rural Economic Inclusion	Agricultura e desenvolvimento rural	S	100,00
2012	Rio Grande do Sul SWAp	Desenvolvimento dos setores privado e financeiro	S	480,00
2012	Ceará Rural Sustainable Development and Competitiveness	Agricultura e desenvolvimento rural	S	100,00
2012	Additional Financing – Upgrading Greening Rio de Janeiro Urban Rail System	Transporte	S	600,00
2012	Piauí Green Growth and Inclusion	Meio ambiente	S	350,00
2012	Tocantins Integrated Sustainable Regional Development	Transporte	S	300,00
2012	3rd Minas Gerais Development Partnership	Gestão do setor público	S	450,00
2012	SWAp for Paraná Multi-sector Development	Gestão do setor público	S	350,00
2012	Rio de Janeiro State Development Policy Loan III	Gestão do setor público	S	300,00
2012	Additional Financing – RJ Sustainable Rural Development	Agricultura e desenvolvimento rural	S	100,00
2012	**Total**			**4.551,10**
	Total			**37.529,66**

Fonte: World Bank.

Elaboração dos autores.

Nota: [1] U = União, S = estados e M = municípios.

APÊNDICE B

TABELA B.1

BID: empréstimos aprovados,[1] distribuição setorial, por ente da Federação, bancos de desenvolvimento e setor privado (1990-2012)

(Em US$ milhões)

Ano calendário	Número do projeto	Nome do projeto	Setor	Cliente[2]	Valor aprovado
1990	593/OC-BR	Segredo Hydropower Project	Energia	S	135,00
1990	602/OC-BR	Multisectoral Credit Program	Indústria	BANCO DESENV.	250,00
1990	**Total**				**385,00**
1991	620/OC-BR	Scientific and Technological Development Program	Ciência e tecnologia	U	100,00
1991	663/OC-BR	Scientific and Technological Development Program	Ciência e tecnologia	U	2,00
1991	622/OC-BR	Social Action Program in Sanitation	Desenvolvimento urbano e habitação	U	300,00
1991	641/OC-BR	Espírito Santo Highway Improvement Program	Transporte	S	52,00
1991	642/OC-BR	Pernambuco Highway Improvement Program	Transporte	S	83,50
1991	649/OC-BR	Drainage, Roads: Belém	Água e saneamento	S	115,00
1991	**Total**				**652,50**
1992	671/OC-BR	Agriculture Modernization (Promoagro)	Agricultura e desenvolvimento rural	U	67,50
1992	695/OC-BR	Sanitation in Fortaleza	Água e saneamento	S	159,30
1992	713/OC-BR	Decontamination of Tiete River, Stage I	Água e saneamento	S	400,00
1992	719/OC-BR	Transport Corridors State Sta. Catarina	Transporte	S	102,50
1992	722/OC-BR	Transport Corridors State of Parana	Transporte	S	86,75
1992	**Total**				**816,05**
1993	767/OC-BR	Fernão Dias Highway Modernization	Transporte	U	267,00
1993	772/OC-BR	Highway Corridors in the State of Bahia	Transporte	S	147,00
1993	776/OC-BR	Guaiba Lake Basin Environmental Recovery	Meio ambiente e desastres naturais	S	110,20
1993	782/OC-BR	Basic Sanitation Guanabara Bay	Meio ambiente e desastres naturais	S	300,00
1993	**Total**				**824,20**
1994	814/OC-BR	Strengthening of Ministry of Foreign Affairs	Reforma/modernização do Estado	U	10,00
1994	841/OC-BR	Northeast Development Program-Tourism	Turismo sustentável	BANCO DESENV.	400,00
1994	844/OC-BR	São Paulo Urban Train System	Desenvolvimento urbano e habitação	S	420,00
1994	849/OC-BR	Drainage in São Paulo, II Stage	Água e saneamento	M	302,00
1994	**Total**				**1.132,00**

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Número do projeto	Nome do projeto	Setor	Cliente[2]	Valor aprovado
1995	858/OC-BR	Munic. Adm. Urban Drainage R. Janeiro (Guan)	Água e saneamento	M	30,00
1995	873/OC-BR	Urban Transport Curitiba	Desenvolvimento urbano e habitação	M	120,00
1995	878/OC-BR	Basic Sanitation Bahia Todos os Santos.	Água e saneamento	S	264,00
1995	880/OC-BR	Science & Technology Program, FINEP II	Ciência e tecnologia	U	160,00
1995	888/OC-BR	TC Loan Tax Administration	Reforma/modernização do Estado	U	78,00
1995	898/OC-BR	Rio de Janeiro Urban Upgrading Program	Desenvolvimento urbano e habitação	M	180,00
1995	904/OC-BR	Highway Modernization S. Paulo-Florianopolis	Transporte	U	450,00
1995	907/OC-BR	Multisectoral Global Credit Program	Indústria	BANCO DESENV.	300,00
1995	**Total**				**1.582,00**
1996	916A/OC-BR	Yellow Line Concession Road	Transporte	S. Privado	14,00
1996	917/OC-BR	Urban Development Paraná	Desenvolvimento urbano e habitação	S	249,00
1996	938/OC-BR	Favelas São Paulo Rehabilitation Program	Desenvolvimento urbano e habitação	M	150,00
1996	939/OC-BR	Campinas Flooding Control Program	Água e saneamento	M	19,80
1996	950/OC-BR	Secondary Education Improvement – Paraná	Educação	S	100,00
1996	951/OC-BR	Health Sector Reform and Investments	Saúde	U	350,00
1996	955/OC-BR	Social Reform Support Program – Ceará	Investimento social	S	42,00
1996	975/OC-BR	Fernão Dias Highway Stage II	Transporte	U	275,00
1996	980/OC-BR	National Program Fiscal Admin. for Brasil States	Reforma/modernização do Estado	U	500,00
1996	**Total**				**1.699,80**
1997	1019/OC-BR	Roads Program II – Ceará	Transporte	S	115,00
1997	1037/OC-BR	Nova Baixada Program	Desenvolvimento urbano e habitação	S	180,00
1997	1042/OC-BR	Federal Government Modernization Program	Reforma/modernização do Estado	U	57,00
1997	1046/OC-BR	Federal Roads Decentralization Program	Transporte	U	300,00
1997	1051/OC-BR	North-South Electric Interconnection	Energia	U	307,00
1997	1052/OC-BR	Professional Education Sector Reform	Educação	U	250,00
1997	1071A/OC-BR	Region Dos Lagos Toll Road	Transporte	S. Privado	14,58
1997	991/OC-BR	TC Loan Ipea Network, IBGE, FGV, and Other	Reforma/modernização do Estado	U	25,00
1997	998/OC-BR	Roads Program Rio Grande do Sul	Transporte	S	150,00
1997	**Total**				**1.398,58**

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Número do projeto	Nome do projeto	Setor	Cliente[2]	Valor aprovado
1998	1095/OC-BR	Municipal Development of Porto Alegre	Reforma/modernização do Estado	M	76,50
1998	1123/OC-BR	Parliamentary Power Integration	Reforma/modernização do Estado	U	25,00
1998	1125/OC-BR	Multisectoral Credit	Indústria	BANCO DESENV.	1.100,00
1998	1126/OC-BR	Neighborhood Improvement Inhabit Brazil	Desenvolvimento urbano e habitação	U	250,00
1998	1156A/OC-BR	Castello-Raposo Toll Road	Transporte	S. Privado	55,00
1998	**Total**				**1.506,50**
1999	1171/OC-BR	Social Protection Reform Program	Investimento social	U	2.200,00
1999	1175/OC-BR	Global Credit Program for SME (s)	Indústria	BANCO DESENV.	1.200,00
1999	1190A/OC-BR	Anhanguera – Bandeirantes Toll Road	Transporte	S. Privado	50,00
1999	1191/OC-BR	Roadway Program II of the State of Bahia	Transporte	S	146,00
1999	1194/OC-BR	Fiscal Management of Br. Municipalities	Reforma/modernização do Estado	U	300,00
1999	1200/OC-BR	Preservation Historical, Cultural Sites	Desenvolvimento urbano e habitação	U	62,50
1999	1205A/OC-BR	Yellow Line II	Transporte	S. Privado	10,00
1999	1212/OC-BR	Tiete River Decontamination, Stage II	Água e saneamento	S	200,00
1999	1215/OC-BR	Turn Nurse Workers Into Professionals	Saúde	U	185,00
1999	1216/OC-BR	TC Loan Development & Preparation Ecotur	Turismo sustentável	U	11,00
1999	1225/OC-BR	Middle Education Expansion and Improvement	Educação	U	250,00
1999	1228/OC-BR	VBC Energy Partial Risk Guarantee	Energia	S. Privado	100,00
1999	1232A/OC-BR	Ecovias Dos Imigrantes Toll Road	Transporte	S. Privado	75,00
1999	**Total**				**4.789,50**
2000	1241/OC-BR	Urban Improvement Rio de Janeiro II	Desenvolvimento urbano e habitação	M	180,00
2000	1248/OC-BR	Self Sufficiency Agrarian Reform Settlement	Agricultura e desenvolvimento rural	U	51,00
2000	1260A/OC-BR	Cana Brava Hydroelectric Power Project	Energia	S. Privado	75,00
2000	1267/OC-BR	Light – Electricity Services (Guarantee)	Energia	S. Privado	100,00
2000	1272A/OC-BR	North Energy	Energia	S. Privado	23,70
2000	1288/OC-BR	Federal District Sanitation Program	Água e saneamento	S	130,00
2000	1290/OC-BR	Pantanal I Sustainable Development Prog.	Meio ambiente e desastres naturais	U	82,50
2000	1297A/OC-BR	Power Plant Dona Francisca	Energia	S. Privado	16,00
2000	**Total**				**658,20**

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Número do projeto	Nome do projeto	Setor	Cliente[2]	Valor aprovado
2001	1308/OC-BR	Small and Medium Companies in Northeast Br.	Indústria	BANCO DESENV.	150,00
2001	1346/OC-BR	Pension System Management Modernization	Reforma/modernização do Estado	U	57,00
2001	1351/OC-BR	Transportation Program São Paulo	Transporte	S	120,00
2001	1354/OC-BR	Tenement Action Program in the State of São Paulo	Desenvolvimento urbano e habitação	S	34,00
2001	1356/OC-BR	Social Program Water Sewerage Small Municipal	Água e saneamento	U	100,00
2001	1357/OC-BR	Pernambuco's Zone Da Mata Sustainab. Development	Agricultura e desenvolvimento rural	S	90,00
2001	1367A/OC-BR	Termobahia Co-Generation Plant	Energia	S. Privado	57,79
2001	1374/OC-BR	BNDES Micro and Smes Support Program	Indústria	BANCO DESENV.	900,00
2001	1378/OC-BR	Human Capital Promotion Sector Loan	Investimento social	U	500,00
2001	1380A/OC-BR	Termopernambuco Power Project	Energia	S. Privado	42,40
2001	**Total**				**2.051,19**
2002	1387/OC-BR	Northeast Microenterprise	Empresas privadas e desenvolvimento de PMEs	BANCO DESENV.	30,00
2002	1390/OC-BR	Santa Catarina Highways Stage IV	Transporte	S	150,00
2002	1392/OC-BR	Prodetur II Northeast Region	Turismo sustentável	BANCO DESENV.	240,00
2002	1399/OC-BR	Acre Sustainable Development	Investimento social	S	64,80
2002	1404/OC-BR	Pará Urban Development	Desenvolvimento urbano e habitação	S	48,00
2002	1405/OC-BR	Urban Paraná	Desenvolvimento urbano e habitação	S	100,00
2002	1406/OC-BR	Diversity in University	Educação	U	5,00
2002	1414/OC-BR	Goiania Water and Sanitation	Água e saneamento	S	47,60
2002	1423/OC-BR	Modernization Comptroller Office	Reforma/modernização do Estado	U	5,00
2002	**Total**				**690,40**
2003	1457A/OC-BR	Banco Bradesco Trade Finance	Comércio	S. Privado	50,00
2003	1479/OC-BR	Downtown São Paulo Rehabilitation Procentro	Desenvolvimento urbano e habitação	M	100,40
2003	1485A/OC-BR	Novatrans Energy	Energia	S. Privado	30,00
2003	1486/OC-BR	Culture and Citizenship for Social Inclusion	Investimento social	S	20,00
2003	1502/OC-BR	Ceará Sanitation Program	Água e saneamento	S	100,00
2003	1505A/OC-BR	Bandeirante Investment Program	Energia	S. Privado	38,90
2003	**Total**				**339,30**

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Número do projeto	Nome do projeto	Setor	Cliente[2]	Valor aprovado
2004	1526/OC-BR	Urban Transportation Curitiba II	Transporte	M	80,04
2004	1543/OC-BR	São Paulo Fiscal Administration	Reforma/modernização do Estado	S	20,00
2004	1560/OC-BR	Brazilian Infrastructure Investment Fund (BIIF)	Empresas privadas e desenvolvimento de PMEs	S. Privado	75,00
2004	1563/OC-BR	Environmental Rehabilitation Belo Horizonte	Desenvolvimento urbano e habitação	M	46,50
2004	1567/OC-BR	Campos Novos Hydroelectric Power Project	Energia	S. Privado	75,00
2004	1571/OC-BR	Sao Bernardo do Campo Urban Transportation	Transporte	M	72,00
2004	1572/OC-BR	Fortaleza Urban Transport	Transporte	M	85,20
2004	1595/OC-BR	Technological Innovation & New Manag. Approaches in Agricult.Research Agrofuturo	Agricultura e desenvolvimento rural	U	33,00
2004	1608/OC-BR	Financing of MSMES – BNDES	Mercado financeiro	BANCO DESENV.	1.000,00
2004	1609/OC-BR	Support to the Social Protection System	Investimento social	U	1.000,00
2004	1611/OC-BR	São Paulo: Evaluation and Improvement of Social Policies	Investimento social	S	5,00
2004	**Total**				**2.491,74**
2005	1628/OC-BR	External Control Modernization Program States Promoex	Reforma/modernização do Estado	U	38,60
2005	1633/OC-BR	Cadaster and Land Regularization Program	Agricultura e desenvolvimento rural	U	10,80
2005	1634/OC-BR	Banco Industrial e Comercial S.A.	Comércio	S. Privado	20,00
2005	1672/OC-BR	Brazilian Securities Mortgage Instruments Warehouse Facility	Mercado financeiro	S. Privado	75,00
2005	1675/OC-BR	Espírito Santo State Highways	Transporte	S	73,50
2005	1681/OC-BR	Ecotourism Development Mata Atlântica, São Paulo	Meio ambiente e desastres naturais	S	9,00
2005	1692/OC-BR	Igarapés de Manaus Environmental-Social Program	Água e saneamento	S	140,00
2005	1704A/OC-BR	Cemat Investment Program	Energia	S. Privado	75,00
2005	1705A/OC-BR	Celpa Capital Investment Program	Energia	S. Privado	75,00
2005	1709/OC-BR	Minas Gerais Small Municipalities Access Road	Transporte	S	50,00
2005	1713/OC-BR	Banco Votorantim S/A	Comércio	S. Privado	40,00
2005	**Total**				**606,90**
2006	1718/OC-BR	States and DF Administration Modernization I – PNAGE	Reforma/modernização do Estado	U	93,00
2006	1727/OC-BR	Fiscal Management in the State of Bahia	Reforma/modernização do Estado	S	12,00
2006	1735/OC-BR	São Paulo State Highways Phase II	Transporte	S	30,00

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Número do projeto	Nome do projeto	Setor	Cliente[2]	Valor aprovado
2006	1738/OC-BR	Strengthening of the Entrepreneurial Activity Program Estado de Bahía	Empresas privadas e desenvolvimento de PMEs	S	10,00
2006	1741A/OC-BR	ATE II Energy Transmission Line	Energia	S. Privado	107,80
2006	1755/OC-BR	Banco Pine TFFP	Comércio	S. Privado	20,00
2006	1756/OC-BR	Banco Industrial do Brasil TFFP	Comércio	S. Privado	6,00
2006	1811/OC-BR	Strengthening of Institutional Capacity for Regulatory Management	Reforma/modernização do Estado	U	3,85
2006	1816A/OC-BR	Celtins Investment and Refinancing Program	Energia	S. Privado	60,00
2006	**Total**				**342,65**
2007	1841/OC-BR	Assessments, Prospects, and Development Alternatives in Brazil – Ipea Research	Reforma/modernização do Estado	U	7,15
2007	1854/OC-BR	Banco Indusval Multistock – TFFP	Comércio	S. Privado	25,00
2007	1859A/OC-BR	Embratel Telecommunications Project	Ciência e tecnologia	S. Privado	80,00
2007	1860/OC-BR	Financing MSMES – BNDES II	Mercado financeiro	BANCO DESENV.	1.000,00
2007	1862/OC-BR	Energisa Guarantee in Local Currency	Energia	S. Privado	200,00
2007	1864/OC-BR	Support Multi-Phase Program Electronic Legislative Development	Reforma/modernização do Estado	U	16,10
2007	1871A/OC-BR	Banco Industrial e Comercial S.A. (Bicbanco) A/B Loan	Mercado financeiro	S. Privado	20,00
2007	1883/OC-BR	Moema Biofuel Project	Energia	S. Privado	40,00
2007	1904A/OC-BR-1	Delba Vessel	Energia	S. Privado	94,26
2007	1904A/OC-BR-2	Delba Vessel	Energia	S. Privado	2,46
2007	1904A/OC-BR-3	Delba Vessel	Energia	S. Privado	3,28
2007	1909/OC-BR	Environmental Revitalization Program of Joinville	Água e saneamento	M	32,67
2007	1911/OC-BR	Competitiveness of Business in Local Production Systems in São Paulo	Indústria	S	10,00
2007	1921A/OC-BR	Tecon Santa Catarina Port	Transporte	S. Privado	57,60
2007	**Total**				**1.588,52**
2008	1954A/OC-BR-1	ATE III Transmission Project	Energia	S. Privado	72,00
2008	1954A/OC-BR-2	ATE III Transmission Project	Energia	S. Privado	23,46
2008	1957/OC-BR	Urban Transportation Program for the Federal District	Transporte	S	176,78
2008	1960/OC-BR	Procidades – Campo Grande – Integrated Development Program	Desenvolvimento urbano e habitação	M	19,38

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Número do projeto	Nome do projeto	Setor	Cliente[2]	Valor aprovado
2008	1961/OC-BR	Procidades – Toledo – Sustainable Socio-economic Development Program	Desenvolvimento urbano e habitação	M	7,34
2008	1979/OC-BR	Porto Alegre Integrated Socio Environmental Program	Água e saneamento	M	83,27
2008	1980/OC-BR	Macambira-Anicuns Urban Environmental Program – Goiânia	Desenvolvimento urbano e habitação	M	56,70
2008	1983A/OC-BR	Corporate Loan for the Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	Água e saneamento	S	100,00
2008	1984A/OC-BR	Gerdau Açominas Investment Program	Indústria	S. Privado	50,00
2008	1986/OC-BR	Procidades – Vitória Urban Development and Social Inclusion Program	Desenvolvimento urbano e habitação	M	39,10
2008	1989A/OC-BR-1	São Paulo Metrô – Linha 4 Project	Transporte	S. Privado	69,18
2008	1989A/OC-BR-2	São Paulo Metrô – Linha 4 Project	Transporte	S. Privado	59,50
2008	1990/OC-BR	Procidades Município Belford Roxo Urban Development Environment Sanitation Program	Desenvolvimento urbano e habitação	M	13,20
2008	1998/OC-BR	Estrada Nova Watershed Sanitation Program – Promaben – Belém	Água e saneamento	M	68,75
2008	2000A/OC-BR	Itumbiara Bioenergy Project	Energia	S. Privado	69,26
2008	2001A/OC-BR	Ituiutaba Bioenergy Project	Energia	S. Privado	83,66
2008	2006/OC-BR	Social and Environmental Program for the Manaus' Igarapés – Prosamim II	Água e saneamento	S	154,00
2008	2009/OC-BR	São Paulo Metropolitan Transportation Investment Program	Transporte	S	168,00
2008	2010A/OC-BR	TECSIS	Indústria	S. Privado	60,00
2008	2023/OC-BR	BNDES: Third Program under the CCLIP Line to Support MSMEs	Empresas privadas e desenvolvimento de PMEs	BANCO DESENV.	1.000,00
2008	2044/OC-BR	Ceará State – Fiscal Management Modernization Program	Reforma/modernização do Estado	S	41,00
2008	2054/OC-BR	Procidades-Ponta Grossa Urban Infrastructure Improvement Program	Desenvolvimento urbano e habitação	M	7,50
2008	2077/OC-BR	Highway Rehabilitation Program in the State of São Paulo (Phase III)	Transporte	S	194,00
2008	2078/OC-BR	Program Support Fiscal Management Modernization Transparency State Pará-Progefaz	Reforma/modernização do Estado	S	10,00
2008	2081/OC-BR	Fiscal Stability Consolidation Program for the Development of the State of Bahia	Reforma/modernização do Estado	S	409,00
2008	**Total**				**3.035,07**
2009	1672/OC-BR-1	Brazilian Securities Mortgage Instruments Warehouse Facility	Mercado financeiro	S. Privado	25,00
2009	2117/OC-BR	Cluster Competitiveness Support Program for Minas Gerais	Empresas privadas e desenvolvimento de PMEs	S	10,00

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Número do projeto	Nome do projeto	Setor	Cliente[2]	Valor aprovado
2009	2121/OC-BR	Procidades-Maringá: Municipality of Maringá Urban Mobility Program	Desenvolvimento urbano e habitação	M	13,00
2009	2129A/OC-BR	Pécem Thermoelectric Power Plant Project	Energia	S. Privado	147,00
2009	2137/OC-BR	Expansion and Strengthening of Specialized Health Services in Ceará	Saúde	S	77,00
2009	2147/OC-BR	Innovation and Dissemination Local Cluster Competitiveness State of Pernambuco	Indústria	S	10,00
2009	2148/OC-BR	Profisco – State of Rio Grande do Norte	Reforma/modernização do Estado	S	7,00
2009	2151/OC-BR	Profisco Pernambuco	Reforma/modernização do Estado	S	15,00
2009	2165/OC-BR	Social and Environmental Program for the Igarapés in Manaus Prosamin	Água e saneamento	S	77,00
2009	2169/OC-BR	Ceará State Highway Program – Ceará III	Transporte	S	158,62
2009	2171/OC-BR	Santa Catarina Highway Program – Stage V	Transporte	S	50,00
2009	2172/OC-BR	Profisco Santa Catarina – State Administration Management Modernization Program	Reforma/modernização do Estado	S	30,00
2009	2184/OC-BR	Profisco – Fiscal Modernization Program of the State of Paraíba	Reforma/modernização do Estado	S	7,48
2009	2192/OC-BR	Management Systems and Instruments Modernization Program	Reforma/modernização do Estado	U	28,60
2009	2200/OC-BR	Northwest Minas Gerais Electrification Program	Energia	S	10,00
2009	2202/OC-BR	Tiete River Cleanup Program, Stage III	Água e saneamento	S	600,00
2009	2207/OC-BR	Program of Integrated Public Policies for Fortaleza Youth	Investimento social	M	33,07
2009	2211A/OC-BR	Rodoanel Oeste	Transporte	S. Privado	100,00
2009	2221/OC-BR	Urban Upgrading and Social Inclusion Program – Fortaleza	Desenvolvimento urbano e habitação	M	59,40
2009	2229/OC-BR	Support for the National Tourism Development Program (ProdeturNacional)	Turismo sustentável	U	15,00
2009	2230/OC-BR	Support for Social Reforms in Ceará – Proares Phase II	Investimento social	S	45,00
2009	2232/OC-BR	Profisco – Minas Gerais Institutional Strengthening to Modernize Fiscal Management	Reforma/modernização do Estado	S	40,00
2009	2236/OC-BR	Program to Support Micro, Small and Medium-Sized Enterprises	Mercado financeiro	BANCO DESENV.	1.000,00
2009	2245/OC-BR	Profisco-Espírito Santo: Finance Administration Development Plan.	Reforma/modernização do Estado	S	21,99
2009	2246/OC-BR	Procidades-Curitiba: Município de Curitiba Integrated Social and Urban Development	Desenvolvimento urbano e habitação	M	50,00

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Número do projeto	Nome do projeto	Setor	Cliente[2]	Valor aprovado
2009	2248/OC-BR	National Prog. to Support the Adm. and Fiscal Manag Brazilian Municípios – PNAFM	Reforma/modernização do Estado	U	150,00
2009	2251A/OC-BR	TFFP Loan – BicBanco	Comércio	S. Privado	15,00
2009	2258/OC-BR	Integrated Urban Development and Social Inclusion Program of Aracaju	Desenvolvimento urbano e habitação	M	30,25
2009	2267/OC-BR	Program for Urban Development and Socioenvironmental Inclusion in Manaus	Desenvolvimento urbano e habitação	M	50,00
2009	2268/OC-BR	Catanduva Integrated Urban Development Program	Desenvolvimento urbano e habitação	M	8,44
2009	2281/OC-BR	Improve Road Access to Small Municipalities in Minas Gerais-Phase II	Transporte	S	50,00
2009	**Total**				**2.933,85**
2010	1904A/OC-BR-4	Delba Vessel	Energia	S. Privado	35,00
2010	2295/OC-BR	Bahia Environmental Development Program	Água e saneamento	S	10,00
2010	2304/OC-BR	Profisco – State of Maranhão	Reforma/modernização do Estado	S	13,20
2010	2305/OC-BR	São Paulo Metrô Line 5 (Purple Line) Extension Project	Transporte	S	480,96
2010	2306/OC-BR	Minas Gerais Development Partnership Program III	Transporte	S	137,00
2010	2307/OC-BR	Profisco – Fiscal Management Modernization Program of the State of Rio de Janeiro	Reforma/modernização do Estado	S	19,76
2010	2308/OC-BR	Profisco – State of Piauí Fiscal Management Development and Improvement Project	Reforma/modernização do Estado	S	16,95
2010	2320/OC-BR	Procidades-Integrated Development Program for the Município Passo Fundo – Prodin	Desenvolvimento urbano e habitação	M	9,80
2010	2321/OC-BR	National Tourism Development Program (Prodetur-Ceará)	Turismo sustentável	S	150,00
2010	2323/OC-BR	São José dos Campos Urban Structuring Program	Desenvolvimento urbano e habitação	M	85,67
2010	2324/OC-BR	Profisco – Mato Grosso – Finance Administration Development Program	Reforma/modernização do Estado	S	15,03
2010	2327/OC-BR	Profisco – Mato Grosso do Sul	Reforma/modernização do Estado	S	12,00
2010	2329/OC-BR	Procidades-Itajaí-Urban Mobility and Development Program "Viva Cidade"	Desenvolvimento urbano e habitação	M	13,20
2010	2331/OC-BR	Profisco – São Paulo-Support the Management and Integration of Fin Admin in Brazil	Reforma/modernização do Estado	S	120,00
2010	2346/OC-BR	TFFP – Banco Sofisa	Comércio	S. Privado	30,00
2010	2357A/OC-BR	Banco Sofisa Lending Facility	Mercado financeiro	S. Privado	25,00
2010	2362A/OC-BR	BicBanco TFFP Loan – Second disbursement	Comércio	S. Privado	5,00

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Número do projeto	Nome do projeto	Setor	Cliente[2]	Valor aprovado
2010	2370/OC-BR	Profisco – Rondônia – State of Rondônia Tax, Financial and Property Administration	Reforma/modernização do Estado	S	6,23
2010	2371/OC-BR	Profisco – Fiscal Management Strengthening Project of the State Rio Grande do Sul	Reforma/modernização do Estado	S	60,00
2010	2376/OC-BR	Serra do Mar and Atlantic Forest Mosaics System Socioenvironmental Recovery	Meio ambiente e desastres naturais	S	162,45
2010	2409/OC-BR	National Tourism Program – Prodetur Nacional – Pernambuco	Turismo sustentável	S	75,00
2010	2411/OC-BR	National Tourism Development Program – Prodetur Nacional – Rio de Janeiro	Turismo sustentável	S	112,00
2010	2438/OC-BR	Development Program for the Southwest Region of the State of Tocantins	Agricultura e desenvolvimento rural	S	99,00
2010	2476A/OC-BR	Mundo Vox Tenda	Empresas privadas e desenvolvimento de PMEs	S. Privado	10,00
2010	2481A/OC-BR	Embraport Project	Transporte	S. Privado	100,00
2010	2482/OC-BR	Rio de Janeiro Low-income Neighborhood Urban Development Program – Stage III	Desenvolvimento urbano e habitação	M	150,00
2010	2483/OC-BR	Highway Program for the State of Espírito Santo III	Transporte	S	175,00
2010	2490A/OC-BR	ATE III Transmission Capacity Expansion Project	Energia	S. Privado	11,22
2010	2500/OC-BR	Tietê Várzea Program	Água e saneamento	S	115,70
2010	2507A/OC-BR	Implementation of Result – Based Port Management System in Docas Companies	Transporte	S. Privado	10,00
2010	**Total**				**2.265,18**
2011	1904A/OC-BR-5	Delba Vessel – Second Phase	Energia	S. Privado	40,00
2011	2515A/OC-BR	SCB TFFP Loan BicBanco	Comércio	S. Privado	5,00
2011	2518/OC-BR	Profisco – Fiscal Modernization Project of the State of Sergipe (Promofaz)	Reforma/modernização do Estado	S	5,79
2011	2520/OC-BR	Integrated Social and Urban Development Program of the Município of Paranaguá	Desenvolvimento urbano e habitação	M	16,65
2011	2532/OC-BR	SCB TFFP Co-Loan Banco Industrial do Brasil	Comércio	S. Privado	1,00
2011	2549/OC-BR	Rehabilitation for the Furnas and Luiz Carlos Barreto Hydroelectric Power Plant	Energia	U	128,66
2011	2580/OC-BR	Prog. for Modern. of Fed. Govt. Immovable Asset Management in Brazil	Reforma/modernização do Estado	U	15,00
2011	2586/OC-BR	Health Modernization and Humanization Program – São Bernardo do Campo	Saúde	M	21,60
2011	2596A/OC-BR	"Banorte Todo Día – The Bank of the Neighborhood"	Mercado financeiro	S. Privado	5,00
2011	2618/OC-BR	Mario Covas Rodoanel Project – Northern Section	Transporte	S	1.148,63

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Número do projeto	Nome do projeto	Setor	Cliente[2]	Valor aprovado
2011	2621A/OC-BR	Banco Indusval – TFFP	Comércio	S. Privado	1,00
2011	2646/OC-BR	Environmental Sanitation Program for Municípios in the Guanabara Bay Area – PSAM	Água e saneamento	S	451,98
2011	2670A/OC-BR	Pupa: Innovative Financing for early Childhood Development	Educação	S. Privado	3,00
2011	2675A/OC-BR-1	BIC Bank – access2services Facility	Mercado financeiro	S. Privado	45,00
2011	2675A/OC-BR-2	BIC Bank – access2services Facility	Mercado financeiro	S. Privado	4,73
2011	2676/OC-BR	Social and Environmental Program for the Igarapés in Manaus – Prosamim III	Água e saneamento	S	280,00
2011	2681/OC-BR	Support for Institutional Strengthening of ANTT for Rail Transport Management	Transporte	U	50,00
2011	**Total**				**2.223,04**
2012	2700/OC-BR	Pro-Energy RS Distribution	Energia	S	130,56
2012	2708A/OC-BR	Banco Indusval – TFFP	Comércio	S. Privado	3,00
2012	2715/OC-BR	Historic Center Revitalization Program for the Município of São Luís	Desenvolvimento urbano e habitação	M	13,59
2012	2717A/OC-BR	BicBanco TFFP Loan under SCB Facility	Comércio	S. Privado	2,50
2012	2721A/OC-BR	Banco Indusval	Comércio	S. Privado	1,00
2012	2723/OC-BR	Program to Strengthen the Social Assistance System	Saúde	U	66,00
2012	2746/OC-BR	Blumenau's Sustainable Urban Mobility Program (BID-Blumenau Program)	Transporte	M	59,00
2012	2751/OC-BR	Procidades – Colatina	Desenvolvimento urbano e habitação	M	11,00
2012	2752/OC-BR	Procidades – Novo Hamburgo	Reforma/modernização do Estado	M	23,91
2012	2762/OC-BR	Social Inclusion and Opportunities for Youth in Rio de Janeiro	Investimento social	S	60,00
2012	2784/OC-BR	Profisco – Tocantins Fiscal Modernization Prog for the State of Tocantins (PMF/TO)	Reforma/modernização do Estado	S	40,43
2012	2791/OC-BR	Program for Modernization of Pension System Management II (PROPREV II)	Investimento social	U	10,00
2012	2813/OC-BR	CEEE Generation and Transmission Project	Energia	S. Privado	88,66
2012	2825/OC-BR	Procidades – Recife	Desenvolvimento urbano e habitação	M	20,02
2012	2826/OC-BR	Regional Urban Development Program	Desenvolvimento urbano e habitação	S	66,50
2012	2841/OC-BR	Fiscal Stability Consolidation Program for the Development of the State of Bahia	Reforma/modernização do Estado	S	600,00
2012	2846/OC-BR	Mauês Integrated Sanitation Program – Prosaimaués	Água e saneamento	S	24,50

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Número do projeto	Nome do projeto	Setor	Cliente[2]	Valor aprovado
2012	2850/OC-BR	Fiscal Consolidation Program for Rio Grande do Sul	Reforma/modernização do Estado	S	200,00
2012	2888/OC-BR	São Bernardo do Campo Urban Transportation Program II	Transporte	M	125,00
2012	2900/OC-BR	Santa Catarina Logistics Infrastructure Program	Transporte	S	250,00
2012	2901/OC-BR	Environmental Sanitation Program for Ipojuca Basin	Água e saneamento	S	200,00
2012	2903A/OC-BR	BicBanco TFFP Loan under SCB facility	Comércio	S. Privado	2,50
2012	2906/OC-BR	Finance Administration Modernization Program – Profisco	Reforma/modernização do Estado	S	11,58
2012	**Total**				**2.009,74**
	Total				**36.021,89**

Fonte: BID.

Elaboração dos autores.

Notas: [1] Empréstimos aprovados financiados com recursos do capital ordinário do BID (exclui cofinanciamentos). Foram excluídos, também, empréstimos cancelados em sua totalidade.

[2] U = União, S = estados, M = municípios, S. Privado = setor privado, BANCO DESENV. = bancos de desenvolvimento.

APÊNDICE C

TABELA C.1
CAF: empréstimos aprovados, distribuição por UF, setor privado e bancos de desenvolvimento (1996-2012)
(Em US$ milhões)

Ano calendário	Projeto	Cliente[1]	Valor aprovado	UF
1996	Empréstimo para financiar o Corredor de Integração Viária Brasil-Venezuela	U	86,00	
1996	**Total**		**86,00**	
1997	Empréstimo à empresa Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil para financiar o trecho brasileiro deste projeto	S. Privado	100,00	
1997	Empréstimo Eletrobras: Interconexão Elétrica Venezuela-Brasil	U	55,00	
1997	**Total**		**155,00**	
1999	Integración Energetica Ven-Bras	S	26,00	RR
1999	**Total**		**26,00**	
2000	Préstamos Corporativos y Operaciones de Comércio Internacional	S. Privado	72,40	
2000	**Total**		**72,40**	
2001	Programa Red Vial del Estado de Rondônia	S	35,00	RO
2001	Operaciones de Comercio Internacional	S. Privado	76,50	
2001	**Total**		**111,50**	
2002	Préstamo modalidad A/B: Financiamiento de plan de inversiones Eletrobras	U	150,00	
2002	Operaciones de Comercio Internacional (incluye operaciones para el fortalecimiento institucional operativo del sector financiero)	S. Privado	110,00	
2002	**Total**		**260,00**	
2003	Operaciones de Comercio Internacional (incluye operaciones para el fortalecimiento institucional operativo del sector financiero)	S. Privado	245,00	
2003	**Total**		**245,00**	
2004	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: Varios Clientes	S. Privado	170,00	
2004	**Total**		**170,00**	
2005	Financiamento do plano de Investimentos: Votorantim Participações S.A. – Tranche A	S. Privado	320,00	
2005	Financiamento do plano de Investimentos: Votorantim Participações S.A. – Tranche B	S. Privado	80,00	
2005	Plan de Inversiones: Eletrobras – Tranche A	U	25,00	
2005	Plan de Inversiones: Eletrobras – Tranche B	U	75,00	
2005	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: Banco Itaú	S. Privado	25,00	
2005	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: Itaú-BBA	S. Privado	25,00	
2005	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: Bradesco	S. Privado	50,00	
2005	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: ABN AMRO	S. Privado	25,00	
2005	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: Demás Clientes	S. Privado	70,00	
2005	**Total**		**695,00**	
2006	Programa de Desarrollo Vial Fase II: Rondônia	S	21,43	RO
2006	Programa de Infraestructura Urbana y Drenaje: Municipio de São José do Rio Preto	M	18,00	SP

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Projeto	Cliente[1]	Valor aprovado	UF
2006	Préstamo Corporativo Estructurado bajo la modalidad A/B: Embratel	S. Privado	100,00	
2006	Programa de Integración Regional Fase I: Estado de Santa Catarina	S	32,56	SC
2006	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: Unibanco	S. Privado	100,00	
2006	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: Bradesco	S. Privado	100,00	
2006	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: ABN AMRO	S. Privado	0,00	
2006	Garantias: Banco Santander-Banespa	S. Privado	7,00	
2006	**Total**		**378,99**	
2007	Rehabilitación del Sistema Vial y de Circulación de Peatones: Florianópolis	M	11,87	SC
2007	Programa de Desarrollo Urbano del Municipio de Ananindeua	M	15,00	PA
2007	Plan de Inversiones em Activos de Telecomunicaciones: Embratel	S. Privado	31,00	
2007	Programa de Manejo de Aguas e Infraestructura de Drenaje del Distrito Federal	S	60,10	DF
2007	Programa de Infraestructura Vial para el Desarrollo Regional: Pará	S	85,00	PA
2007	Programa Municipal de Drenaje de Fortaleza	M	45,10	CE
2007	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: BNDES	BANCO DESENV.	150,00	
2007	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: Bradesco	S. Privado	200,00	
2007	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: Itaú	S. Privado	100,00	
2007	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: Itaú BBA	S. Privado	100,00	
2007	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: ABN AMRO	S. Privado	25,00	
2007	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: Banco BIC	S. Privado	20,00	
2007	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: Banco Banco do Brasil	S. Privado	200,00	
2007	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: Banco Safra	S. Privado	50,00	
2007	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: Banco Santander Banespa	S. Privado	125,00	
2007	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: Banco Votorantim S.A.	S. Privado	50,00	
2007	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: HSBC Bank	S. Privado	50,00	
2007	Préstamo para Capital de Trabajo y Comércio: Unibanco	S. Privado	200,00	
2007	Sistema de Macrodrenaje, Recuperación Ambiental y Desarrollo Urbano Fase I – Canoas (Pram)	M	15,08	RS
2007	Proyecto de Integración Urbana en el Municipio Feira de Santana (Pram)	M	11,74	BA
2007	Programa de Integración Social del Municipio de Sorocaba (Pram)	M	42,79	SP
2007	**Total**		**1.587,67**	
2008	Programa de Obras Viales – Manaus (Pram) – Programa de Infraestrutura Urbana e Ambiental	M	75,00	AM
2008	Programa de Desarrollo de Infraestructura – Caxias do Sul	M	28,80	RS
2008	Préstamo de Inversión a largo plazo: Eletrobras	U	600,00	
2008	Programa de Pavimentación y Recuperación de Carreteras 'Nuevos Caminos': Paraíba	S	100,00	PB
2008	Financiamiento para Comercio, Capital de Trabajo y Proyectos de Inversión: Unibanco, Itaú BBA, BB, Bradesco, Santander Banespa, Safra, Banco Votorantim, BIC	S. Privado	1.095,00	

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Projeto	Cliente[1]	Valor aprovado	UF
2008	Financiamiento de Capital de Trabajo y Proyectos de Inversión: Fondo Microfin	S. Privado	3,00	
2008	**Total**		**1.901,80**	
2009	Préstamo para Proyectos de Generación Eólica em Brasil: ENERGIMP S.A.	S. Privado	40,00	
2009	Préstamos para Capital de Trabajo y Comercio: Constructora Norberto Odebrecht S.A.	S. Privado	50,00	
2009	Línea de Crédito Revolvente no Comprometida: Itaú BBA e/ou Itaú Unibanco	S. Privado	200,00	
2009	Línea de Crédito Revolvente no Comprometida: Bradesco	S. Privado	200,00	
2009	Línea de Crédito Revolvente no Comprometida: Banco do Brasil	S. Privado	200,00	
2009	Línea de Crédito Revolvente no Comprometida: Santander	S. Privado	125,00	
2009	Línea de Crédito Revolvente no Comprometida: HSBC Bank	S. Privado	50,00	
2009	Línea de Crédito Revolvente no Comprometida: Banco Industrial y Comercial (BIC)	S. Privado	40,00	
2009	**Total**		**905,00**	
2010	Programa de Infraestructura Urbana y Protección de Áreas Naturales, Hortolândia	M	22,13	SP
2010	Programa Municipal de Drenaje Urbano de Fortaleza – DRENURB	M	45,10	CE
2010	Programa de Transporte Municipal de Goiânia	M	35,00	GO
2010	Programa de Desarrollo del Turismo (Prodetur) – Fortaleza	M	50,00	CE
2010	Programa de Sostenibilidad Fiscal del Município de Contagem	M	25,00	MG
2010	Empréstimo Eletrobras	U	500,00	
2010	Línea de Crédito Revolvente no Comprometida: Odebrecht	S. Privado	200,00	
2010	Línea de Crédito Revolvente no Comprometida: Bradesco, Banco do Brasil, Banco Industrial y Comercial – BIC, Itaú Unibanco e/ou Itaú BBA, Santander, HSBC Bank, Banco Votorantim	S. Privado	1.100,00	
2010	**Total**		**1.977,23**	
2011	Programa de Obras Complementarias del Arco Metropolitano de Rio de Janeiro	S	200,00	RJ
2011	Programa de Mejoras e Implementación de Infraestructura Vial de Rio de Janeiro – Provias	S	319,68	RJ
2011	Préstamo Sindicado: Marfrig Alimentos	S. Privado	50,00	
2011	Línea de Crédito Revolvente no Comprometida: Constructora Norberto Odebrecht	S. Privado	200,00	
2011	Préstamos para capital de trabajo y comercio: Bradesco, Banco do Brasil, Banco Industrial y Comercial – BIC, Itaú Unibanco e/ou Itaú BBA, Santander, HSBC Bank	S. Privado	975,00	
2011	Inversión Patrimonial: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios AGN Fornecedores Petrobras	S. Privado	10,00	
2011	Inversión Patrimonial: Fondo Burril Brasil, FMIEE	S. Privado	10,00	
2011	Inversión Patrimonial: Stratus Capital Partners Brasil, Fundo de Investimento em Participações (FIP)	S. Privado	10,00	
2011	Inversión Patrimonial: CRP Empreendedor	S. Privado	6,00	
2011	Inversión Patrimonial: Fondo Caixa Astra Infraestructura I, Fundo de Investimento em Participações	S. Privado	15,00	
2011	**Total**		**1.795,68**	

(Continua)

(Continuação)

Ano calendário	Projeto	Cliente[1]	Valor aprovado	UF
2012	Programa de Transporte Logística y Medio Ambiente del Estado de São Paulo	S	200,00	SP
2012	Programa de Desarrollo Turístico del Litoral Oeste del Estado de Ceará	S	112,00	CE
2012	Proyecto de Reforma y de Adecuación del Estádio de Maracanã para la Copa del Mundo 2014	S	120,67	RJ
2012	Programa Socioambiental de los Igarapés de Manaus	S	52,50	AM
2012	Programa Nacional de Turismo para el Municipio de Manaus – Prodetur	M	21,51	AM
2012	Facilidad Regional de Financiamiento para la Atención Inmediata de Emergencias Ocasionadas por Fenómenos Naturales	S	100,00	RJ
2012	Programa de Financiamiento al Sector Productivo: BDMG	BANCO DESENV.	100,00	
2012	Préstamo Corporativo: Usina Coruripe Açúcar e Álcool	S. Privado	60,00	
2012	Línea de Crédito Revolvente no Comprometida: Constructora Norberto Odebrecht, S.A.	S. Privado	200,00	
2012	Línea de Crédito Revolvente no Comprometida: Bradesco, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Santander Banespa, HSBC Brasil	S. Privado	900,00	
2012	Inversión Patrimonial: DLM Brazil IT, FIP	S. Privado	10,00	
2012	Inversión Patrimonial: Stratus Capital Partners Brasil, Fundo de Investimento em Participações (FIP)	S. Privado	10,00	
2012	Inversión Patrimonial: CVentures Primus, Fundo de Investimento em Empresas Emergentes Inovadoras	S. Privado	4,00	
2012	Inversión Patrimonial: Invest Tech – Capital Tech II	S. Privado	8,00	
2012	Inversión Patrimonial: Nascenti, Fundo de Investimento em Empresas Emergentes Inovadoras	S. Privado	3,50	
2012	**Total**		**1.902,18**	
Total			**12.269,44**	

Fonte: CAF.

Elaboração dos autores.

Nota: [1] U = União, S = estados, M = municípios, S. Privado = setor privado, BANCO DESENV. = bancos de desenvolvimento.

LISTA DE ACRÔNIMOS

AAA – Atividades Analíticas e de Assessoria
AfDB – African Development Bank (Banco Africano de Desenvolvimento)
AfDF – African Development Fund (Fundo Africano de Desenvolvimento)
ALALC – Associação Latino-americana de Livre Comércio
AsDB – Asian Development Bank (Banco Asiático de Desenvolvimento)
AsDF – Asian Development Fund (Fundo Asiático de Desenvolvimento)
Badea – Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico da África
BAfD – Banco Africano de Desenvolvimento
BAsD - Banco Asiático de Desenvolvimento
BCIE – Banco Centro Americano de Integração Econômica
BDAN – Banco de Desenvolvimento da América do Norte
BDC – Banco de Desenvolvimento do Caribe
BEI – Banco Europeu de Investimentos
BERD – Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
Bladex – Banco Latino Americano de Comércio Exterior
BMD – Banco Multilateral de Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOAD – Banco de Desenvolvimento do Oeste da África
CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina
CCLIP – Linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimento (BID)
CAS – Country Assistance Strategy
CFI – Corporação Financeira Internacional (Grupo Banco Mundial)
CII – Corporação Internacional de Investimentos (Grupo BID)
CP – *Country Paper*
CPS – Country Partnership Strategy
DPL – Development Policy Loan

EADB – Banco de Desenvolvimento do Leste da África

EID – Eixos de Integração e Desenvolvimento

FEMIP – Facilidade para a Parceria e Investimentos na Região Euro-Mediterrânea

FAfD – Fundo Africano de Desenvolvimento

FAsD – Fundo Asiático de Desenvolvimento

FEMIP – Facilidade para a Parceria e Investimentos na Região Euro-Mediterrânea

Fida – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOE – Fundo de Operações Especiais (Grupo BID)

Fonplata – Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata

Fumin – Fundo Multilateral de Investimentos (Grupo BID)

GEF – Fundo Global para o Meio Ambiente

ICDPS – Corporação Islâmica para o Desenvolvimento do Setor Privado

ICIIEC – Corporação Islâmica de Garantia para o Investimento e Crédito a Exportações

IBRD (BIRD) – International Bank for Reconstruction and Development

IDA – Associação Internacional para o Desenvolvimento (Grupo Banco Mundial)

IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

IsDB – Banco Islâmico de Desenvolvimento

Miga – Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (Grupo Banco Mundial)

MPeMEs – Micro, Pequenas e Médias Empresas

NIB – Banco Nórdico de Investimento

OPA – Operação Pan-Americana

PBL – Policy Based Loan

PPA – Plano Plurianual

PPPs – Parcerias Público-Privadas

PRAM – Programa de Apoio a Governos Municipais

PRI – Departamento do Setor Privado (BID)

PROVIAS – Programa de Reforma e Implementação de Infraestrutura Viária

SCF – Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo (BID)

SWAp – Sector-Wide Approach

WBI – Instituto Banco Mundial

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão
Andrea Bossle de Abreu

Revisão
Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Camilla de Miranda Mariath Gomes
Elaine Oliveira Couto
Elisabete de Carvalho Soares
Lucia Duarte Moreira
Luciana Bastos Dias
Luciana Nogueira Duarte
Míriam Nunes da Fonseca
Vivian Barros Volotão Santos (estagiária)

Editoração eletrônica
Roberto das Chagas Campos
Aeromilson Mesquita
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Carlos Henrique Santos Vianna
Nathália de Andrade Dias Gonçalves (estagiária)

Capa
Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico
Renato Rodrigues Bueno

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo.
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond Pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 Bold Condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m²
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Rio de Janeiro-RJ

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ISSN 1415-4765

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos